

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de Antropologia

Departamento de História

Olaria do Desterro: dos anos 60 à actualidade.

Proposta de musealização

Carla Antunes

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Museologia: Conteúdos Expositivos

Orientador:

Doutor Jorge Freitas Branco, professor associado c/ agregação,

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Dezembro 2007

Agradecimentos

Para a realização desta tese contribuíram muitas pessoas para com as quais detenho sentimentos de amizade, carinho e respeito:

O Prof. Dr. Jorge de Freitas Branco, pela orientação constante.

O António Castro, antropólogo de formação e Isabel Matias, formada em História, que criticamente acompanharam o trabalho.

O Nuno Henriques, fotógrafo, que realizou e acompanhou a recolha de imagens em contexto de campo.

A Leonor Campos, conservadora-restauradora e a Professora Julieta Silva, pela última revisão do texto.

A Tânia Dias, amiga, pelo apoio e pela ajuda nos instrumentos de trabalho e estímulos diários.

A todos os meus familiares e amigos que directa ou indirectamente contribuíram para a finalização deste trabalho.

Índice

Introdução.....	1
Justificação do tema	2
1.Enquadramento teórico-metodológico	4
1.1.Objectivos	4
1.2.A metodologia.....	5
1.3.O informante	8
1.4. Os conceitos.....	10
1.4.1.Identidade, Património e Museus.....	10
1.4.2.Arqueologia industrial	13
1.4.3.Musealização de sítios	17
2.Estudo de caso	21
2.1.Alguns aspectos sobre a olaria portuguesa	21
2.2.O estado da arte.....	25
2.3.A Olaria do Desterro: Enquadramento histórico-geográfico.....	27
2.3.1.Enquadramento nas indústrias lisboetas (Séculos XIX e XX)	27
2.3.2.A freguesia dos Anjos.....	29
2.3.3.O pátio.....	31
2.4. A Olaria do Desterro: localização, edifício e actividade	35
2.5.A Olaria do Desterro: da produção à venda.....	45
2.5.1.A proveniência do barro	45
2.5.2.Produção artesanal	47
2.5.3.A Olaria do Desterro: A cadeia operatória da produção.....	50
<u>O conceito</u>	50
<u>A cadeia propriamente dita</u>	51
a) A preparação do barro	51
b) Modelagem.....	52
b) A decoração.....	55
c) Modelação	57
d) Secagem	58
e) Cozedura.....	59
f) O vidrado	62
g) Comercialização/ distribuição	64
2.5.4.As profissões da cadeia operatória.....	65
2.5.5.A mão-de-obra	67
2.5.6. O horário de trabalho	70
2.5.7. Caracterização dos trabalhadores.....	72
2.5.8. O comportamento dos trabalhadores na óptica laboral.....	76
2.6. Os objectos produzidos	77
2.6.1.Catálogo de objectos	84
2.6.2. Classificação dos objectos	119
3. A olaria do Desterro. Proposta de musealização.....	128

Conclusão	130
Bibliografia.....	131
Anexos.....	141

Índice de Ilustrações

Ilustração 1- Sr. António Correia, produzindo uma frigideira. Junho de 2007.....	VII
Ilustração 2- AF\img1381A68602.jpg:Arquivo fotográfico de Lisboa. Caminho para a Olaria do Desterro. Chaminé da Olaria.....	VIII
Ilustração 3- O pátio.....	34
Ilustração 4- Representação gráfica do pátio onde se encontra a Olaria do Desterro. Processo de Obra 9363, 2572/DMPGU/OB/1973-SEM ESPECIALIDADE, Folha 2.....	35
Ilustração 5- Documentos que caracterizam o pátio e referem a existência da Olaria do Desterro. do Processo de Obra 9363 do Arquivo de Municipal de Lisboa.....	37
Ilustração 6- A imagem da esquerda representa a entrada do pátio onde está inscrita informação relativa à existência da Olaria, a fotografia do lado direito representa o barracão onde eram guardados alguns objectos para armazem, localizado ao lado da olaria, in Processo de Obra 9363, Arquivo Municipal de Lisboa. (1973).....	38
Ilustração 7- Documento nº38 (verso) do Processo 3/14092. Arquivo do Ministério da Economia e Inovação.	39
Ilustração 8- Esquema desenhado pela autora obtido através de observação directa.	40
Ilustração 9- Documento nº 4 (frente e verso) do Processo 3/14092, Arquivo do Ministério da Economia e Inovação	43
Ilustração 10- Cartão de visita encontrado na Olaria	44
Ilustração 11- O barreiro	45
Ilustração 12- Documento nº 41, do processo 3/14092, Arquivo do Ministério da Economia e Inovação.	46
Ilustração 13- Documento nº39 do Processo 3/14092, Arquivo do Ministério da Economia e Inovação	48
Ilustração 14- Guias de pagamento de compradores - Sociedade Comercial Bráz e Bráz e Hotel Tivoli.	49
Ilustração 15- Roda com louceiro do lado esquerdo, prato e alpiota do lado direito.....	52
Ilustração 16- Utensílios de trabalho.....	53
Ilustração 17- Fases da produção de uma frigideira.....	53
Ilustração 18- Utensílios de trabalho.....	54
Ilustração 19-Rodetes.....	54
Ilustração 20- Carimbos: o 1º relativo à Câmara Municipal de Lisboa, o 2º é o símbolo de produtos para consumo e conservação de alimentos, o 3º é indefinido, o 4º relativo à Câmara Municipal de Lisboa e o 5º relativo à Olaria do Desterro.	55
Ilustração 21- Carimbo da Força Aérea (?) (l.esq.) e marca da Olaria (l.dto).....	55
Ilustração 22- Pregos de escrever (l.esq) e símbolo da olaria (l.dto).....	56
Ilustração 23- Alguidar de barro branco(l.esq) e exemplo de cinzeiro inscrito (l.dto)	56
Ilustração 24- Utensílio de trabalho utilizado na realização das reentrâncias dos cinzeiros....	57
Ilustração 25- Utensílios utilizados na fase de modelação.....	57
Ilustração 26- Espátula	57
Ilustração 27- Moldes: Primeiras três imagens, múltiplos moldes, na última linha molde da Estátua de D. José, Presépio e bota	58
Ilustração 28- Estufas com ainda alguns objectos a secar.....	59
Ilustração 29- Travessão.....	60
Ilustração 30- Trempe triangular	60
Ilustração 31- Placas (l.esq.) e cilindros (l.dto).....	60
Ilustração 32- Interior de um dos fornos	61
Ilustração 33- Interior de um forno desactivado (à esquerda), fornalha e caldeira (à direita) .	61

Ilustração 34- Sr. António a enfiar peças em chacota e vidradas.	62
Ilustração 35- Almanja	63
Ilustração 36- Processo de vidragem de peças	63
Ilustração 37- Armazém	64
Ilustração 38- Livros de cadastro	67
Ilustração 39- Folhas dos livros de cadastro	68
Ilustração 40- Documento nº40, Arquivo do Ministério da Economia e Inovação	69
Ilustração 41- Folha de ordenado	70
Ilustração 42- Factura em branco	77

*Dedico esta tese a quem
«nasceu, vive e morrerá “no meio do barro”»:*

Mestre Oleiro António Correia.



Ilustração 1- Sr. António Correia, produzindo uma frigideira. Junho de 2007.



Ilustração 2- AF\img1381A68602.jpg:Arquivo fotográfico de Lisboa. Caminho para a Olaria do Desterro. Chaminé da Olaria.

Resumo

Neste trabalho apresenta-se uma proposta de musealização da Olaria do Desterro, localizada o coração histórico de Lisboa. A pesquisa baseia-se na história oral e para o efeito foram recolhidos os testemunhos do último oleiro. Reconstituíram-se os espaços, a cadeia operatória da produção e os seus intervenientes. Procedeu-se ao levantamento dos objectos produzidos que se traduziu na elaboração do respectivo catálogo. Deste modo, objectiva-se a tomada de consciência e a salvaguarda de um património, uma identidade, através da sua musealização, com a apresentação de um conteúdo expositivo. Um produto cultural, resultado de gerações passadas, perspectivando-se um equipamento social, vivo e dinâmico, preservado na sua função original, a produção de uma arte, utilizável pela sociedade contemporânea e futura.

Palavras-Chave

Musealização de sítios, olaria, Lisboa, Século XX.

Abstract

"Desterro Pottery, From the 1960's to the Present: A Musealization Proposal"

In this essay we present a proposal for the musealization of the Desterro Pottery, located in the historic heart of Lisbon. The research is based upon oral history and to this effect the testimony of the last potter has been recorded. Spatial premises, the production line, and those intervening in this line have been reconstituted. An inventory of all the items produced was compiled, leading to the elaboration of a catalogue. In this way, one becomes aware of the need to preserve a patrimony, an identity, through its musealization, along with the presentation of an expository content. A cultural product is exhibited as the result of past generations, revealing a lively and dynamic social equipment preserved in its original function (the production of an art), and which can be used by present-day and future society.

Keywords

Sites musealization, pottery, Lisbon, XX Century.

Introdução

Descobriu-se a Olaria do Desterro, aquando da realização de um estágio profissional ISCTE/PRODEP (2003/2004), no Museu Nacional de Etnologia que incidia sobre o estudo, a inventariação e a informatização de colecções, nomeadamente, a colecção de Olaria Portuguesa.

O estágio então realizado implicava o manuseamento de objectos oláricos de um passado remoto a cuja feitura e utilização só se poderia aceder de modo teórico. Nesse contexto contactei a Escola Secundária Artística António Arroio (cuja vertente vocacional é Artes) que me proporcionou a oportunidade de frequentar um curso prático de olaria. Por intermédio de um professor dessa escola, o professor Job, tomou-se conhecimento da Olaria do Desterro e assim, se iniciaram as primeiras visitas e descobertas.

Numa co-realização com a Dra. Ana Botas, produziu-se um videograma, efectuado nessa olaria, com o objectivo de focar o oleiro, último trabalhador daquela indústria, a sua vida e a sua actividade. Foi nessa altura que surgiu o conhecimento de alguns factos históricos, contados, na primeira pessoa, pelo Sr. António Correia.

Visitas de lazer a sítios musealizados como o Museu da Fábrica da Pólvora, em Barcarena, sensibilizaram para o tema de antigas unidades produtivas e, assim, se pensou que poderia vir a lançar uma proposta de musealização da Olaria do Desterro.

Justificação do tema

«Na Europa, durante as últimas décadas, assistiu-se à desindustrialização das cidades e reconversão das indústrias em projectos urbanos, ora integrando as memórias ora fazendo tábua rasa da identidade dos lugares» (Sampaio, 2002:23). Durante todo o século XX, indústrias como a têxtil, a fundição ou a metalomecânica eram exemplos de indústrias extintas, por causas como a Segunda Guerra Mundial, o período da reconstrução, a expansão das cidades, o surto industrial e o desenvolvimento tecnológico.

Também em Portugal, muitos dos edifícios industriais, vestígios do património estudado pela Arqueologia Industrial, tornaram-se em apetecível moeda de troca e transformaram-se em complexos habitacionais. Foi nessa altura que se tomou consciência da importância da salvaguarda desse património, em meados do século XX, altura em que surgiu a Arqueologia Industrial. «A génese do conceito de património industrial e o desenvolvimento da disciplina científica que investiga os vestígios da Revolução Industrial e das sociedades industrializadas, a arqueologia industrial, remonta à segunda metade do século XX, com a tomada de consciência da importância de estudar e salvaguardar os sinais essenciais à manutenção da memória, (...)» (Sampaio, 2002:23)

A Olaria do Desterro assumiu, desde o século XIX, um importante significado no panorama do desenvolvimento industrial da cidade de Lisboa, na medida em que reflectia a memória colectiva de gerações de oleiros e olarias, actividade de grande tradição na cidade de Lisboa.

A olaria, localizada numa unidade produtiva determinada, delimitada pelos temas da musealização de sítios e do património industrial, assuntos embrionários no panorama português, foi então considerada uma área fértil para a produção de um contexto expositivo.

A proposta de musealização visa a conservação e preservação do espaço e da sua memória, e também a sua utilização como estrutura dinamizadora e de desenvolvimento do meio comunitário lisboeta na medida em que abrangerá as áreas educativa, social, cultural e artística.

A par da realização deste estudo incidente na Olaria do Desterro e atendendo ao elevado valor patrimonial, histórico, antropológico, económico, cultural e testemunho da memória local e nacional, considerou-se urgente a sua preservação e conservação. Assim, contactou-se a Divisão do Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa¹, no sentido da sua urgente e necessária salvaguarda, já que esta se encontrava em elevados riscos de fecho e perda totais. Nesta instituição, o tema não poderia ser motivo de maior interesse e preocupação. Assim, foi realizado um processo do caso e dirigido à referida instituição. Como consequência, deu-se início à abertura do processo de Classificação de Interesse Municipal, ainda em curso.

Por outro lado, e devido mais uma vez ao fecho desta unidade produtiva, efectuaram-se diligências no sentido da recolha do espólio, junto da Museu da Cidade. O episódio da recolha teve lugar no final do mês de Julho de 2007 e nela participaram os técnicos do Museu da Cidade, o oleiro António Correia e a autora. Os objectos recolhidos integraram a colecção do referido Museu e foram alvo de estudo, inventariação e informatização.

¹ Integrado na Direcção Municipal de Cultura.

1.Enquadramento teórico-metodológico

1.1.Objectivos

Em tese de mestrado sobre museologia pretende-se apresentar uma proposta de musealização da *Olaria do Desterro*, por ser um testemunho vivo de uma actividade industrial representativa de Lisboa.

A *Olaria do Desterro* primava pela originalidade, exemplaridade e representatividade na medida em que espelhava uma actividade industrial da capital. Era um exemplar actual e único que representa a época em que o vasilhame de barro fazia parte do quotidiano, antes do plástico seu sucessor. Esta Olaria desempenhou um papel fundamental no comércio interno e externo designadamente na restauração (como comprovam as facturas daquela época). Em Lisboa havia a Fábrica da Viúva Lamego, com utilização de barro branco, outra junto da Imprensa Nacional da Casa da Moeda (dos mesmos donos) e uma outra nos Olivais.

Em Portugal, o património industrial, objecto de memória, é um paradigma em situação vulnerável, embora com grande futuro. Por tudo isto, pretende-se fazer um apontamento histórico-antropológico do objecto, com creditação do mesmo, de modo a que este não venha a cair no esquecimento, deixando gerações futuras alheadas da história da olaria artesanal em plena Lisboa.

Assim, recorrendo a um informante directo, o último trabalhador da Olaria do Desterro e a dados documentais, reconstrói-se aquela realidade, de modo a criar bases para uma proposta de musealização.

O estudo recai sobre o período entre, em 1964, data da entrada do oleiro na indústria e o Verão de 2007. Porém, obtiveram-se dados anteriores a essa data, o que permitiu uma melhor contextualização: os livros de cadastro, com referências desde 1930, e documentos de arquivos, relativos ao século XIX.

1.2.A metodologia

Este estudo iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica onde foram pesquisadas referências sobre olaria, na generalidade, que provieram do estudo, anteriormente realizado, sobre uma colecção de olaria portuguesa. Deste modo, foram consultadas obras de diversas instituições: a Biblioteca do Museu Nacional de Etnologia, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca da Escola Secundária António Arroio.

No que se refere ao objecto de estudo propriamente dito, a Olaria do Desterro, foram efectuadas diligências no sentido de apuramento de informação: a Junta de Freguesia desconhecia qualquer referência ou estudo/publicação. Junto da Conservatória do Registo Comercial, foram solicitados documentos relativos ao início de actividade da empresa. Sobre a anterior empresa, nada se encontrou. Soube-se que a empresa Joaquim Duarte & Filhos Lda iniciou actividade em 1930, tendo cessado em 1998.

No Arquivo Municipal de Lisboa, no Processo de Obra 6393, pesquisou-se informação entre o período 1894 a 1989 (balizas documentais). Este processo permitiu obter informação sobre o edifício e seus ocupantes. No Gabinete de Estudos Olisiponenses, apenas se encontrou um artigo de jornal que relata o contexto histórico daquela Olaria. Visitou-se a Associação Industrial Portuguesa (AIP) e a Câmara do Comércio e Industrial Portuguesa - Associação Comercial de Lisboa, sem sucesso. Junto do Arquivo do Ministério do Trabalho, pesquisaram-se documentos que comprovam a existência e funcionamento da Olaria.

Na Assembleia Distrital de Lisboa, na secção relativa à indústria, foi encontrada uma referência da freguesia, uma menção à Olaria do Desterro.

Junto do Ministério da Economia e da Inovação - DRE, recolheram-se algumas informações relativamente ao início de laboração da Olaria do Desterro (primeiro documento datado de 1888, algumas considerações relativas ao número de trabalhadores e suas funções, produtos fabricados, matérias-primas, máquinas e maquinismos (informações constantes no Processo 3/14092).

O Sr. António Jacinto, oleiro, (ex-colega do Sr. António Correia- informante) facultou alguns recortes de jornais, onde se faz alusão à produção da Olaria.

Na olaria, teve-se acesso a facturas antigas que comprovam a existência de clientes portugueses, principalmente do ramo da restauração. Os livros de facturas mostram ainda a denominação e tipologia de peças produzidas. Encontraram-se três livros de cadastro do pessoal com informações não só de carácter geral, mas, também, acerca do comportamento dos trabalhadores que muito ajudaram a esclarecer a realidade laboral.

À parte da pesquisa bibliográfica, foram registados testemunhos orais do oleiro António Correia. As entrevistas (Anexo 1) começaram por ser pré-estabelecidas, mas como não havia grande receptividade nem pormenorização nas respostas, as entrevistas foram secundarizadas. Passei a frequentar a olaria todas as segundas-feiras, frequentemente acompanhada pelo fotógrafo. Passaram-se dias inteiros a falar da olaria, do que se produzia, do modo de produção e algumas histórias de trabalhadores. Muitas das informações eram contadas à mesa do almoço, onde o Sr. António mais partilhava as suas recordações.

As entrevistas estabelecidas foram directivas, segundo a padronização de Ghiglione Rodolphe e Benjamin Matalon (Matalon & Ghilione, 2005). A elas atribuiu-se o fundamento de *controlo* de uma determinada situação em detrimento da *verificação* (entrevistas semi-directivas e também directivas), de *aprofundamento* (semi-directiva) e *exploração* (não directiva). O tipo de entrevista era próxima à de um questionário no qual figuravam apenas questões abertas. Seguiu-se o género clássico na colocação de questões delimitadas pelo questionário onde o entrevistado respondia livremente.

Relativamente à concepção da grelha de entrevista, deve referir-se que na tentativa de alcançar uma informação válida e fiável, se utilizou o acrónimo «TAP» que espelha três preocupações dos cientistas sociais, designadamente, o *tópico* (o tópico deve ser definido de modo a que o inquirido perceba de modo claro de que se trata); a *aplicabilidade* (o entrevistado não deve ser confrontado com perguntas às quais não consegue responder por não dispor de informação); a *perspectiva* (todos os entrevistados deverão responder dentro do mesmo quadro, tipologia de referência).

Na realização da grelha de entrevista tentou seguir-se os seguintes preceitos: a definição do tópico; a explicitação da informação pretendida, com a utilização de vocabulário específico e concreto; a tentativa de assegurar a relevância da questão para o entrevistado, mediante o

emprego de filtros adequados, evitando procurar informação já desvanecida ou questões hipotéticas; o esforço para evitar o enviesamento da pergunta, por efectuar balanceamentos, simultaneamente aliados à limitação de criação de estereótipos; a eliminação de complexidades, por afastamento de questões dúbias através do emprego de termos com duplo significado; a colocação de questões de modo simples e claro; o assegurar a compreensão da resposta pretendida, colocando a questão num contexto adequado; a explicitação da razão da pergunta, bem como de toda a informação fornecida.

Houve referências a um outro oleiro (com quem ainda se estabeleceram algumas conversas), um forneiro e um aprendiz, todavia, não foi possível contactá-los para esta investigação.

Após a reunião da informação escrita e oral, efectuou-se a sua sistematização, precedida de análise. O objectivo foi construir, de um modo inteligível, um conteúdo explicativo para aquela realidade, aplicado a uma musealização que permitisse em paralelo uma visualização e uma interpretação do objecto cultural passado, capaz de se tornar num produto cultural futuro.

1.3.O informante

António Correia nasceu em 1936 e é oleiro. É natural da aldeia de Olho Marinho, a 4 quilómetros de Vila Nova de Poiares, em Coimbra. Filho e neto (da parte do pai) de oleiros, tem quatro irmãs e dois irmãos, tendo uns enveredado por profissões como electricista ou auxiliar de acção educativa (em Lisboa), encontrando-se outros ligados à esfera doméstica e à construção civil (em Coimbra).

Enquanto criança, como era costume naquela época, fez a 4ª classe com muita dificuldade. Terminada essa etapa, era usual ir-se para empregado, «*fosse do que fosse*». A sua primeira profissão foi azeiteiro: andava de terra em terra, de carroça, a vender azeite ao litro e ao quartilho. Ao invés do seu irmão, electricista, António Correia, adorava o barro: quando o pai estava em casa dedicava-se à rega do milho ou das batatas, mas quando este não estava, fugia automaticamente para a roda. Desviado daquela profissão, pelo pai, que segundo ele «não era futuro para ninguém», andou por Braga, Coimbra, Darque e Caminha.

Aos 18 anos veio a primeira vez a Lisboa, alistar-se para a tropa, tendo cumprido 32 meses de serviço, inicialmente «*a muito custo*», depois, porque «*se portava bem*», foi ficando e gostou muito. Hoje recorda com saudade os tempos em que esteve em Coimbra, Abrantes e Leiria.

António Correia, veio de vez para Lisboa aos 28 anos, com uma primeira morada de trabalho: a Olaria de Joaquim Duarte & Filhos, localizada na Rua da Imprensa Nacional da Casa da Moeda. Depois de alguns meses, foi transferido para a Olaria do Desterro, (talvez devido a uma reestruturação da empresa) onde permaneceu até aos dias de hoje.

Casou e teve quatro filhos. Nenhum lhe quis seguir os passos. A sua mulher encontra-se na terra natal, junto da sua única filha, e trata de um pequeno quintal, sua propriedade. O mais novo dos rapazes é ladrilhador e mora com o pai, nos Olivais. Um dos filhos já lhe deu uma neta que frequenta o secundário. O mais velho morreu de acidente, ainda na sua juventude.

O Sr. António, como sempre foi chamado, teve uma oportunidade de trabalho, através do seu padrinho, teve a oportunidade de ir trabalhar para a TAP (Transportes Aéreos Portugueses), ou para a Cervejeira em Valongo mas não era esse o futuro que queria para si. Segundo ele

nasceu no meio do barro, e irá morrer no meio dele. Quando entrou para a olaria do Desterro, o patrão disse-lhe que era melhor mudar de profissão, pois não ganharia para comer de tão «demorado» que era. Com o passar do tempo e a evolução da prática, chegava ao meio-dia e tinha o seu dia feito, de modo que continuava até à noite a trabalhar «à produção» o que lhe somava mais do que um outro ordenado. À noite e ao fim-de-semana, ou ia para a Olaria dos Olivais «*fazer serão*» ou levava os seus colegas para o Catujal onde, num pequeno terreno, ergueu uma olaria. Durante toda a sua vida, através do trabalho do barro, conseguiu tudo o que tem hoje e a criação dos seus filhos.

Hoje, é um homem realizado, que deu «*muitas cabeçadas*» mas que, em toda a sua vida, trabalhou com o que gostava.

Durante a investigação para este trabalho, o Sr. António trabalhou sempre na olaria. Como não queria deixar perder as suas memórias, seguiu a tipologia e as formas das peças que sempre conheceu; utilizou as mesmas técnicas e utensílios «*para que a arte não morresse*». Por já não ser viável a utilização dos fornos de lenha, utilizava um forno a gás comprado por ele, para a sua produção. Trabalhava para o pequeno comércio e para alguns revendedores.

Nas conversas semanais, falou muitas vezes da sua mulher: O Sr. António era casado há 48 anos e nunca discutiu com ela. Segundo as suas palavras, e porque acreditava no amor, deixou em Agosto o barro, e voltou para junto dela e da filha, onde cultivava o seu terreno, corta pinheiros e dá formação na junta de freguesia, aos jovens que lhe quiserem «*seguir os passos*»... ou o «*movimento das mãos*»!

Este mestre, de simples oleiro passou a ser encarado por mim como um avô. Sempre que ía para a olaria, não ía apenas para junto do meu informante, fonte de informação, ía sim, para junto de uma pessoa com quem muito aprendi, quer acerca da arte da olaria quer sobre relações interpessoais e histórias de vida.

1.4. Os conceitos

Muito antes de percebermos os contornos que a técnica da olaria tomou ao longo dos séculos, e de modo a melhor perceber o nosso objecto de estudo, convém explicar alguns conceitos-chave que envolvem o tema de estudo: a problemática e os papéis dos museus, a sua relação com a identidade e com o património; o nascimento e desenvolvimento da disciplina Arqueologia Industrial, com o seu objecto de estudo primordial, o património industrial; o modo de salvaguarda e transmissão desse mesmo património; e a musealização de sítios ou «in situ».

1.4.1. Identidade, Património e Museus

Identidade

«A identidade é, antes de mais, uma construção cultural, um processo, que não existe fora, nem sem os sujeitos que a reclamam perante situações de adversidade ou a alteridade. Assim, não se pode falar numa identidade pessoal ou cultural, mas em várias identidades, em que as sociedades actuais reconhecem as múltiplas identidades fragmentadas e mutáveis dentro de si mesma» (Magalhães, 2005:29). Cabe, em grande parte aos museus e espaços musealizados, a custódia da identidade local, regional ou mesmo nacional, através da culturas material e imaterial.

Património

Património, no seu sentido etimológico *«deriva de patrius e este de pater e de monium, que diz respeito, segundo o direito romano, com o poder masculino, a herança paterna e a necessidade de preservação dessa mesma herança. Esta ideia veio a desenvolver-se em pleno século XVI»* (Magalhães, 2005:21). A sociedade tem vindo a investir, desde aí, na conservação e divulgação do património, pois ele tornou-se fundamental para a definição de identidade de uma comunidade. Isto porque a memória do passado e a sua consciencialização no presente projectam a comunidade na posteridade.

Deste modo, o património tornou-se um bem de consumo já que veicula a transmissão, conservação e produção de memória social que legitima a ordem social contemporânea. Do património cultural são considerados, (tendo em conta a 17ª Conferência Geral da UNESCO,

realizada em Paris em 1972, relativa à Convenção sobre a protecção do património mundial, cultural e natural), os seguintes: 1- os monumentos - obras arquitectónicas de escultura ou pintura monumentais; 2- os conjuntos - grupos de construções isoladas ou reunidas; 3- os lugares- obras do homem ou obras conjuntas do Homem e da Natureza.

Atendendo à legislação portuguesa², a lei 107/2001, de 8 de Setembro, estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Esse mesmo património é definido por «*todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização*»³. O interesse cultural relevante pode assumir valor histórico, paleontológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico e reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade singularidade ou exemplaridade⁴.

É tarefa do Estado Português a salvaguarda e valorização do património assegurando ainda a transmissão da herança a gerações futuras, já que é um instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais⁵.

Muito do património móvel, imóvel, material e imaterial encontra-se já inventariado e são já conhecidas as acções da sua valorização e conservação. Muito desse património está em museus.

Museu

A tentativa de definição de museu tem sido cara aos interessados, desde os tempos dos gabinetes de curiosidades. A título exemplificativo, refira-se como o período de 1946 até aos dias de hoje, onde o termo tem sofrido algumas alterações⁶. De modo a uniformizar a questão, o ICOM (International Council of Museums), na sua 20ª Assembleia-geral, datada de 6 de Julho de 2001 em Barcelona, [portanto a sua última versão] estabelece a seguinte definição:

² www.dre.pt

³ Artigo 2ª relativo ao conceito de âmbito do património cultural.

⁴ Idem

⁵ Artigo 3ª relativo à «tarefa fundamental do Estado»

⁶ Por exemplo, a definição dos Estatutos em 5 de Setembro de 1987, art. 2, era a seguinte: «*o museu é uma instituição permanente, sem objectivos lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que produz investigação sobre os testemunhos materiais do Homem e do seu ambiente que, uma vez adquiridos, são conservados, divulgados e expostos, para fins de estudo, de educação e deleite.*»

«Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e dos seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição».

Segundo a APOM (Associação Portuguesa de Museologia), em 1979, um museu seria *«uma instituição ao serviço da sociedade, que incorpora, inventaria, conserva, investiga, expõe e divulga bens representativos da natureza e do homem, com o objectivo de aumentar o saber, de salvaguardar e desenvolver o património e de educar, no verdadeiro sentido dinâmico de criatividade e cultura»*⁷.

Para o INE (Instituto Nacional de Estatística), um museu é *«uma instituição permanente sem fins lucrativos, que faz investigação respeitante aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, e divulga-os para fins de estudo, educação e fruição.»*⁸

Na Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei 47/2004): *«Um museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; b) facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade. (...)»*

⁷ «Conclusões do colóquio APOM 79»

⁸ Conceitos estatísticos da área temática da cultura do Conselho Superior de Estatística/Grupo de Trabalho das Estatísticas da cultura, 1999.

1.4.2. Arqueologia industrial

A arqueologia industrial é a ciência que tem por objecto de estudo o património industrial preservado. Teve como berço a primeira nação industrial, a Grã-Bretanha, aquando da destruição da estação de caminhos de ferro Euston Station, em 1962. Nessa altura, emergiu ali e também no resto da Europa, o valor do património industrial, associado aos termos da reutilização de edifícios (para as vertentes educativa, social, económica e política) e da sua musealização, com a preservação *in situ* dos vestígios simbólicos, portadores de memória e identidade (Sampaio, 2002).

Em Portugal, é ainda uma ciência muito (aproximadamente 30 anos) embora o termo já tenha sido empregue por Sousa Viterbo, em 1896, em prole da defesa da preservação e o estudo dos moinhos ameaçados pela expansão das moagens a vapor.

Esta ciência iniciou-se pela mão da «preservação do património industrial» e não pela vertente universitária, como aconteceu na Alemanha, quando deixou de estar associada apenas às escavações e se direccionou para aquilo que o homem, mal ou bem, tinha preservado. Esta jovem ciência que utiliza os monumentos industriais, assume ainda vectores educativos, técnicos, económicos, e turísticos, porque a sociedade vai deixando vários rastros tecnológicos, ou seja, a sua acção na natureza, através dos artefactos e utensílios que produz.

A par disso, a arqueologia industrial, direcciona-se para a investigação dos vestígios da arquitectura, das máquinas e utensílios de trabalho que espelham as tecnologias passadas e a história da civilização industrial. Assim, a arqueologia industrial, serve-se desses mesmos contributos, futuras realizações próprias para a museologia. Como diz Jorge Custódio, só analisando os contributos das ciências, a arqueologia industrial e a museologia é que é possível compreender e interpretar o lugar do homem e das suas instituições e equipamentos fabris e industriais no processo do desenvolvimento histórico, económico-social, tecnológico e cultural geral (Custódio, 1991).

Marcos importantes no desenvolvimento desta ciência, em contexto nacional, foram certamente a Grande Exposição «Um mundo a descobrir, um mundo a defender»⁹, datada de 1985, o I Encontro Nacional sobre Património Industrial, de 1986; a criação, em 1987, da APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial) e a criação da AAIRL¹⁰ (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa). É uma ciência pluridisciplinar, que pode ver conjugados esforços de várias naturezas, como a engenharia, a arquitectura, a sociologia, a história ou a antropologia, visto ser a baliza entre a cultura técnica e a humanística.

É nos anos 90 que podemos assistir ao proliferar de instituições industriais musealizadas como o caso da EPAL (Empresa Pública de Águas Livres), com o Museu da Água, a EDP (Electricidade de Portugal), com o Museu da Electricidade, o Museu do Ferro de Moncorvo, o Museu do Vinho, no Cartaxo, o Museu dos Lanifícios, na Covilhã, o Museu da Indústria Vidreira na Marinha Grande, o Museu do Cimento da CIMPOR (Cimentos de Portugal), Museu do Papel, em Paços de Brandão, o Museu Têxtil de Famalicão e o Museu da QUIMIGAL no Barreiro.

Tratou-se de gerar uma museologia onde o elemento *exposição* apresentasse uma coerência espacio-temporal de significados, onde a permuta da relação homem-objecto e homem-máquina, do campo tecnológico para o campo museológico, se operasse na coexistência de factores sociais do desenvolvimento, passíveis de dar à instituição museológica um sentido de instituição formadora, catalizadora de cultura tecnológica. Isto é, uma instituição que não estivesse inanimada mas que, ao invés, problematizasse o conhecimento por mediação de objectos, isto é, do património industrial.

Aliados ao processo de desenvolvimento da arqueologia industrial estão os museus industriais, fonte, reserva e testemunho da memória desse património. Estes datam do século XIX, obra da produção intelectual dos franceses Saint-Simon e Fourier, embora o seu antepassado remoto seja a New Atlantis de Bacon. Naquele período, o museu industrial

⁹ Esta exposição realizou-se na central Tejo, em Lisboa, de Maio a Dezembro, tendo um saldo de visitantes muito positivo de nacionais e estrangeiros. A área ocupada rondava os 6.000 m²; porém, empobreceu-se por não possuir catálogo.

¹⁰ Os seus objectivos eram a salvaguarda do património industrial móvel ou imóvel, suporte da história industrial portuguesa, com objectivos museológicos.

começa a definir-se na criação e institucionalização dos conservatórios de artes e ofícios, nas academias científicas e associações particulares, promotoras da indústria.

O museu industrial torna-se uma realidade em 1851 até aproximadamente 1880, emergindo por toda a Europa, sendo a pioneira desta realidade a Reunião Universal da Indústria Moderna, no Palácio de Cristal, em Londres. Os museus criados funcionavam como extensões técnico-pedagógicas daquele ensino, ao mesmo tempo que permitiam o acesso à cultura mais geral, ou seja, os processos de fabrico, a maquinaria, processos e objectos de trabalho e os avanços tecnológicos.

Em Portugal os primeiros passos para o desenvolvimento da arqueologia industrial foram dados por Passos de Manuel, pois com ele surgiram as bases para a criação de um depósito geral de máquinas, modelos, utensílios, descrições e livros relativos aos vários ofícios. As suas ideias materializaram-se com António Augusto Aguiar, nomeadamente, com as criações dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa (localizado no edifício real da Casa-Pia de Lisboa, em 1884) e Porto (localizado no antigo Circo Olímpico, em 1887). Surgiram outras iniciativas como o Museu de máquinas e produtos rurais, do Instituto Geral de Agricultura, outro dedicado à actividade piscatória e marítima, na Escola Pedro Nunes, em Faro e o Museu do Distrito de Santarém.

Não descurando o papel importante que o património assumiu na identificação cultural das nações, devemos também assinalar a sua importância em termos económicos turísticos e de divulgação do país além fronteiras. «*O património industrial (...) bem aproveitado, conduzirá à implementação de estações museológicas receptoras de espólio inoperante e activo e incentivará novos esquemas funcionais que irão possibilitar a vinda dos estrangeiros e a movimentação de nacionais, levando em conta a elaboração de programas e circuitos turísticos que vão gerar postos de trabalho, provocar a capitalização de dividendos, conduzir à valorização de bens culturais e defesa da identidade do povo português*» (APAI, 1986:261).

Segundo Jorge Custódio, Kenneth Hudson, no seu Guia da Arqueologia Industrial da Europa, datado (1971) declara naquela data que não existiam museus de ciência e tecnologia em Portugal, nenhum *open-air museum*, ou seja, um museu industrial no sentido do património industrial preservado, embora não fosse desprovido de património industrial, muito pelo

contrário. «*Os espécimes raros e valiosos que Portugal possui e ainda desfruta, em relação a grande número de países industrializados, proporcionam-lhe condições excepcionais neste sector (...)*» (Nunes, 1986:61).

Os monumentos afectos ao património industrial, assim como acontecia com os edifícios e monumentos com valores estéticos, passaram a ser tão importantes quanto estes e por isso alvo de todo o interesse, prestígio e apoios financeiros (Sampaio, 2002). A valorização de um objecto pode revestir-se de várias formas, desde a conservação e restauro, à reorganização, musealização e reutilização. Exemplo disso são a New Tate Gallery e o Museu da Escultura em Roma, edificado numa central eléctrica. As fábricas que ainda funcionavam iam renovando as suas máquinas e, em paralelo, expondo a sua maquinaria antiga, mostrando uma certa diacronia e estimulando uma vertente educacional.

A preservação de sítios, espaços e monumentos, é necessária, pois eles asseguram a relação entre as pessoas e o espaço passado, algo que as fotografias, os filmes, os catálogos ou as monografias, não podem perpetuar.

1.4.3. Musealização de sítios

O conceito «musealizar» comporta duas acepções: numa acepção *literal*, significa tornar museu e pode assumir três vectores: 1- acondicionar entidades singulares ou seriadas, artefactos ou espécimes naturais, mas também, paisagens exteriores ou interiores, actos técnicos, fenómenos, enquanto suportes de informação significativa; 2- transmutar essas entidades em bens museológicos, passíveis de conservação e apresentação; 3- integrar essas entidades numa dupla rede técnico-logística e discursiva de relações funcionais de conservação, documentação, exposição, interpretação, ensino e investigação.

Numa acepção *histórica*, aparece associado ao segmento dessa cadeia realizado fora das paredes do Museu, ou seja, espaços exteriores, dignos de referência. Esta acepção, encontra-se intrinsecamente ligado ao conceito «interpretar». A musealização, como misto de acepção literal e história, abarca não só uma leitura situacional da envolvente como também, uma leitura textual e contextual de componentes chaves, como afirma Lameiras-Compagnolo (Lameiras-Compagnolo, 1995).

Na vizinha Espanha, segundo José M^a Molina Martínéz, «*el impulso dado en Europa durante el ultimo tercio del siglo XX a estos espacios [espaços ex-industriais], penetraran lentamente en España durante los años 90, propiciando com desarrollo de diferentes proyectos encaminados a la consolidación, conservación y puesta en servicio en alguns casos de muchos de estos complejos fabriles*» (Molina, 2004:39)

Em Portugal, «*Nos últimos 10 anos, nasceram e floresceram vários projectos museológicos que converteram e recuperaram espaços industriais em museus. Espaços cujas características arquitectónicas foram valorizadas e adaptadas para actividades culturais, recreativas ou educativas. Antigas fábricas que, ao serem reconvertidas, se transformaram em espaços de representação de uma memória local ou regional e para as quais, numa primeira fase contribuiu o empenhamento das autarquias e governo central e, numa segunda fase, uma população que ao sentir-se representada apoiou e contribuiu para a sua consolidação*» (Sampaio, 2002:6)

Armando Coelho Ferreira da Silva, devido ao emergir de casos de musealização e reconversão, defende ser necessário a existência de colóquios, como o *Colóquio de museologia industrial* dedicado ao tema «Reconversão e musealização de espaços industriais», realizado em 2002, no Porto, como forma de «*avaliar a expressão do florescimento de representativos projectos de reconversão e musealização de espaços industriais que têm proporcionado a repatrimonialização de numerosos marcos da nossa história económica e social, local e regional*» (Silva, 2002:17).

«*A valorização dos mais importantes desses espaços de memória social através da sua musealização é, (...) um dos caminhos que, aplicado de forma selectiva e com visão cultural, pode possibilitar que esta herança do saber fazer dos nossos avós possa ser preservada para novas gerações*» (Pinto, 2002:12). Possuímos vários exemplos, como o Museu da Ciência e Indústria (instalado nas antigas Moagens Harmonia), o Museu dos Transportes e Comunicações, o Museu do Carro Eléctrico, o Museu da Imprensa e Artes Gráficas, o Museu da Indústria Chapeleira, em S. João da Madeira que conta com a adaptação e reconversão da empresa industrial de chapelaria. «*Está em desenvolvimento um processo maior de consciencialização sobre esta vertente patrimonial [industrial] e um progressivo amadurecimento e qualificação das formas e modalidades de intervenção*» (Amaro, 2000:151)

Na zona de Lisboa, assinala-se a musealização de um núcleo arqueológico da rua dos Correiros, os núcleos museológicos do Seixal e Almada, os Fornos de Cal em Paço de Arcos, a Fábrica da Pólvora em Barcarena. Nos Açores, musealizaram-se as oficinas de um oleiro, de um ferreiro-ferrador e de um tanoeiro, em Vila Franca do Campo e Lagoa.

Identificaram-se os edifícios industriais como parte integrante do património cultural, porque explicam e são memória do nosso passado, testemunhando a nossa identidade. Segundo Victória Rabal Merola (2002), a conservação do património industrial conduz a uma série de considerações prévias, fundamentais para a sua execução:

- 1- O património industrial não é antigo nem uma obra de arte. Deve conservar-se como testemunho e material de estudo sobre formas de trabalho e de vida. Deve-se considerá-lo como uma nova antiguidade;

- 2- Deve realizar-se um trabalho com critérios de selecção tendo em conta que o património industrial é um património repetitivo e nem todo é passível de ser preservado.
- 3- O património industrial é didáctico. Indica como se trabalhava, se vivia e o que se produzia.
- 4- Deve ser concebida a reutilização como forma de assegurar a sua preservação.
- 5- Têm-se perdido e destruído, importantes exemplos do património industrial por falta de valorização e sensibilização sobre este património.

Agir na preservação do património industrial é preservar uma memória, uma identidade de um edifício, a sua maquinaria, uma actividade, uma população, uma região ou país. As identidades marcam diferenças e as diferenças incentivam o intercâmbio. Por isso, preservar o património passado é preservar a memória passada que, através da musealização presente, possibilita a reinterpretação no futuro.

«O movimento da nova museologia [fundada por Rivière] prefere estabelecer uma ligação com o indivíduo e a sua criatividade através da inserção do trabalho museológico [pluridisciplinar] dentro dos problemas sociais, no estudo da sua evolução e na prestação de serviços em conjugação com a esfera comunitária» (Gouveia, 1984:38). Trata-se da noção de Eco-Museu, ou museu de comunidade, no qual prevalece o desenvolvimento local, a ligação com o meio e a defesa do património; onde não se descuram as funções de inventário e estudo de colecções, como também lhe somam funções de âmbito educacional, cultural e social.

Os museus da cidade, circunscritos numa dinâmica muito particular de comunidade, aliam-se aos problemas sociais e contribuem para o desenvolvimento dos seus habitantes e visitantes. *«Os museus de cidade vão ocupar-se de uma área urbana dentro dos seus vários elementos, através da musealização de espaços públicos ou da concepção de roteiros de ligação entre as diferentes zonas, estabelecendo uma articulação com a actividade de uma determinada cidade. Os museus de sociedade vão ocupar-se da problemática social ligada a uma determinada sociedade pelo que irão privilegiar a acção directa com os seus visitantes».* (Gouveia, 1984:38).

«A musealização de um sítio corresponde necessariamente a uma transposição de valores patrimoniais para o plano museológico, sem que, para isso, tenham de ser deslocados do

local em que se encontram» (Gouveia,1992:6). Assim, os sítios musealizados são preservados, numa situação *in situ*. «*A musealização de sítios veio prosseguir, no plano interpretativo, uma série de transformações fundamentais operadas, no domínio museológico, no âmbito da utilização pública dos testemunhos culturais»* (Gouveia, 1992:7).

Segundo Henrique Coutinho Gouveia, a musealização de sítios em espaço urbano visa o estudo, a recuperação e a interpretação de um testemunho arquitectónico, com particular interesse patrimonial, cujo significado e importância histórico-tecnológicos passarão a ser objecto de divulgação da cidade. E por isso, traduz-se na valorização das realidades regionais, locais e conseqüentemente, nacionais. «*A salvaguarda e o aproveitamento museológico de sítios, ou seja, de testemunhos culturais do âmbito do património edificado ou natural e paisagístico, que importa manter devido ao interesse que revestem para um melhor conhecimento das áreas disciplinares com que se relacionam e por uma subsequente interpretação junto do público, tem vindo a merecer crescente atenção no contexto do panorama português da especialidade.»* (Gouveia, 1993:7)

Os anos 80 e 90, do século passado, foram decisivamente os anos em que esta sensibilização para o património local (muitas vezes industrial) assumiu contornos mais específicos e relevantes. Também nessa altura se deu o primeiro encontro sobre o tema. Estas acções de salvaguarda e valorização do património tiveram especial incidência em zonas como Alcochete, Seixal e Almada.

2. Estudo de caso

2.1. Alguns aspectos sobre a olaria portuguesa

Desde tempos muitos remotos que as peças de olaria fazem parte do vasto espólio deixado pela humanidade desde os tempos mais remotos, em manifestações de índole utilitária ou artística, mas sempre reveladoras das intenções e *modus vivendi* de povos desde a antiguidade até aos nossos dias, «*A olaria é o retrato das necessidades, ideias e espírito de invenção do povo...*». (CMA, 02/03:12) Por tudo isto, a olaria, ou cerâmica têm-se revelado preciosos auxiliares dos estudiosos, nomeadamente ao antropólogo, na sua tarefa de estudar culturas e interpretá-las, como é defendido no Guia Prático de Antropologia (Comissão Real Instituto de Antropologia, 1973)

O seu aparecimento, em termos temporais, remonta segundo os historiadores, ao Neolítico, quando as suas formas se tornam mais variadas e elegantes respondendo a uma necessidade estética, embora com pouca ornamentação. Todavia, em termos comparativos entre a cultura do Neolítico e a actual, pode-se correr o risco de afirmar que não aconteceu um processo evolutivo positivo acentuado, parecendo que as peças produzidas são equivalentes (Ribeiro, 1927).

A matéria-prima da olaria é a argila, um silicato de alumina hidratado, sendo constituída por alumina (óxido de alumínio- 40%), sílica (óxido de silício- 46%) e água (14%). É uma matéria que provém da degradação contínua das rochas feldspáticas, abundantes na crosta terrestre. As argilas podem ser classificadas em dois grandes tipos, as primárias e as secundárias ou sedimentares. As primeiras são as que se formam no seu próprio lugar de origem, a rocha-mãe, onde se encontram mais protegidas dos agentes atmosféricos; as outras são aquelas que foram transportadas para longe da rocha mãe, por acção da água, do vento ou mesmo dos glaciares.

Existem vários tipos de argila: o caulim, argila de bola, argila branca para loiça, argila refractária, argila para grés, argila vermelha e bentonito (Vigué, 1997:27).

Diversas são as tipologias e as tentativas de sistematização da olaria no nosso país, propondo muitas vezes linhas cronológicas definidoras de técnicas, da loiça lisa à esmaltada, passando pela empedrada com desenhos rudes, polida, pintada, decorada em relevo, vidrada. O que é certo é que toda a multiplicidade de processos foi já posta em prática e continuam actualmente. Daí que o cerne da arte oleira seja por um lado, a forma das peças, destinada às mãos e por outro, a imaginação do seu artesão na decoração. Ambas completam, e explicam, *de per si*, a simbiose entre a permanência e a contingência na arte popular portuguesa.

A olaria antes de mais é uma técnica; qualquer que ela seja resume-se essencialmente numa acção do homem sobre uma determinada matéria, por meio de operações que articulam os meios de acção, os gestos, o saber técnico e as opções dos actores, com determinados objectivos específicos: aquisição, produção, consumo e transporte de bens.

As formas podem ser variadas, antropomórficas, zoomórficas, ou fitomórficas. O seu acabamento, surge muitas vezes como necessidade, como é o caso do vidrado que serve como decoração e como distintivo da olaria para ir ao fogo; ou puro embelezamento, como é o caso do empedrado, do encrespado, do brunido, do polimento com seixos, estampagem, gravação, pintura, preenchimento com quartzo. Assim, as formas de acabamento variam muitas vezes consoante as matérias-primas existentes. Por exemplo, em Niza, utiliza-se o empedrado com pedaços de quartzo pela abundância desse material na região.

O barro tem diversas proveniências e características que lhe concedem cores mais claras, como o amarelo, ou mais escuras como o vermelho. Porém, é a forma de cozedura, oxidante ou redutora, que distingue a olaria vermelha da negra.

A nível nacional são conhecidas algumas colecções etnográficas que espelham a nossa produção: a colecção de olaria portuguesa do Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa; a Colecção de Olaria Portuguesa do Solar dos Zagallos (com catálogo editado), em Almada e a colecção de Margarida Ribeira, localizada no Convento de Montemor-o-Novo (com brochura editada).

No que concerne a trabalhos científicos sobre a temática, pode-se salientar, por ordem cronológica: o estudo de Solange Parvaux (Parvaux, 1968) sobre o Alto Alentejo; o trabalho do Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT, 1997), resumo de uma exposição sobre a

loiça preta; o trabalho de Rui de Sousa Martins (Martins, 1999), relativamente à olaria açoriana; e, por fim, outros trabalhos editados pelo Museu de Olaria de Barcelos.

A obra *Olaria Portuguesa- do fazer ao usar*, de 2003, é a referência mais actual sobre o tema da Olaria nacional. Abordando questões como: quando, onde e com que motivação se faz uma colecção, incide sobre o «*levantamento de tempos e memórias*» porque «*A olaria de antigamente é património nosso, é a nossa memória*» (Fernandes, 2003:29). Nesse trabalho, dá-se conta dos primeiros recipientes de barro que seriam simplesmente modelados e secos ao sol até à descoberta das virtudes da cozedura das peças que mudaram o mundo quotidiano, passando por uma resenha técnica e histórica do panorama português.

Relativamente à existência de centros oleiros e tipos de produção, podemos analisar quadro-síntese que se segue. Este quadro teve por base o Catálogo de Olaria Portuguesa da Exposição, então realizada no Solar dos Zagallos em 2002.

Tabela 1- Centros produtores por distrito e tipos de produção

Distrito	Centros produtores	Tipo de produção
BRAGA	Barcelos	Loiça vermelha - utilitária, decorativa, vermelha e preta, fosca e vidrada
	Braga	
	Vila Verde	
VILA REAL	Bisalhães (Vila real)	Fundamentalmente loiça preta, mas também alguma vermelha
	Vilar de Nantes (Chaves)	
BRAGANÇA	Felgar	Loiça vermelha, de tonalidade amarela, fosca.
	Larinho	
	Pinela	
	Miranda	
VISEU	Molelos (Tondela)	Loiça preta (maioritariamente)
	Fazamões (Resende)	
	Castro Daire	
GUARDA	Malhada Sorda	Loiça vermelha - utilitária, de tonalidade amarela, vidrada e não vidrada
	Seia	
COIMBRA	Poiães	Loiça vermelha e preta
	Arganil	
	Oliveira do Hospital	
	Tábua	
	Figueira da Foz	
	Alfarelos	
	Miranda do Corvo	
	Soure	
CASTELO BRANCO	Telhado	Loiça vermelha e preta
	Abrantes	
	Idanha-a-Nova	
	Polvarinho	
	Fratel	
	Castelo Branco	
LEIRIA	Leiria	Loiça vermelha - utilitária, decorativa e figurado
	Bajouca	
	Juncal	
	Caldas da Rainha	
LISBOA	Lisboa	Loiça utilitária e decorativa da mais grossa á faiança mais fina; materiais de construção (telhas e tijolos)
	Torres Vedras	
	Mafra	
SANTARÉM	Torres Novas	Loiça vermelha - utilitária
	Coruche	
	Abrantes	
	Almeirim	
	Mouge	
	Tomar	
PORTALEGRE	Nisa	Loiça vermelha (Talhas)
	Flôr da Rosa	
	Amieira	
	Cacheiro	
	Campo Maior	
	Elvas	
ÉVORA	S. pedro do Croval	Loiça vermelha - utilitária e decorativa (pintada)
	Viana do Alentejo	
	Estremoz	
	Brotas	
SETUBAL	Pinhal Novo	Loiça vermelha - utilitária, fosca e vidrada
	Santiago do Cacém	
BEJA	Ourique	Loiça vermelha - utilitária
	Almodovar	
	Castro Verde	
	Beringuel (Beja)	
FARO	Tavira	Loiça vermelha - utilitária
	Olhão	
	Faro	
	Lagos	
	Lagoa	
	Loulé	
PONTA DELGADA	Lagoa	Loiça vermelha- utilitária e figurado (A proveniência do barro é da Ilha de Stª Maria)
	Vila Franca do campo	

2.2.O estado da arte

Segundo o autor Luís Almeida Silva, (Silva, 2004) relativamente ao subsector cerâmico de «barro vermelho» (que representa os materiais de barro para construção como, tijolos e telhas), o número de empresas tem vindo a diminuir, tendo, decaído 30%, num período de 20 anos. Relativamente à produtividade, este subsector tem verificado melhorias (desde 1991) face ao barro branco, porque tem sofrido significativas modernizações, ao mesmo tempo que se têm encerrado as unidades menos produtivas.

A nível europeu, as importações gerais não são relevantes, todavia, em Portugal, tem aumentado a importação em subsectores da cerâmica e do vidro. No período de 1994 a 1998, os produtos exportados foram as cerâmicas decorativas, apesar de terem diminuído posteriormente. Seguem-se as louças e utensílios de uso doméstico também em faiança, grés e terracota, depois os ladrilhos e sanitários e por fim, a loiça em porcelana.

O autor cita ao Relatório Comunitário Panorama de l'Industrie Communautaire (EUROSTAT, 1997) e relativamente aos produtos cerâmicos, o sector *«estende-se desde pequenas empresas familiares que produzem produtos de argila, segundo os métodos tradicionais, aos grupos importantes, que se situam na vanguarda da produção de cerâmica de ponta, destinadas aos mercados emergentes»* concluindo com *« a modernização e a reestruturação constante é necessária neste sector a fim de manter e reforçar a posição de liderança mundial da União Europeia para este grupo de produtos de forte intensidade de mão-de-obra»*.

Segundo aquele relatório, e em jeito de conclusão, considera-se que o *«consumo dos produtos cerâmicos deverá atingir novamente os níveis de crescimento precedentes, à medida que o conjunto da economia comunitária saia da recessão e que a confiança do consumidor aumente»*. Estas perspectivas para a Europa não ajudam à consolidação do sector em Portugal, podendo suscitar ameaças para os mais fracos mas também oportunidades para as empresas mais atentas.

Em contexto português, o projecto *www.rotas da cerâmica.pt-turismo industrial, científico e cultural-narrativa do projecto*, (Silva, 2006) destina-se a promover em simultâneo o turismo da descoberta económica e o desenvolvimento da cerâmica nas suas várias vertentes. O

programa «Rotas da Cerâmica», mote da obra referida, tem procurado trilhar novos caminhos, geradores de valor, combinando o capital tangível de empresas, com histórias de um sector tradicional, com novas actividades em torno de novas formas de turismo, com uma política comercial de proximidade entre empresas e clientes. O seu objectivo é divulgar uma metodologia que permita outras entidades e sectores de actividade desenvolverem projectos semelhantes no nosso país como forma de reforçar uma nova dimensão do turismo de maior valor acrescentado, que sirva também para apoiar o desenvolvimento sustentado das empresas, ateliês, oficinas, museus, centros de formação e escolas, bem como outras entidades que promovam a cerâmica em Portugal.

Em alguns pontos do país, como no Alentejo e no Norte, ainda se encontram algumas pequenas produções artesanais, que têm com a principal finalidade, o pequeno comércio. Em Lisboa, não são conhecidas quaisquer olarias (na lógica da grande produção) em funcionamento. Todo este cenário nos leva a crer que a olaria cairá em desuso. Mas será esse o futuro da olaria portuguesa? Serão as necessidades das populações que ditarão o seu futuro, como afirma a autora Isabel Fernandes «*O futuro da olaria, (...) será por certo tão belo como o de épocas passadas, servindo as «necessidades» das populações futuras»* (Fernandes, 2003:61).

Relativamente à musealização de olarias, em contexto português, não foram encontrados muitos casos. Apenas se salienta a Olaria do Mestre António Batata em Vila Franca do Campo - Açores, projecto levado a cabo pelo Professor Doutor Rui de Sousa Martins (Martins, 1987 a)).

2.3.A Olaria do Desterro: Enquadramento histórico-geográfico

2.3.1. Enquadramento nas indústrias lisboetas (Séculos XIX e XX)

Em Portugal, a indústria moderna estabeleceu-se e progride depois de terminadas as lutas liberais, sendo no terceiro decénio do século XIX, que se dá o surto industrial. Nessa época, eram escassos os estabelecimentos fabris, de origem privada e predominavam os monopólios pré-capitalistas, que muito beneficiavam dos capitais públicos. Ainda muito tímido, devido ao atraso de Portugal face aos outros países, o período mais positivo foi o de 1840 a 1860, fazendo-se notar mais na agricultura do que em qualquer outro dos sectores.

A maioria das unidades de produção utilizavam mão-de-obra artesanal. Contudo, em 1834 começaram a instalar-se as máquinas a vapor nas unidades produtivas como a indústria têxtil, algodoeira, a indústria dos lanifícios e de fundição. Com isto acentuou-se a divisão técnica do trabalho, o que aconteceu até meados do século XIX.

A industrialização fixou-se em várias cidades como Lisboa, Barreiro, Setúbal, Porto e Guimarães, levando ao desaparecimento das pequenas indústrias rurais. Este panorama veio a alterar-se em 1913 e 1919 com a obrigatoriedade das entidades patronais participarem os acidentes de trabalho, com a obtenção da lei das 8 horas de trabalho e outras alterações. (Serrão, 1989:311-314)

Até à entrada de Portugal, na I Guerra Mundial, o crescimento da indústria não foi significativo embora se tivessem registado aumentos de operários nas unidades fabris. Em 1917, segundo Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (Serrão & Marques, 1991:129), contavam-se 205 estabelecimentos do sector industrial «Indústrias de cerâmica e vidros», com 7000 operários. Das unidades produtivas, 74% tinham menos de 21 operários, 19% entre 21 e 100 operários e 7% mais de 100.

José Mattoso defendeu que na primeira metade do século passado, se assistiu a uma lenta industrialização, pois esta desenvolveu-se sem o apoio fundamental de uma grande reforma agrária (Mattoso, 1993:61). Existiram três factores que contribuíram fundamentalmente para essa realidade: a crise de 1890-91, a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929. Faltava então um mercado nacional viabilizador do arranque, faltava comida, matéria-prima, mão-de-obra

abundante e barata e faltavam os consumidores, isto é, condições de base que somente a reforma agrária poderia fornecer a um crescimento sustentado e viável.

Nas décadas de 30 e 40 aproximadamente, 2/3 da população industrial activa trabalhava nos sectores tradicionais, em detrimento dos sectores de ponta mais modernos. No que diz respeito ao sector da cerâmica, contavam-se 76 fábricas com 7.650 empregados.

Na zona de Lisboa, no dicionário da História de Lisboa, foram detectadas a Fábrica de Cerâmica Constância, fundada em 1836, vocacionada para a produção de azulejos artísticos e a Fábrica de Louça de Lopes & C^a, em Alcântara. Não há qualquer referência à Olaria do Desterro.

António Correia falou-me da fábrica de cerâmica Viúva Lamego, localizada na Avenida Almirante Reis, da olaria da Rua da Imprensa Nacional e da Olaria dos Olivais. Quanto à primeira, trabalhava com barro branco para a realização de bens utilitários, vocacionando-se, mais tarde, para objectos artísticos. António Correia tem recordações de esta empresa comprar produtos à Olaria do Desterro. A Olaria dos Olivais e a da Rua da Imprensa Nacional (dos mesmos donos da Olaria do Desterro) funcionavam nos mesmos moldes, produzindo loiça vermelha de carácter utilitário.

2.3.2.A freguesia dos Anjos

A freguesia situa-se na zona oriental de Lisboa, ligeiramente a sudeste da cidade. O seu desenvolvimento, no século XIX, foi lento, caracterizando-se por construções pitorescas. No final desse século edificaram-se bairros como o da Estefânia e Andrade. A industrialização sentiu-se com a edificação de grandes fábricas, facto que se arrastou até ao início do século XX.

No estudo do folclore levado a cabo pela autora Maria da Luz Mouta, (Mouta, 1967), foi detectada a arte do barro. Assim ficaram, na toponímia os seus vestígios: O largo das Olarias situa-se entre as travessas do Terreirinho e do Jordão e as ruas das Olarias e Lagares; A rua das Olarias (Rua dos Lagares/Rua da Bombarda) a então chamada Rua do Rosário; O Beco da Olaria (Rua das Olarias/Largo das Olarias) até 1859 chamou-se Beco da Amoreira; por fim, As Escadinhas das Olarias (Rua das Olarias/Rua do Benfornoso).

No que concerne à vida económica, a actividade populacional era elevada, todavia, a freguesia era pobre. A olaria foi, de facto, a indústria que deu nome ao bairro das Olarias, tal era a sua importância, embora se tenha já extinguido (começou a extinguir-se no século XVIII). Nessa indústria, o barro utilizado provinha da Encosta do Monte de S. Gens, lado nascente (Mouta, 1967).

Em 1848 havia a oficina de Bernardo Martins, localizada no Largo das Olarias; a de Bento Gomes de Brito, na Calçada do Monte; a de Joaquim José Ramos, na Rua da Bombarda e a de Domingos Maia, na Calçada Agostinho de Carvalho. Existiram ainda a «Fábrica de Loiça de Estremoz», localizada na Rua da Bombarda, com 15 operários que pertencia a Manuel da Silva Rocha. O desaparecimento destas indústrias teve como principal causa a fundação das fábricas do Beato, do Rato, de Massarelos, no Porto, de Darque (Viana do castelo) e do Brioso, em Coimbra, século XVIII, (Mouta, 1967).

Embora aquelas fábricas tenham tido o seu término, surgiram outras como a Fábrica de António da Costa Lamego (actual Viúva Lamego) e a Olaria do Desterro, (com 18 operários no ano de 1957), que produzia produtos em barro para fins domésticos e que pertencia a

Joaquim Duarte & Filhos Lda. Há ainda referências a outras indústrias como a «Fábrica Portugal», «A Favorita Lda», «A Competidora» e «Ferreira & Marques, Lda». (Mouta, 1967)

2.3.3.O pátio

A cidade de Lisboa é abundante em pátios. Segundo Leite de Vasconcelos, Pátio «*consiste fundamentalmente numa espécie de corredor lajeado ou térreo (rua pouco larga ou pequena), ora em linha recta. Ora em linha quebrada, para o qual deita, de um lado ou de dois, uma fila de casas de andar baixo (rés-do-chão) e às vezes também de primeiro ou mais andares, dispostos à maneira de celas de convento. O corredor, que forma no essencial o pátio, inicia-se à beira da via pública, onde ostenta um número policial, como qualquer outro edifício, e onde pode ter um portal (de madeira, de ferro ou de grade); fica em geral sem saída pela extremidade da porta, e nisto de assemelha a um beco, diferenciando-se em que o beco se integra no arruamento da cidade, recebendo cada morada seu número, enquanto o pátio constitui propriedade particular, construído, como foi, para se alugar a varias pessoas*» (Vasconcelos, 1959:189). Existem outros termos para designar tais áreas como o termo beco, boqueirão, ilha ou vila.

Segundo os autores Ana Cristina Leite e João Francisco Vilhena (Leite, 1991), a história dos pátios está ligada ao nascimento e desenvolvimento urbanístico da cidade. Assim, o seu surgimento não é aleatório e reporta-se ao século VII, no período de ocupação muçulmana; os pátios já existiam quando Lisboa era denominada de *Ulixbuna* pelos Árabes. O pátio do período Medieval é uma continuação do pátio do período árabe, edificado segundo idênticas bases urbanísticas e sociais comunitárias. Na mesma altura, os quintais e hortas foram sendo transformados em novos pátios, num aproveitamento de todas as áreas disponíveis. Nos séculos XV e XVI, os pátios já existentes transformaram-se e originaram novos pátios. No plano urbanístico de Marquês de Pombal, relativo à reconstrução da Baixa Lisboaeta, não existem pátios. Porém, devido aos problemas causados pela re-distribuição dos espaços, surgem pátios/saguões, identificando-se como quintais comunitários.

Em meados do século XIX, surgiram duas novas categorias de pátios, no seguimento da extinção das ordens religiosas e da disponibilidade dos edifícios conventuais e por isso os claustros foram sendo readaptados a pátios. Por outro lado, e segundo Joana Diogo Ferreira (2002), Lisboa recebeu uma mão-de-obra não especializada e barata, sem recursos, devido à industrialização. O seu alojamento configurava um problema de difícil resolução, uma vez que a cidade era desprovida de infra-estruturas. Assim, os pátios surgiram como modos

primários de alojamento, um abrigo, sem mínimas condições de habitabilidade e salubridade, como se concluiu no *Inquérito aos pátios de Lisboa*, datado de 1902 e levado a cabo por Augusto Pinto de Miranda Montenegro.

A construção e edificação destes pátios, bairros ou vilas de operários, ficou a cargo de particulares e não do estado e por isso, a sua arquitectura tenha sido simples e barata. Os pátios assumiram expressão significativa no período entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX (a autora cita Rodrigues 1979, Teotónio Pereira 1996).

A mesma autora define e periodiza os pátios. Pátio é «*constituído por um espaço murado ou envolvido por casas de habitação e agrupa, geralmente, e, em volta de um terreiro, um conjunto de casas pobres*». (Ferreira, 2002) Para ela, existem três períodos: Num primeiro período, séculos XVI, XVII e XVIII, os pátios correspondiam a uma primeira fase de ocupação de espaços já existentes por uma população com diminutos recursos económicos. Num segundo período, de 1850 a 1930, deu-se a primeira tentativa de resolução da problema da habitação operária por parte de particulares. Num terceiro período, de 1930 a 1950, já quase não surgiram pátios, uma vez que havia um total desinteresse do sector privado por este tipo de investimento.

Em *Aldeias entre muros*, pátio é designado como recinto murado e descoberto sendo que as suas dimensões, plantas e construções são variáveis. Distinguem-se dois tipos de pátios: os que foram construídos como tal e os que surgiram da ocupação espontânea de um lugradouro ou dos pátios de palácios, claustros de conventos. Os lugares, os acessos e a ocupação urbanística, a arquitectura são os aspectos mais importantes dos pátios: o exterior potencia um interior, o seu acesso efectua-se fundamentalmente por intermédio de um arco ou túnel; os recintos são quase sempre quadrados ou rectangulares, em L ou em U. Os pátios, independentemente da sua forma, são aglomerados atípicos, intemporais.

Nos anos 90, a Câmara Municipal de Lisboa elaborou um estudo aos pátios de Lisboa e definiu pátio como a «*edificação ou conjunto de edificações de habitação colectiva que devido à sua configuração espacial, constitui um espaço físico e social de características endógenas*» (Dias, 1994).

Nesse estudo foram utilizados como vectores de análise a morfologia, os aspectos urbanísticos e a cronologia. Foram estabelecidas quatro categorias de pátios: os pátios de ocupação espontânea, de arquitectura corrente; os pátios de ocupação de áreas ou edifícios palacianos; os pátios de ocupação de arquitectura sacro/religiosa e os pátios de arquitectura de situação mista.

Filipa Alexandra Antunes (Antunes, 2002) no seu estudo baseado na análise de um *Roteiro das ruas de Lisboa* (1998) concluiu que a freguesia que detém maior número de pátios é Marvila, seguido da freguesia de Santo Condestável com 51 pátios e Alcântara com 37. A freguesia dos Anjos tem 7 pátios: S.Gonçalo (ref^a 77), Desterro (ref^a78), Indústrias (Ref^a79), Lima (Ref^a 80), Mariana a Vapor (Ref^a81) e Narciso (Ref^a82).

O Pátio do Desterro, ou Pátio das Indústrias, localizado na Rua Nova do Desterro e local depositário da Olaria do Desterro, nosso objecto de estudo, é assim designado pelos seus moradores e trabalhadores, em conversas informais. Apareceu também como Pátio do Desterro num roteiro de Lisboa, de 1848 (Vellozo, 1848). Corresponde à definição defendida por Leite de Vasconcelos e também às definições dos autores citados nas suas teses subjacentes à área da arquitectura.

O pátio é um recinto de forma rectangular, encontrado pelo percurso de um rua estreita, em calçada, paralela ao Hospital do Desterro. Tem número de porta, localizada junto a um portão de ferro. No seu interior existem uma casa de habitação, a olaria e outras oficinas de automóveis, de instalação recente.

No pátio, além da olaria, houve uma serração, uma empresa de ar condicionado, outra de molas e amortecedores, uma oficina de restauro de móveis e uma casa de habitação.



Ilustração 3- O pátio

2.4. A Olaria do Desterro: localização, edifício e actividade

Localização

A Olaria do Desterro, como já foi referido, localiza-se na Rua Nova do Desterro, nº14- Pátio, nas traseiras do Hospital do Desterro.

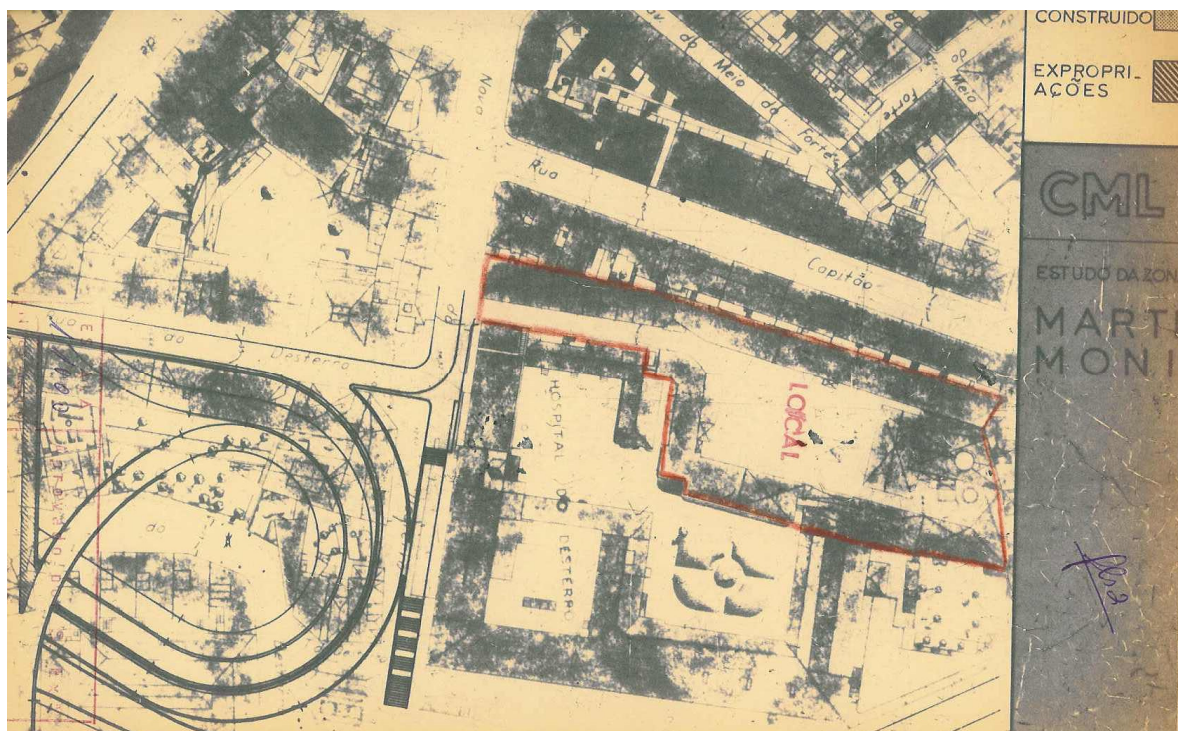



Ilustração 4- Representação gráfica do pátio onde se encontra a Olaria do Desterro. Processo de Obra 9363, 2572/DMPGU/OB/1973-SEM ESPECIALIDADE, Folha 2.



Câmara Municipal de Lisboa
DIRECÇÃO
DOS
SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIAIS
Batalhão de Sapadores
Bombeiros

Informação N.º 2092-S.I.F.
Registo N.º

REFERÊNCIAS:

Fóli. 2
Proc. 8/176/4/211

Nome: Manuel da Silva Frazão

Local: Rua Nova do Desterro, nº14. (Pateo 19/20)

Assunto: Anulação da intimação

Processo N.º 428/9/1ª

Informação	Despacho
<p>Em referencia ao presente processo nº51376/40/211 que junto se devolve, informo V.Exª do seguinte:</p> <p>A garagem com os nºs 19A - 19B e 19C recolle 4 automoveis, tinha na altura da vistoria 4 bidons de 50 litros com gasolina, possui piso intermediário e vigamento do telhado em madeira e tem anexa, uma pequena oficina de reparação de automoveis.</p> <p>Existem no pateo, ainda três garagens particulares, uma cocheira, habitações, arrecadações de madeira e louças, uma fabrica de olarias outra de azulejos, oficina de cerralharia civil e na rampa de acesso ao pateo, oficina de marcenaria, habitações e arrecadações.</p> <p>A meio do pateo existe tambem um barracão onde se armazena palha para embalagem de louças.</p> <p>A fabrica de olaria fica encostada às traziras dos prédios da Rua Renato Batista.</p> <p>No local não há qualquer meio de defesa contra o risco de incendio a não ser uma boca de incendio num edificio situado na rampa e outra na oficina de cerralharia civil, mas qualquer delas sem mangueiras e portanto, sem estarem em condições de utilização rápida.</p> <p>Já se deram incendios na olaria e podem vir a manifestarem-se novamente, assim bem na garagem e cocheira ou noutra qualquer das dependencias referidas.</p> <p>Não se deve pois resolver o caso da garagem, sem se pensar nas outras dependencias, não só pelo que respeita ao perigo de incendio,mas especialmente pelas consequencias que acidente desta natureza pode originar no Hospital do Desterro, provocando o pânico, visto ficar situado a curta distância.</p> <p>Resumindo: É pois este Comando de parecer que sendo as construções ali existentes impró-</p>	<p style="color: green; font-style: italic;">A ler 5.10.40</p> <p style="color: green; font-style: italic;">Juz. de apelação ali a'levant. de p'nto na de urbanizacao brasil em imp'nto.</p> <p style="color: green; font-style: italic;">27/11/40</p> <p style="font-size: 2em; font-weight: bold; color: black;">D. Sousa</p> <p style="font-size: 1.5em; color: black;">Siga o processo à D. S. II. O. P. conheciment. 28-11-40</p>

190-Of. Gráficas da C. M. L.-71-6.000 es.

Continua,

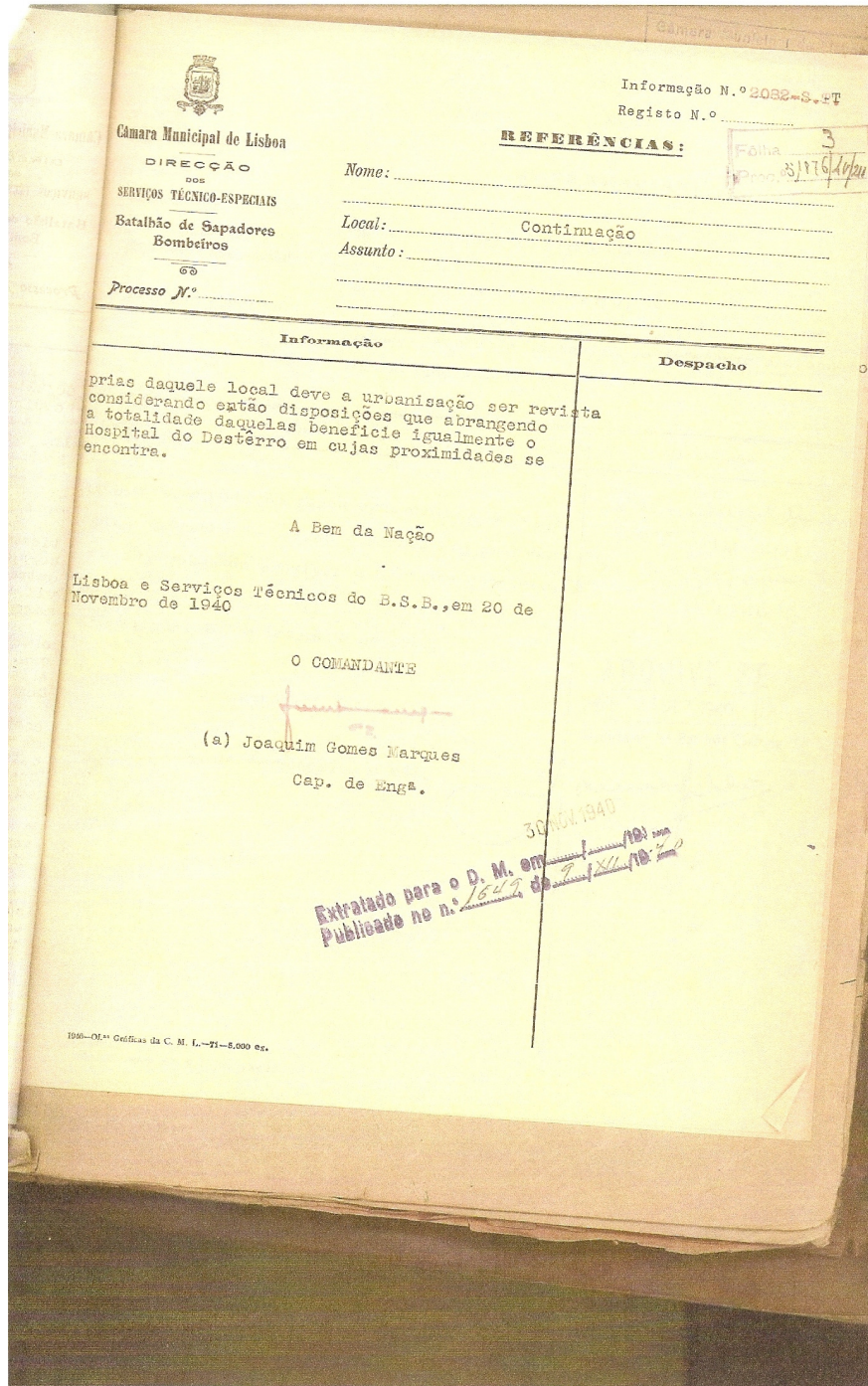


Ilustração 5- Documentos que caracterizam o pátio e referem a existência da Olaria do Desterro. do Processo de Obra 9363 do Arquivo de Municipal de Lisboa

O edifício

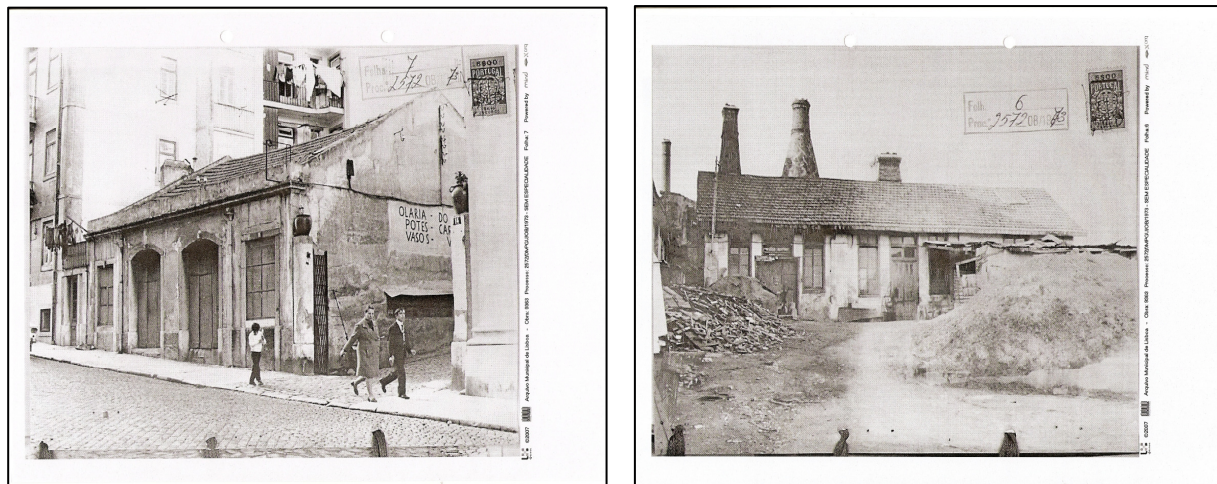


Ilustração 6- A imagem da esquerda representa a entrada do pátio onde está inscrita informação relativa à existência da Olaria, a fotografia do lado direito representa o barracão onde eram guardados alguns objectos para armazen, localizado ao lado da olaria, in Processo de Obra 9363, Arquivo Municipal de Lisboa. (1973)

O espaço destinado à olaria encontrava-se integrado no pátio coberto de pavilhões industriais, ocupando agora uma área mais reduzida do que no princípio do século XX. O edifício tinha uma planta rectangular com cobertura em telha de Marselha de uma só água, paredes de alvenaria de tijolo e uma estrutura em madeira - sobrado utilizado para a secagem e armazenamento de peças, moldes e utensílios de trabalho.

Existiam três fornos de lenha desactivados, feitos de tijolo, com chaminé comum. Relativamente ao estado do imóvel, podia-se aferir, a olho nu, que o edifício se encontrava em adiantado estado de degradação.

A Olaria encontrava-se dividida em dois andares, cada um com várias áreas funcionais: No rés-do-chão situavam-se: a zona do barreiro, onde era preparada e armazenada a matéria-prima; a máquina de amassar o barro – a fieira; as rodas de oleiro (5) onde o barro ganha forma; os fornos (3) onde se cozia em chacota e em vidrado; a secção do vidrado, com a almanja (tanque); e o armazém.

No que se refere às «*máquinas operatórias e maquinismo vários*», e tendo em conta um documento datado de 1955, existiam 1 motor eléctrico de 10 Cv, 5 rodas de oleiro, 3 fornos intermitentes, 1 moinho de bolas e 1 amassador de barro.

Especie de motor	Número	Potências	Número de registo
Vapor	-		
Gás pobre	-		
Óleo	-		
Gasolina	-		
Turbinas ou rodas hidráulicas	-		
Eléctricos alimentados por energia exterior	1	10 c.v.	

Geradores e recipientes de vapor: características:

Construtor _____ Sup. Ag. _____ m2 Timbre _____ N.º de Reg. _____
 » » _____ m2 » _____ N.º » » _____
 » » _____ m2 » _____ N.º » » _____
 » » _____ m2 » _____ N.º » » _____

Combustível empregado _____ Origem _____

Empresa que fornece a energia eléctrica Companhias Reunidas Gás e Electricidade

Corrente contínua 220 Alterna _____ N.º de fases _____ Tensão Alta

MÁQUINAS OPERATÓRIAS E MAQUINISMOS VÁRIOS

Número	Designação	Pais de construção	Capacidade de produção em 8 horas de trabalho
1	Motor eléctrico de 10 cv		
5	Rodas de oleiro	Portugal	
3	Fornos intermitentes	"	
1	Moinho de bolas	"	
1	Amassador para barro	"	
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

Ilustração 7- Documento nº38 (verso) do Processo 3/14092. Arquivo do Ministério da Economia e Inovação.

No 1º andar, dividido em duas partes, coexistiam a secção do asador, onde se colocavam as asas, e as estufas, para secagem das peças.

No 2º andar situavam-se a área dos moldes e outra estufa. Ambas tinham lugar junto da chaminé (comum aos três fornos), local de elevada temperatura que contribuía para a secagem rápida das peças.

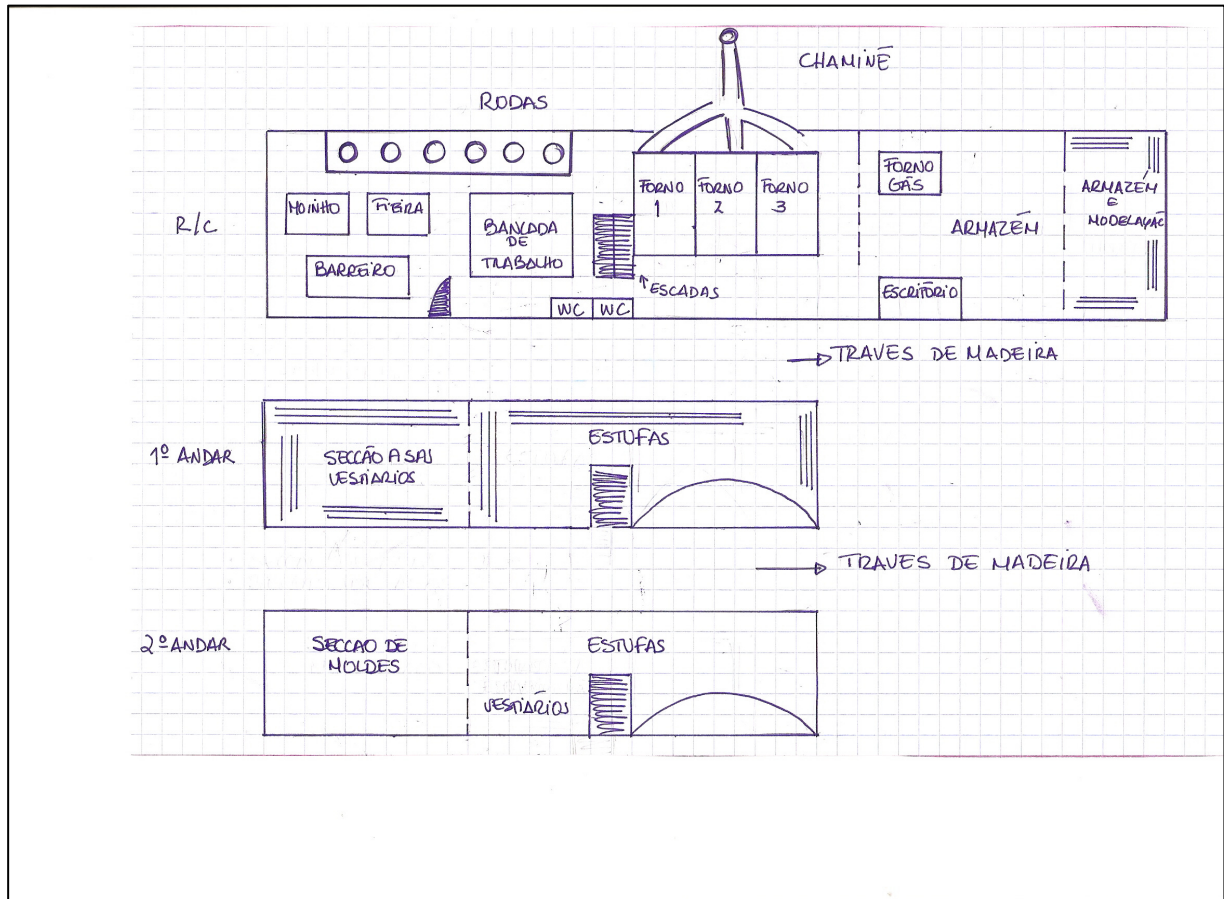


Ilustração 8- Esquema desenhado pela autora obtido através de observação directa.

Actividade

A olaria enquanto fábrica, iniciou a sua actividade durante a segunda metade do século XIX e encontrava-se ainda em funcionamento na altura da realização desta investigação (ainda que em contornos muito pouco significativos).

Segundo o documento seguinte da ilustração 9, datado de 21 de Dezembro de 1888 e assinado pelo Governador Civil de Lisboa Carlos de Oliveira, a sociedade foi constituída por Augusto Pires Branco, José das Neves e José de Araújo Campos. Naquela data, estes requereram licença para o «*estabelecimento de uma fábrica de louça fina e ordinária, tijolo e azulejo, no terreno (...) o sequeiro do Desterro*». As matérias primas empregues seriam o barro, a areia, o chumbo, a soda e a cal. O combustível usado nos fornos era a lenha ou o carvão. O fumo devia ser encaminhado por chaminés, de modo a não prejudicar a vizinhança. As oficinas destinadas à produção deviam manter-se com boa ventilação e limpas.

Governo Civil *Carlos José Pereira*, Bacharel for-
 mado em Direito pela Universidade
 de Lisboa, Governador Civil do Dis-
 trito Administrativo de Lisboa, etc etc.
 a Repartição

Nº. 284

Fico saber que havendo a sociedade constitui-
 da por *Augusto Pires Branco José das Ne-
 ves*, e *José Augusto d'Araujo Campos*, re-
 querido licença para o estabelecimento de
 uma fabrica de louça fina e ordinaria,
 tijolo e arulejo, no terreno denominado o
 "Osequião do Desterro", na Travessa da Cruz
 freguesia da Terra, 2.º Bairro, estabelecimento
 este comprehendido na 2.ª Classe da tabella
 annexa ao Decreto de 21 de Outubro de 1863, e
 tendo o respectivo processo preliminar
 corrido seus termos sem opposição, foi
 por despacho de 19 de novembro d'este anno,
 concedida a dita licença sob as condições se-
 guintes:

Primeira
 O estabelecimento occupará apenas o local des-
 cripto na planta junta ao processo.

Segunda
 As materias primas empregadas serão bar-
 ro, areia, chumbo, soda e cal.

Terceira
 O combustivel empregado nos fornos con-
 sistirá em lenha, matto, ou carvão de
 pedra, e conservar-se-ha sempre convenienter-
 mente arrumado.

Quarto
 O fumo proveniente da combustão nos
 fornos será todo encaminhado para umas
 chaminés, cuja altura excederá de um

Or Despacho Ministerial de 7 de Fevereiro
 ficou estabelecido que é devida multa sobre a taxa
 sempre que esta não seja paga até á data do v.
 d'este alvará.
 Lisboa, 27 de Junho de 1864
Ant. Gualthery
 Sec. do. comp.

metro e espigão dos mais altos telhados e ir
cumpridos em um raio de cementa metros.

Quinta
As officinas destinadas a preparação e pub-
licação do esmalte ou vidro da louça
terão uma boa e constante ventilação.

Sexta
O mais completo accio deverá ser man-
tido em todo o estabelecimento, evitando-
se os depositos d'aguas sejas ou queres-
quer outras noivas à saude. ✕

Sétima
Este alvará será apresentado ao admi-
nistrador do Bairro, à Camara Muni-
cipal, e ao Sub delegado de Saude no prazo
de quinze dias, será sempre conservado
no estabelecimento, e apresentado a todas
as autoridades que o forem inspeccionar,
p'elle se fará uso no prazo de seis meses, e
caducará logo que se verifique algum dos
casos applicaveis do artigo 26.º do Decreto de
21 de outubro de 1888.

Para titulo dos interessados e effectos legais lhes
mandei passar, nos termos do artigo 22.º do cita-
do decreto, este alvará que não pagou direitos
de mercê, nem taxa especial de sello, por não
dever em vista da lei.

Secretaria de Governo Civil de Lis-
boa, 21 de dezembro de 1888.

Governador Civil

Carlos de Oliveira

Fica

Avia. 1.200
Mo. 80
R. 1.280


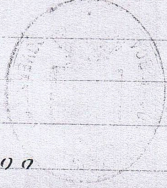


Ilustração 9- Documento nº 4 (frente e verso) do Processo 3/14092, Arquivo do Ministério da Economia e Inovação

Terá sido iniciada a actividade pelas mãos de dois companheiros de Coimbra, o Sr. Mineiro e o Sr. José das Neves. Em 1835, João Luís estabeleceu a fábrica na Rua do Pombal, de frente para a Imprensa Nacional, vendendo-a dez anos mais tarde a Miguel Gomes Marques, «O Miguel Oleiro», responsável pelo embelezamento da fachada com azulejos policromos. Por herança, esta olaria passou para o filho João Marques Correia, que, em 1914, a vendeu a Joaquim Duarte, na altura com 42 anos, oleiro desde sempre na Olaria de Santana. A Olaria continuou a chamar-se «Miguel Oleiro» em nome do seu fundador¹¹.

Em 1930, a firma de Joaquim Duarte, segundo a Conservatória do Registo Comercial de Lisboa¹² passou a chamar-se *Joaquim Duarte & Companhia*, e seguidamente *Joaquim Duarte & Filhos Lda*, devido ao empenho dos seus três filhos: Francisco, António e Manuel. A esta firma, foram alugadas as instalações da Olaria do Desterro.

Esta olaria produzia fundamentalmente de peças utilitárias- vasilhas, pratos e tachos além de objectos decorativos como é o caso das placas feitas em moldes que representavam monumentos nacionais como a Batalha ou os Jerónimos, a Penitenciária ou cenas da cultura popular como a tourada ou a Severa.

Em 1998 tendo aberto falência, e devido à inexistência de dinheiro para indemnizações, foi dada, aos trabalhadores, a oportunidade de ali ficarem a trabalhar. O sr. António Correia foi o único a querer ficar nessa situação, até à data deste trabalho.

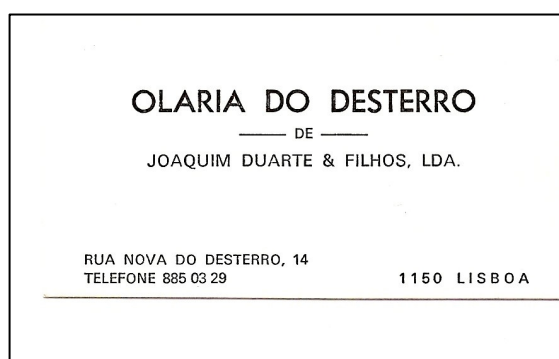


Ilustração 10- Cartão de visita encontrado na Olaria

¹¹ As olarias de Lisboa: O centenário do «Miguel Oleiro»- e os 80 anos de Joaquim Duarte, in Diário de Lisboa, 11/11/1950.

¹² Matrícula 12776 de 05/06/1930

2.5.A Olaria do Desterro: da produção à venda

2.5.1.A proveniência do barro

Durante muitos anos, o barro provinha das Terras de Fernão Ferro, em Sesimbra e Vila Nova da Rainha. Antes da construção do Estádio da Luz, havia também nesse local, um barreiro¹³. Segundo o informante, o barro vinha primeiro de carroça, passando posteriormente a vir de camioneta (lembra-se de ter ouvido o patrão falar). As toneladas de barro chegavam e eram depositadas no centro do pátio e com o auxílio de um carro de mão, o barro era transportado, em pequenas quantidades, para o interior da olaria.



Ilustração 11- O barreiro

Segundo do documento nº 41, do processo 3/14092 (já referido), o barro provinha de Lisboa e era contabilizado à tonelada. O zarcão provinha da Póvoa de Santa Iría e era contabilizado ao quilo.

¹³ Informação dada pelo sr. António Jacinto.

2.5.2. Produção artesanal

A loiça produzida na olaria era loiça vermelha, utilitária, vidrada e não vidrada e algumas peças decorativas obtidas através de moldes. Durante muitos anos, produziram vasos de flores, para as ruas da capital. A Câmara Municipal de Lisboa foi por isso, durante muitos anos, um dos clientes principais. Depois, a passagem para o fabrico de vasos de máquina, em Barcelos, a produção deixou de ser viável.

Além da Câmara Municipal de Lisboa, havia outro comprador muito importante, o Bráz e Bráz, que assegurava a exportação da produção para países como a Alemanha e Austrália. À parte disso, havia muitos clientes locais que compravam directamente no armazém, e outros nacionais que faziam encomendas ao vendedor/distribuidor. Era disso exemplo a restauração, alguns hotéis de Lisboa, restaurantes e escolas (para os refeitórios). Para estes clientes eram vendidas fundamentalmente peças de carácter utilitário. Ao comércio local estavam destinadas outras peças, como as placas com variadas imagens.

A produção fluía consoante as necessidades do mercado do espaço de armazenamento (que se fazia também no anexo ao lado da olaria, hoje casa de habitação, e onde também onde se situara o escritório do encarregado) obedecendo ao critério da sazonalidade. No Inverno, produzia-se menos, por um lado porque as peças demoravam mais a secar e havia a sobrelotação das estufas, por outro porque havia menos necessidade de recipientes de conservação, devido à temperatura ser mais baixa. No Verão, devido à necessidade de água fresca, produziam-se muitas bilhas e outros recipientes para conserva.

A época dos Santos Populares era a época em que se produziam vasos para plantas, como os manjericos e imagens de Santos como o Santo António, S. Pedro e S. João. A festa da cerveja e outros arraiais eram fortes consumidores, por exemplo, de canecas e chouriceiras. Segundo o informante, durante o Inverno trabalhava-se apenas o indispensável, «*para a folha*», enquanto que de Verão, se faziam serões, trabalhando-se ao sábado, «*por fora*».¹⁴

A produção diária era contabilizada por um encarregado que, a olho, distinguia e contabilizava as peças que cada um dos oleiros produzia. Todos os tipos de peças tinham uma

¹⁴ O informante referiu muitas vezes que chegava a ganhar mais do dobro de um outro salário, fora da folha de ordenado.

medida, 1/4. Diariamente, tinham de fazer ¼ disto, ¼ daquilo, sendo que esta medida variava de peça para peça, consoante o tipo, o tamanho, e o grau de elaboração. Essa informação perdeu-se.

Designação	Mercados a que se destinam	Unidade de venda	Preço de venda à saída da fábrica
Bilhas	Portugal	1	
Pogareiros	"	1	
Talhas	"	1	
Vasos	"	1	
Taxos	"	1	
Alguidares	"	1	
Tigelas da casa	"	1	
Assadeiras	"	1	
Canecas	"	1	
Cangirões	"	1	
Ninhos para pombos	"	1	
Mealheiros, etc.	"	1	

Capacidade de produção da fábrica (trabalho normal).....

Há engenheiro português, estrangeiro ou consultor responsável? Não

Regime de trabalho: Laboração contínua _____ intermitente _____

Meses em que trabalha Todo o ano, exceptuando domingos, feriados nacionais e alguns dias por semana em que não labora devido a paralisação das vendas.

Instituições sociais:

Educação _____

Assistência _____

Mutualidade _____

Economia _____

Previdência Caixa Sindical de Previdência do Pessoal do Ind. de Cerâmica

PESSOAL SUPERIOR

Gerentes técnicos: portugueses _____ estrangeiros _____

Gerentes comerciais: portugueses 1 estrangeiros _____

Lisboa, em 3 de Outubro de 1955.

O _____ (e) O PROPRIETÁRIO OU GERENTE DA EMPRESA

Ilustração 13- Documento nº39 do Processo 3/14092, Arquivo do Ministério da Economia e Inovação

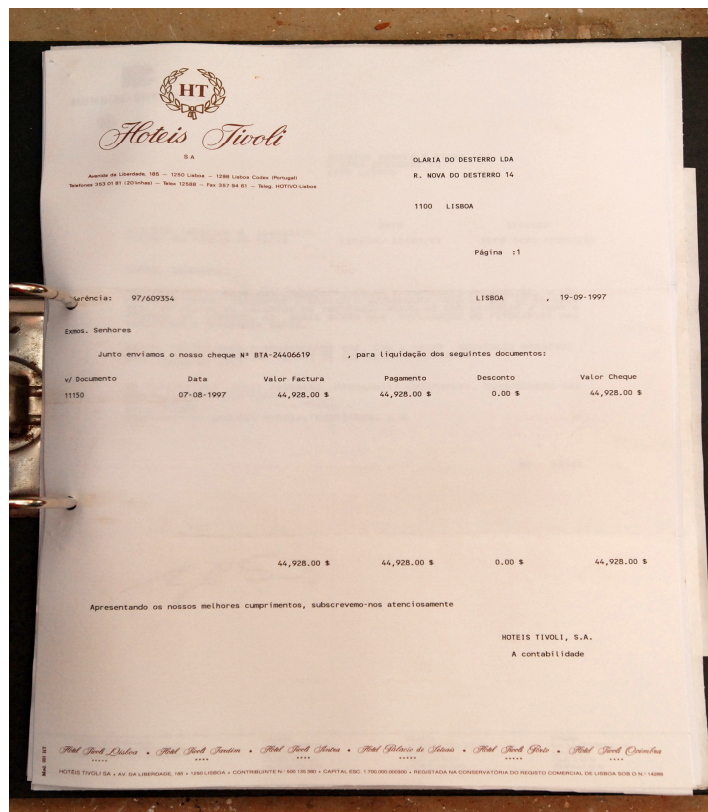
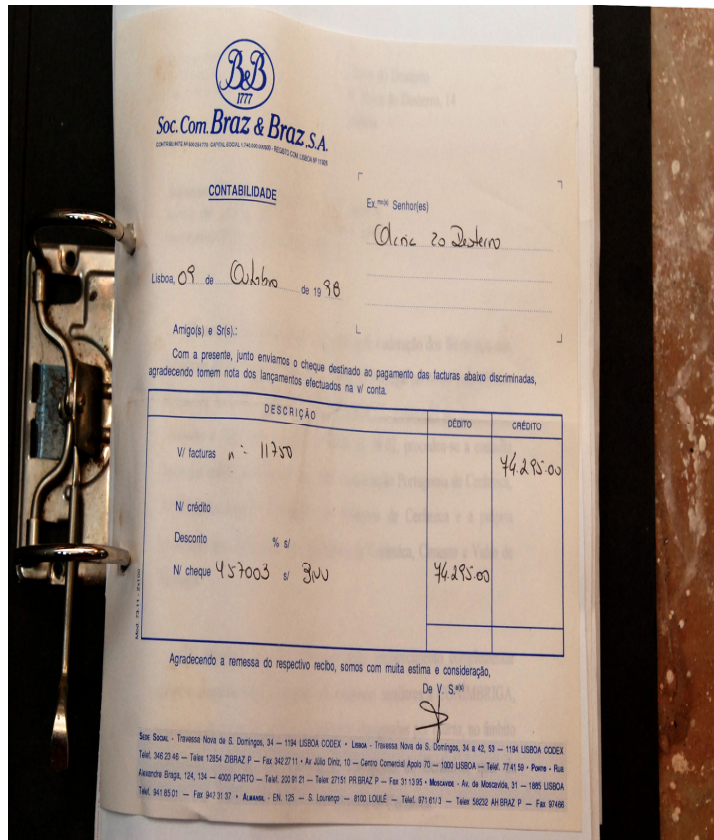


Ilustração 14- Guias de pagamento de compradores - Sociedade Comercial Bráz e Bráz e Hotel Tivoli.

2.5.3.A Olaria do Desterro: A cadeia operatória da produção

O conceito

A cerâmica, como qualquer outra técnica de fabrico, resulta da interdependência da matéria-prima e da técnica. Sem o barro não é possível fazer-se cerâmica, mas como o barro não se transforma sozinho, é necessário que as populações estejam na posse das técnicas necessárias para o manipular. As técnicas articulam-se e formam processos, cadeias de operações, que é importante perceber.

O conceito de cadeia operatória formou-se no início dos anos 50, pela mão de Marcel Mauss, que sublinhou, num estudo sobre técnicas, a importância do estudo dos diferentes momentos da fabricação, desde a matéria-prima até ao objecto final. Mas foi Marcel Maget que lançou a noção «cadeia de fabricação» ou «operações» e insistiu na necessidade de estudar as actividades em diferentes níveis, cortando-as, como num filme, em partes, ou cenas (Desrosiers, 1991:21-25).

Segundo Balfet, autores como M. Mauss, Marcel Maget e A. Leroi-Gourhan, naquela década, definiram um encadeamento de factos técnicos, cujas operações eram articuladas como ligamentos ao longo do processo, aguardando um certo resultado, de tal maneira que o observador deve poder reportar um acto técnico, mesmo isolado na série, na qual ele toma sentido, técnica e socialmente. Para a mesma autora, R.Cresswell e B.Martinelli, em 1976 e 1985, são respectivamente sucintos e gerais, colando a tónica na transformação da matéria em produto.

Sophie Desrosier cita R Cresswell, na sua obra de 1976 «*Une chaîne opératoire est une série d'opérations qui transforme une matière première en un produit, que celui-ci soit objet de consommation ou outil*» (1976:13). Cada etapa consiste num número de descritores, de elementos de acção e de um resultado. Os descritores são quatro: um nome científico, um nome indígena, um lugar e um tempo. Os elementos implicados numa etapa são de uma parte o agente e a energia que ele utiliza, de uma outra parte, os utensílios ou as matérias-primas. Adicionando um agente, um utensílio e uma matéria-prima, obteremos por resultado, um gesto e uma acção sobre o material. (Desrosiers, 1991:21-25)

Balfet e Ch.Pelras referem ainda uma outra definição: uma receita que implica uma série de operações, a que chamam «cadeia operatória». As várias etapas da cadeia correspondem a uma ou várias sequências, sendo que cada sequência se decompõe em gesto elementar ou átomo de acção técnica.

Hélène Balfet defende que o acto técnico é raro e organiza-se em séries de operações, as quais são indispensáveis e dependentes de uma cadeia, chamada cadeia operatória. Com os objectos e os conhecimentos técnicos, as cadeias operatórias constituem as três ordens de fenómenos que oferecem a análise tecnológica e cuja descrição e estudo podem dar conta de uma técnica.

Para esta autora, *cadeia operatória* apresenta-se como um encadeamento de actos, gestos e instrumentos que constituem um processo técnico, com grandes etapas mais ou menos previsíveis; é um conjunto de operações que um grupo humano organiza ou efectua, segundo os meios de que dispõe, principalmente o saber técnico, com vista a um resultado: a satisfação de uma necessidade socialmente reconhecida. Existem cinco factores que intervêm na cadeia operatória: o gesto, o utensílio, o actor, o saber técnico e a sua posição social. A cadeia operatória pode ser dividida em sequências e essas sequências podem subdividir-se em elementos fundamentais à sua compreensão: os nomes, os lugares, os actores, os utensílios e o tempo (Balfet, 1991)

A cadeia propriamente dita

A cadeia operatória aqui apresentada é fruto dos vários episódios contados pelo informante e não foram obtidos de forma simples, regular e directa. Antes foi resultado de uma reflexão dos vários pedaços de histórias e de *saber-fazer* que contava o oleiro, durante as estadas, semanais, na sua companhia.

a) A preparação do barro

Como já se referiu, o barro chegava à olaria em camionetas. Era, por sua vez, era levado, num carrinho de mão, para o interior da olaria. Passava pelo barreiro (depósito), onde era misturado; remolhava no tanque, passando a ser amassado na máquina de cilindros, «a fieira» com motor eléctrico. Posteriormente, era picado pelas mãos dos auxiliares ou ajudantes que o passavam aos oleiros, trabalhadores que só trabalhavam na roda.

b) Modelagem

O Sr. António toda a vida trabalhou na mesma roda artesanal (roda alta ou torno de oleiro). Ali existiam seis (já vendeu algumas). A roda artesanal girava através de rolamentos e quando accionada pelo movimento dos pés, normalmente o direito, fazia girar a cabeça/prato. Como contou, com «uma pesada» fazia uma peça. Já experimentou uma roda eléctrica, mecânica, mas não se adaptou visto só ter três mudanças e a embraiagem. Contou que com a roda artesanal, consegue manter o corpo em movimento, e principalmente, os pés quentes, o que não acontecia com a roda mecânica. Por outro lado, a restrição das três mudanças, limitava muito o movimento das mãos e a feitura das peças.



Ilustração 15- Roda com louceiro do lado esquerdo, prato e alpiota do lado direito

A roda de oleiro era composta pela roda propriamente dita que, através de rolamentos, faz girar a cabeça. Nesta assentava um alguidar de posição invertida, de modo a tornar mais alta a base da roda.

Na modelagem, os agentes fundamentais para a produção eram a roda, o oleiro, o barro e a técnica. Porém, existem alguns utensílios muito rudimentares, dos quais o Sr. António já perdeu o nome, por um lado, por não os ter de denominar, porque trabalha sozinho; por outro, porque a sua memória se vai desvanecendo.

Ao lado da roda e do oleiro existia um alguidar de barro, uma *alpiota*, cheia de água que servia para o oleiro ir molhando as mãos e ir lubrificando o barro que trabalhava.

Com o auxílio de um livro prático de olaria (Viguè, 1997) e com a observação directa do trabalho do oleiro, conseguiu-se inventariar alguns utensílios imprescindíveis à realização de peças, entre eles:

- Um *pedaço de pano* ou retalhos de lona que serviam de apoio à mão que auxilia o progresso da peça, cuja função era a protecção da pele, que sangraria.
- O *fio de nylon* (ou fio de corte), com duas rolhas/pedaços de madeira nas extremidades, necessário à retirada/separação da peça da roda;
- Um *pedaço de madeira rectangular*, para alisar os fundos e retirar os excessos de barro. Tinha o mesmo efeito dos *teques de arame*, ferramenta que servia para escavar ou esvaziar as peças maciças, ou seja, para extrair argila em excesso, e também para alisar e nivelar a superfície.
- Uma *cana*, para alisar e fazer bordos salientes;
- Uma *baliza* ou *medidas* (varas de madeira) que serviam de bitola/matriz para calcular a altura das peças.



Ilustração 16- Utensílios de trabalho



Ilustração 17- Fases da produção de uma frigideira

Nesta fase de produção, existiam outros instrumentos de trabalho encontrados na Olaria como as punções, teques, cortantes e verrumas: a punção servia para riscar e ligar peças; o teque, para extrair argila em excesso das peças torneadas; a verruma para fazer orifícios na parede das peças (em relação a este último, observou-se algumas vezes, a utilização de um prego). Os canivetes vasadores serviam para retirar a pasta em excesso.

Também existiam compassos e palhetas, (metálicas, de madeira, borracha ou plástico duro) cuja função era adelgaçar as superfícies.



Ilustração 18- Utensílios de trabalho



Os rodetes, chamados pelo informante de *formas* ou *bases*, eram placas circulares de madeira de gesso ou argila cozida e servem de base-suporte às peças torneadas; facilitando a realização de peças de grande porte na roda. Eram indispensáveis para facilitar a retirada das peças e seu transporte até às estufas, para secagem e enformamento.

Ilustração 19-Rodetes

Os carimbos eram peças importantíssimas na olaria. Eram eles que indicam através de símbolos, ou iniciais, a marca do futuro proprietário. Existiam carimbos da Câmara Municipal de Lisboa que serviam para marcar os objectos que se destinavam a esse grande cliente. O símbolo de um copo e um garfo servia e serve ainda hoje para identificar as peças que podiam ser utilizadas para uso doméstico, nomeadamente para a confecção e transporte de alimentos.



Ilustração 20- Carimbos: o 1º relativo à Câmara Municipal de Lisboa, o 2º é o símbolo de produtos para consumo e conservação de alimentos, o 3º é indefinido, o 4º relativo à Câmara Municipal de Lisboa e o 5º relativo à Olaria do Desterro.

b) A decoração

O empedrado, o polimento, o encrespado ou outras técnicas de decoração, descritas por vários autores, em vários estudos (Carneiro, 1989), como caracterizadoras da olaria portuguesa, eram alheias ao Sr. António.

A única forma de decoração ali utilizada era feita com barro branco. Através de uns arames finos, com as extremidades em forma de arrebites (ou outras), funcionavam como carimbos uma vez molhados em barro branco e aplicados às peças.



Ilustração 21- Carimbo da Força Aérea(?), (I.esq.) e marca da Olaria (I.dto).

Poder-se-iam utilizar pequenos pauzinhos pontiagudos (sem nome técnico), sovelas, peças dentadas, carretilhas e moldes abertos para executar pequenos ornamentos nos pés, asas, fazer gargantas, perfurações ou motivos em relevo.

Contou o Sr. António que antigamente, cada olaria tinha a sua marca, o símbolo ou desenho que serviam para distinguir os produtos das várias olarias. Esta aplicação era feita após a chacota e antes do objecto ser vidrado, o que era fundamental para a fixação do barro e da sua tonalidade branca.



Ilustração 22- Prego de escrever (l.esq) e símbolo da olaria (l.dto).

À parte destes desenhos era também usual (e ainda é embora o oleiro recuse estes trabalhos por falta de mão-de-obra) desenhar-se, com um prego grosso e com o mesmo barro branco, inscrições desejadas pelos compradores. Exemplos disso eram alguns cinzeiros, recentemente marcados com a inscrição «RESTAURANTE DALLAS».



Ilustração 23- Alguidar de barro branco(l.esq) e exemplo de cinzeiro inscrito (l.dto)

Para se fazerem as reentrâncias dos cinzeiros, para colocação dos restos do tabaco, utilizam-se estes marcadores.



Ilustração 24- Utensílio de trabalho utilizado na realização das reentrâncias dos cinzeiros.

c) Modelação

Para o Sr. António, «a roda era tudo». Não gostava de fazer moldes, ainda que as encomendas o obrigassem fazer um pouco de tudo. Embora a roda seja a principal fase na cadeia operatória da olaria, existiam outras tarefas que a complementam. Mas era na roda que a peça nascia, crescia e tomava forma.



Segundo o Sr. António e um seu amigo que a certa altura o veio ajudar na produção de figuras de St. António para as festas de Lisboa de 2007, «fazer moldes» não tinha muito que saber: bastava preencher o molde de gesso com barro e fazer pressão para o calcamento.

Ilustração 25- Utensílios utilizados na fase de modelação

Para a modelação eram necessários rolos de massa (para preparar placas e tiras de argila), retalhos de lona (para o auxílio na execução das placas ou tiras de argila), ripas de madeira (utilizam-se em conjunto com os retalhos de lona e rolo da massa, na execução das placas e tiras de argila) e espátulas (objecto de corte).



Ilustração 26- Espátula

Na olaria existiam centenas de moldes de gesso obtidos através da sua calcinação. Alguns moldes eram produzidos em Coimbra, numa fábrica, outros na outra olaria que os donos possuíam, na Rua da Imprensa Nacional que posteriormente eram trazidos para ali.



Ilustração 27- Moldes: Primeiras três imagens, múltiplos moldes, na última linha molde da Estátua de D. José, Presépio e bota

d) Secagem

O tempo de secagem variava consoante o tamanho da peça e a temperatura a que está exposta, de acordo com a humidade. Se fosse um cinzeiro, poderia ficar alguns períodos do dia ao sol; se fosse uma assadeira, à sombra, por causa do risco de abrir fendas «rachar», poderia necessitar de uma semana.



Ilustração 28- Estufas com ainda alguns objectos a secar

De Inverno e de Verão, as peças eram secas nas estufas, locais estratégicos montados para o efeito. Localizavam-se no primeiro e segundo sótãos (primeiro e segundo andares), nas áreas contíguas às chaminés, onde a temperatura era mais alta, com prateleiras de madeiras paralelas entre si.

e) Cozedura

A cozedura demorava dois dias completos: Um para enfornar e desenfornar, outro para cozer. A cozedura de peças previamente secas denominava-se *chacota*. Colocavam-se as peças, no interior do formo, aleatoriamente, mas com a preocupação de colocar as maiores e mais resistentes em baixo e as mais finas e leves no topo, deixando-se uma abertura em cima para a saída de gases. A esta cozedura dava-se o nome de *oxidante*, ao invés da *reductora*. A primeira caracteriza-se por uma situação de elevado aquecimento que envolve toda a câmara, deixando a posteriori, sair os gases de combustão através da chaminé ou outra saída, sistema este que assegura a boa ventilação no ambiente interna à câmara. A segunda, *reductora*, caracterizava-se pela não ventilação da câmara, conseqüente sufoco das peças, o que lhe conferia uma tonalidade negra. Em várias regiões do país, a esta prática de cozedura, denominava-se de *Soenga*, e era, fundamentalmente, utilizada no Norte.

Quando se tinha número suficiente de peças secas, podia proceder-se à cozedura. O primeiro passo consistia no enforamento: acondicionamento das peças no interior do forno. Neste processo, colocavam-se as maiores e mais pesadas, primeiro, as mais leves e pequenas no fim. Quando se tratava de objectos com banho de vidro, estes eram colocados segundo o mesmo método, mas com travessões, objectos rectilíneos, de barro, a separar, pois se estes objectos ficavam em contacto, eram alvo de colagem, devido às características do vidro.



Ilustração 29- Travessão

As trepes em ferro de formato triangular, chamadas pelo Informante de «pés de galinha», serviam para o mesmo efeito que os travessões, mas para pratos ou outros objectos de base circular.



Ilustração 30- Trempe triangular

Existiam também umas placas ou prateleiras, essencialmente de argilas compactas ou outros materiais com elevada resistência térmica que serviam para fazer de estrutura para a colocação de objectos. Pequenos cilindros de barro refractário faziam de pilares dessa estrutura.



Ilustração 31- Placas (l.esq.) e cilindros (l.dto)

O processo de cozedura era «feito a olho», pelo processo natural de observação da cor da cozedura (conseguido através de experiência), devido à inexistência de meios tecnológicos de medição de temperatura, tais como os pirómetros ou os cones pirométricos. No topo dos objectos era colocado um objecto de tamanho médio e era a partir do estado de cozedura desse objecto que se previa o estado dos outros. Segundo o informante, em *chacota* ora ficava mais ou menos cozido, «não importava muito», com o vidroado é que tinha de ser «mais séria» a observação da cozedura.

Para este trabalho eram precisos aproximadamente três homens, que enforavam, coziam e desenforavam. Devido ao fumo libertado e às fagulhas, a cozedura executava-se durante a noite e parte do dia (a partir das 18 horas); era preciso que arrefecesse e por fim, desenforava-se.



A temperatura de cozedura rondava, para a *chacota* os 800° e para o vidroado 1050°. Para a cozedura existiam três fornos, de forma quadrada com dois andares inferiores, onde se colocavam as peças; a fornalha, onde se colocavam as aparas, desperdícios de lenha obtidos na serração do pátio ou outras; e a caldeira, reservatório onde caía a cinza. Existia uma chaminé, comum aos três fornos, responsável pela ventilação.

Ilustração 32- Interior de um dos fornos



Ilustração 33- Interior de um forno desactivado (à esquerda), fornalha e caldeira (à direita)

O processo de cozedura era uma das fases da cadeia operatória mais importantes. Existiam regras imprescindíveis para o seu sucesso, nomeadamente, a boa arrumação das peças no interior do forno, principalmente no caso da cozedura de vidro do que em chacota, já que no primeiro caso, os objectos não se podiam tocar. O vidro era um agente muito poderoso de colagem, uma vez colados, só era possível separá-los, quebrando-os.

Num passado muito recente, a cozedura era feita no forno a gás.



Ilustração 34- Sr. António a enfiar peças em chacota e vidradas.

f) O vidro

Na Olaria produziam-se peças vidradas e não vidradas consoante a finalidade a que se destinavam: as primeiras para a confecção de alimentos ao fogo, as segundas para o transporte ou conservação de alimentos. Como o vidro era bastante caro, só se vidravam as peças no interior.

O vidro compunha-se de zarcão, pó de pedra mármore (padroneira) e chumbo (havia uma fogueira sempre a arder onde se utilizavam as baterias de barcos e carros como combustível). A mistura destes componentes era executada num moinho mas depois da sua venda (devido à proibição de produção aleatória de vidro), a mistura passou a ser efectuada manualmente com o auxílio de instrumentos de medida. Depois da aplicação do vidro, adquirindo tonalidade branca, as peças eram novamente colocadas no forno.

A pessoa que vidrava os objectos mergulhava-osna *almanja*, onde estava a mistura líquida de vidro usando apenas as mãos. Ao lado daquele tanque existiam dois potes com água para lavagem das mãos. O oleiro, por último, já não utilizava a *almanja* por ser demasiado baixa e ter de se curvar para a utilizar. Utilizava antes um alguidar com uma mistura de R100 e R18, um preparado de vidro, colocado na mesma zona, perto dos fornos de lenha e não do forno a gás.



Ilustração 35- Almanja

O método que se utilizava é o método de mergulho (método mais adequado para séries ou conjuntos de peças semelhantes) uma vez que produzia um efeito uniforme, de um modo rápido e sem desperdiçar muito vidro. Paralelamente a este método era usado outro, de derrame, que consistia na mesma função com os mesmos resultados de rapidez e economia. Existe o método do pincel mas não era regularmente utilizado na Olaria. O Sr. António utilizava os primeiros dois.



Ilustração 36- Processo de vidragem de peças

A função de vidrar as peças, cabia, muitas vezes ao forneiro. Enfornar e vidrar eram duas tarefas que se podiam realizar em paralelo e em sequência, embora muitas das vezes vidrar pudesse ser uma tarefa executada por auxiliares.

g) Comercialização/ distribuição

Era sobretudo nas feiras que se comercializavam os objectos de barro. Assim testemunham os postais ilustrados, reunidos na Coleção de Lapa Carneiro (CMS, 2003).

A produção da Olaria do Desterro era vendida directamente ao público, na loja destinada ao efeito. Porém, havia uma camioneta de distribuição, que assegurava a distribuição pelos respectivos clientes- Hotéis, Restauração, Escolas, grandes e pequenos intermediários (Bráz & Bráz). À distribuição estavam associados, sempre, um motorista da camioneta, um vendedor e um auxiliar.



Ilustração 37- Armazém

2.5.4.As profissões da cadeia operatória

Em Agosto de 1963, António Correia «*assentou praça*» na Olaria do Desterro, tinha então 26 anos. Por essa altura trabalhavam 30 homens: 6 oleiros nas rodas e 24 homens *por fora*, noutros trabalhos. Ganhava 20 escudos. Veio para a Olaria por intermédio de um primo que tinha uma loja perto do local e que frequentava a olaria. No início, o patrão aconselhou-o a mudar de emprego, pois não ganhava para comer, mas com o tempo e o avanço da prática, tornou-se num oleiro de primeira categoria.

O oleiro levantava as peças na roda, a ele e só a ele lhe era incumbida esta tarefa, aos auxiliares e ajudantes cabiam as funções de amassar o barro e retirar as peças da roda.

A profissão mais prestigiante era a de Oleiro, porém, desempenhavam-se outras actividades, como a de forneiro, asador, auxiliar/ajudante, moldador, motorista e distribuidor. A profissão de oleiro tinha três categorias sendo que não eram conquistadas por mérito mas sim pela saída dos mais antigos: quando saía um oleiro de primeira, por reforma, o de segunda ascendia ao seu lugar e assim, sucessivamente.

Os outros, muitas vezes intercalavam o serviço, «*não tinham poiso*», pelo que todos estavam aptos a desempenhar várias funções. O asador tanto colocava asas como podia fazer peças por moldes (estátuas, tabuleiros). Enquanto o forneiro enforrava, muitas vezes, o ajudante vidrava peças e ajudava no enforramento.

A Olaria do Desterro participou na elaboração de um documento, o Boletim do Trabalho e Emprego de 1998, nº 14, 1ª série, elaborado em Maфра aos 26 de Janeiro daquele ano, na rubrica «ACT para o sector das olarias de barro vermelho e grés decorativo». Ali fazem-se constar os enquadramentos profissionais:

Grupo I: Encarregado geral;

Grupo II: encarregado de secção;

Grupo III: modelador de 1ª, Oleiro rodista de liça vulgar ou de fantasia de 1ª. Pintor de 1ª;

Grupo III-A: Motorista de pesados;

Grupo IV: Decorador de 1ª, Filtrador; Formista-modelista de 1ª, forneiro, modelador de 2ª, oleiro formista ou de mambugem de 1ª, oleiro jaulista de 1ª, oleiro rodista de louça vulgar ou de fantasia de 2ª, operador de enforra e desenforra, operador de máquina de amassar ou

moer, operador de máquina semiautomática, pintor de 2ª, prensador, prensador ou misturador de pastas, tintas ou vidros, vidrador de 1º;

Grupo IV-A: Motorista de ligeiros

Grupo V: Ajudante de operador de enforna ou de desenforna, decorador de 2ª, Embalador/empilhador, escolhedor, formista, formista-modelista de 2ª, forneiro-ajudante, oleiro asador-colocador, oleiro formista ou de lambugem de 2ª, oleiro jaulista de 2º, operador de máquina automática, preparador de enforna, vidrador de 2ª;

Grupo V-A: Acabador

Grupo VI: Ajudante de motorista, ajudante de operador de máquina semiautomática, ajudante de preparador de pasta, amassador ou moedor de barros, auxiliar de armazém

Grupo VII- Auxiliar de serviços

Grupo VIII: Aprendiz com 18 anos ou mais de idade.

Grupo IX: Aprendiz com 17 anos

Grupo X: Aprendiz com 16 anos.

Assinaram este documento, além da Olaria do Desterro, a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, Casimiro Sardinha e Sombreireiro, Norberto Domingos Batalha, Olaria de Vale Coelho, Cerâmica Grandela, Eugénio Maria Galiza Sardinha.

A variedade de categorias e subcategorias de profissões, ainda que existentes, não se faziam aplicar na totalidade. Na Olaria do Desterro, havia apenas os auxiliares/aprendizes e ajudantes, os asadores, os modeladores, os forneiros e respectivos ajudantes, os decoradores, os oleiros, os vendedores de loiça e os ajudantes de motorista.

2.5.5.A mão-de-obra

Naquela indústria, a mão-de-obra era masculina. António Correia apenas se recordava de lá ter visto uma mulher, já num passado mais recente e na função de escriturária. No escritório, foram encontrados três livros de cadastro (livros que desde o Estado Novo eram obrigatórios nas empresas para cadastrar os empregados). Nesses documentos encontraram-se os dados pessoais, como nome, data de nascimento, naturalidade, morada, profissão e observações assinaladas pelo patrão (anexo 3). Assim, foi possível aferir de onde eram naturais, onde habitavam, qual a idade com que entravam para a empresa, as várias profissões e até mesmo, o seu carácter e comportamento no funcionamento da Olaria (anexo 2).



Ilustração 38- Livros de cadastro

Embora já ali tivessem trabalhado algumas dezenas de pessoas (informação dada pelo Sr. António Correia), segundo o documento nº 40 do processo 3/14092, em 1955, existiam: 3 homens com a profissão de oleiro, 2 ajudante de forneiro, 1 asador, 5 não especializados e 1 motorista. Um dos operários não especializados era menor.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS

INDÚSTRIAS INSALUBRES, INCÓMODAS, PERIGOSAS OU TÓXICAS

3.ª Circunscrição Industrial

N.º do processo 32/19 N.º do alvará 4.652 Classe 2

Local do estabelecimento Rua Nova do Desterro, nº. 14 - LISBOA

Concelho 2.º Bairro Distrito Lisboa

Indústria principal Olaria ordinária de barro vermelho

Grupo Classe Indústrias acessórias Não tem

Data da fundação da fábrica 22 de Outubro de 1924 Transmissões Em 1929
para a actual Firma, só as instalações, sendo o edifício arrendado

Natureza da Sociedade por actas Capital social 6.000 \$ 00

Suprimentos vários 75.000 \$ 00

Valor actual das instalações 60.000 \$ 00 \$

Firma Joaquim Duarte & Filhos, Limitada

Vias de comunicação: chegada de matérias-primas Terrestre

Saída dos produtos Terrastra

Indicações gerais sobre as construções e edifícios
Placas de cimento armado com vigas de ferro e alvenarias de pedra e cal

Proveniência da água Companhia das Águas de Lisboa

Esgotos Ligados ao colector da via publica

PESSOAL OPERÁRIO E DE ESCRITÓRIO POR PROFISSÕES (1)

Profissões	Oleiros		Forneiros ajudantes		Azador		Empregado especializado		Motorist			
	Número	Salário médio diário em centavos	Número	Salário médio diário em centavos	Número	Salário médio diário em centavos	Número	Salário médio diário em centavos	Número	Salário médio diário em centavos		
Homens	3	4425	3	3183	1	3650	1	3650	5	2880	1	4533
Mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Menores {	Sexo masc.º	-	-	-	-	-	-	-	1	820	-	-
	Sexo fem.º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Ilustração 40- Documento nº40, Arquivo do Ministério da Economia e Inovação

2.5.6. O horário de trabalho

O horário de trabalho era das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, sendo que no último dia da semana saíam às 17h. Trabalhava-se ao sábado até ao meio-dia (semana inglesa). No Inverno trabalhava-se o dia completo, no Verão, apenas até ao meio-dia. Com a entrada de Marcelo Caetano no governo, muitas alterações se processaram: o dia de sábado passou a ser um dia completo de descanso e passou a haver direito a subsídio de Natal, ainda que o patrão só pagasse o que queria (posteriormente o subsídio passou a ser relativo a duas semanas de trabalho).

Segundo o documento nº 39, do Processo 3/14092, o horário de trabalho incidia sobre todo o ano, exceptuando domingos, feriados nacionais e alguns dias da semana em que não se laborava devido a paralização das vendas.

O trabalho dos sábados era pago por fora, o que agradava bastante os trabalhadores da Olaria, que não faziam ideia das despesas e que estavam quase sempre contra o patrão. António Correia, recebia muitas vezes mais outro salário e meio por fora, além do seu salário mensal, isto porque trabalhava horas extra e produzia com desembaraço. Por outro lado, por ser filho de um oleiro e ter experiência dos seus problemas, encarava melhor as dificuldades do patrão que os outros colegas, que estavam sempre prontos a «apunhalá-lo».

ORIGINAL

O abaixo assinado António Jacinto da Silva
 beneficiário n.º 416-27-6-98, da Caixa Sindical de Previdência dos Operários da Indústria
 Cerâmica declara, para os devidos e legais efeitos que recebeu da Firma JOAQUIM DUARTE & F.ª, LDA,
 com sede na Rua Nova do Desterro, 14 — LISBOA, a quantia de Esc. 35700.00
 (.....), referente a junho
 do período de de de 1987 a de de 1987
 conforme discriminação abaixo:

..... dias de trabalho a	\$	<u>35700.00</u>
..... horas de trabalho normal a	\$	\$
..... horas extraordinárias a	\$	\$
.....	\$	\$
TOTAL		<u>35700.00</u>

DESCONTOS:

Caixa de Previdência	<u>3977.00</u>	
Imposto Profissional	<u>893.00</u>	
Sindicato	\$	
Fundo de Desemprego	<u>357.00</u>	
Caixa de Previdência	\$	
.....	<u>5177.00</u>	<u>5177.00</u>
LIQUIDO A RECEBER		<u>30523.00</u>

Mais declara que recebeu a cópia deste original.

António Jacinto da Silva

Ilustração 41- Folha de ordenado

No apogeu da Olaria que durou, segundo o informante, até meados de 70, os fornos coziavam diariamente. Nessa altura, os forneiros era quem ganhava mais, pois muitas vezes, após uma noite de trabalho continuavam pelo dia fora com outras funções. Estes ganhavam também «à parte».

Depois de secos e cozidos, os objectos de maior dimensão, como era o caso dos vasos, ficavam ao relento, no pátio, por falta de espaço no interior. Durante o dia, os empregados tomavam conta dos produtos, a partir das 19h, o portão do pátio era fechado e o encarregado dormia no anexo, tomando principalmente conta dos vasos.

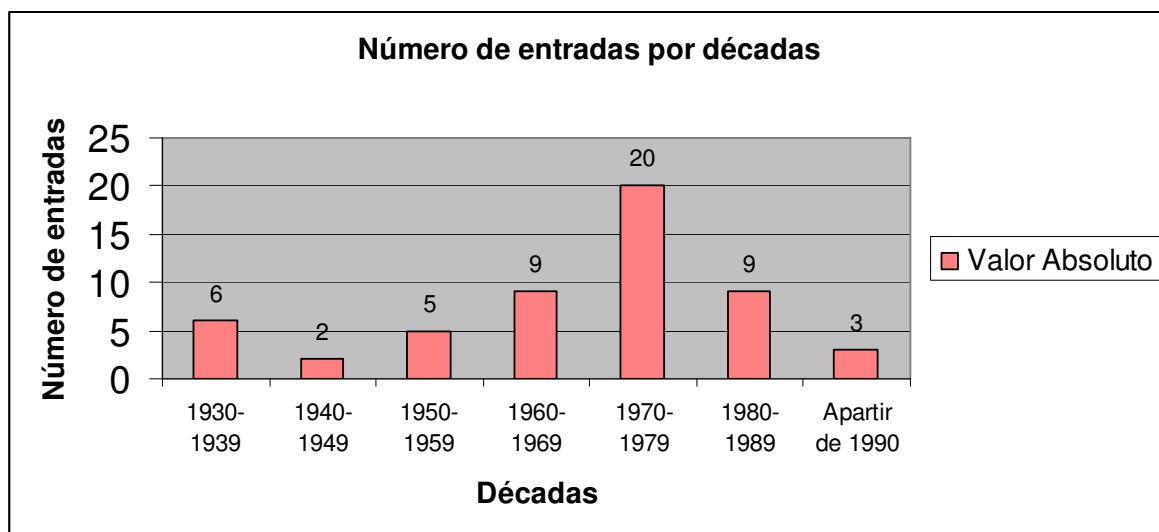
Relativamente aos impostos, o Sr. António contou que, ao longo de toda a vida profissional, sempre foi um cidadão exemplar. Descontou para a Segurança Social e para o Fundo de Desemprego, o qual era da responsabilidade do trabalhador, pago mensalmente na Graça e correspondia a 30 escudos. Segundo a documento referido anteriormente (Documento 39), os funcionários descontavam para a Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria de Cerâmica.

2.5.7. Caracterização dos trabalhadores

O estudo do perfil sócio-demográfico dos trabalhadores da Olaria do Desterro teve como base os livros de cadastro encontrados no escritório. Estes livros de cadastro eram documentos obrigatórios. Através da análise desses documentos, conseguiu-se elaborar uma listagem de nomes e dados pessoais relativos aos trabalhadores, como a data de nascimento, profissão, data de entrada para a Olaria, estado civil, escolaridade. Isso permitiu conhecer melhor o conjunto de trabalhadores que asseguravam a mão-de-obra daquela indústria. Para uma visão detalhada deve consultar-se a tabela geral (anexo 1).

O primeiro ano com registo de entradas foi 1930 e o último 1997. As entradas foram agrupadas por décadas, para melhor se realizar a análise. Assim, tem-se como resultado o seguinte gráfico:

Gráfico 1- Número de entradas por décadas



Analisando o gráfico, denota-se que, em termos de contratação, a década áurea foi a de 70, precedida das décadas de 60 e 80 (contratação de calcadores de barro, motoristas e seus ajudantes do sector da distribuição, aprendizes, auxiliares e ajudantes de forno). Nestas décadas, a olaria teve 9 entradas anuais, nomeadamente, auxiliares e aprendizes, como aconteceu nos anos 90, com 3 entradas.

A primeira década marcou o início da produção; contou com 6 contratações: entraram 2 trabalhadores não especializados, 2 ajudantes de forno e 2 forneiros/asadores. Nas décadas de

40, 50 e 60 foi quando se registou a entrada de oleiros de várias categorias. Nos anos 90, por causa do declínio da produção da empresa, contrataram-se menos trabalhadores, nomeadamente 3, polivalentes, auxiliares e aprendizes que, por conseguinte, eram os que menos tempo ficavam na empresa, em grande parte devido à precaridade do trabalho (segundo o informante). Na mesma década, a equipa de trabalho também enfraqueceu, uma vez que os mais velhos foram saindo para a reforma e não foram substituídos por oleiros jovens que pudessem assegurar a continuação da produção.

Após se saber os anos de maior contratação, é necessário perceber a idade com a qual os trabalhadores entravam para a Olaria. Para uma melhor percepção, realizaram-se intervalos de idade.

Tabela 2- Relação intervalo de idade/efectivos

Intervalo de Idade	Efectivos	Percentagem
[10-20]	19	35,2
[21-30]	19	35,2
[31-40]	4	7,4
[41-50]	4	7,4
[51-60]	3	5,6
S/Informação	5	9,3
Totais	54	100,0

Da análise da tabela apresentada, concluí-se que era entre os 10 e os 30 anos que os empregados entravam para a olaria, (representação de 70,4%, soma de 35,2% com 35,2%). Eram fundamentalmente os mais jovens que íam para ali trabalhar depois de terem abandonado, precocemente, a escola. Os mais velhos, na faixa dos 51-60 anos, eram em número pouco significativo, cerca de 5,6%, (designadamente 2 forneiros e 1 calcador de barro).

Detectaram-se cinco casos desprovidos de informação.

Relativamente à escolaridade dos trabalhadores, encontraram-se nos livros de cadastro, categorias não uniformes, veja-se a síntese na tabela:

Tabela 3- Relação escolaridade/efectivos

Escolaridade	Efectivos	Percentagem
Sabe ler e escrever	1	1,9
Primária incompleta	5	9,3
Primária completa	28	51,9
5º Ano	1	1,9
Não sabe ler nem escrever	4	7,4
9º Ano	2	3,7
S/informação	13	24,1
Totais	54	100,0

Em primeiro lugar, deve esclarecer-se que a categoria *primária incompleta* foi criada de modo a agrupar a informação como «2ª Classe», «3ª Classe» para melhor análise. Se se analisar os dados separadamente, percebe-se que 51.9% dos trabalhadores possuía a escolaridade completa - 4ª classe. Apenas 7.4% não sabiam ler nem escrever. 3.7% detinham o 9º ano (últimos trabalhadores que entraram para a olaria com profissões de auxiliares). Se agruparmos a categoria *sabe ler e escrever*, com a categoria *primária incompleta* e *primária completa*, soma cerca de 63.1% de trabalhadores alfabetizados, contra 7.4% sem escolaridade.

Nesta rubrica devemos salientar que não encontramos informação em 13 casos, ou seja, 24.1%.

Os trabalhadores da Olaria provinham de diversos pontos do país. Todavia, existiam áreas melhor representadas que outras. Tome-se em análise o seguinte gráfico.

Gráfico 2- Origem dos trabalhadores por distrito



Os distritos enumerados são distritos da Região Norte e Centro: Viseu, Setúbal, Castelo Branco, Bragança, Vila Real, Guarda, Viana do Castelo e Braga. Tem-se o arquipélago de Cabo Verde com uma ocorrência, a categoria «sem informação» com 4 ocorrências e 4 casos não contabilizados por falta de informação. O distrito de onde provinham mais trabalhadores era o Distrito de Lisboa, com trabalhadores (35.2%). Este é precedido dos outros distritos, como o de Coimbra e Castelo Branco com 7 e 6 trabalhadores; Viseu, Setúbal e Vila Real com 4 e outros muito pouco significativos, com 1 trabalhador - Bragança, Guarda, Viana do Castelo e Braga.

Sobre o estado civil, dos trabalhadores, analise-se:

Tabela 4- Relação estado civil/efectivos

Estado Civil	Efectivos	Percentagem
Casado	26	48,1
Solteiro	25	46,3
S/ Informação	3	5,6
Totais	54	100,0

Considerou-se para este estudo, três categorias, *Casado*, *Solteiro* e *Sem informação*, como o próprio nome indica. 48.1% dos trabalhadores eram «casados», número tão expressivo como os solteiros, com 46.3%. Apenas não registámos informação sobre três casos.

2.5.8. O comportamento dos trabalhadores na óptica laboral

Pelos dados apresentados, verificou-se que a mão-de-obra não era muito qualificada. Também por isso os mais respeitados eram os oleiros, pois eram esses que atingiam maior antiguidade. Os outros funcionários, nomeadamente os aprendizes e ajudantes eram os que tinham observações negativas, muito negativas, no livro de cadastro. Ora porque chegavam atrasados, ora porque estragavam fornos de loiça ou não queriam trabalhar. Uns roubavam telefonias, outros embriagavam-se e não faziam o seu trabalho. Encontra-se em anexo (Anexo 2) deste trabalho, as observações dactilografadas, relativas aos trabalhadores. Quem tecia as observações era o patrão, Joaquim Duarte. O que conta o Sr. António é que para o Sr. Joaquim, os empregados eram todos uns «malandros». Só escapavam a este rótulo os oleiros, os mais importantes e respeitados da casa.

2.6. Os objectos produzidos

A olaria era um conjunto do edifício, das técnicas, dos instrumentos de trabalho, da memória do oleiro e da artefactualidade, resultante da sua produção. Contou-me o oleiro que sempre manteve as formas que ali se produziam aquando da sua chegada. Através dos testemunhos materiais de hoje, pode-se aceder à produção e formas de outros tempos .

Quando se chegou pela primeira vez junto do objecto de estudo, arriscava-se a afirmar que era muito completo o conjunto de objectos testemunhos de produção. No armazém havia muitos objectos como os *Onássis* (potes com duas argolas laterais, utilizados para colocar flores) que estavam no mesmo sítio há 20 anos e as coelheiras (usadas para a coelha fazer o ninho) que também tinham algumas dezenas de anos de existência na prateleira.

Com a vontade do oleiro em arrumar os instrumentos e partir para a sua terra natal, iniciou-se a venda aleatória dos objectos e como isso perdeu-se a sua memória escrita e visual. Lamentava-se não se ter ido a tempo de salvaguardar aquele património, mas é uma situação quase impossível de travar, visto toda a produção ser propriedade do oleiro, que com toda a legitimidade, a quis vender para realizar dinheiro. Numa primeira análise, perdeu-se o acesso às formas dos *onássis* e das *coelheiras*. Todavia, mais tarde, durante a recolha do espólio, na procura de produtos rejeitados, nas fornalhas dos fornos, encontrou-se um *ónassis*. Ainda assim, efectuou-se a inventariação dos objectos ali existentes, tendo como referência os livros de facturas desde 1993 a 1998.

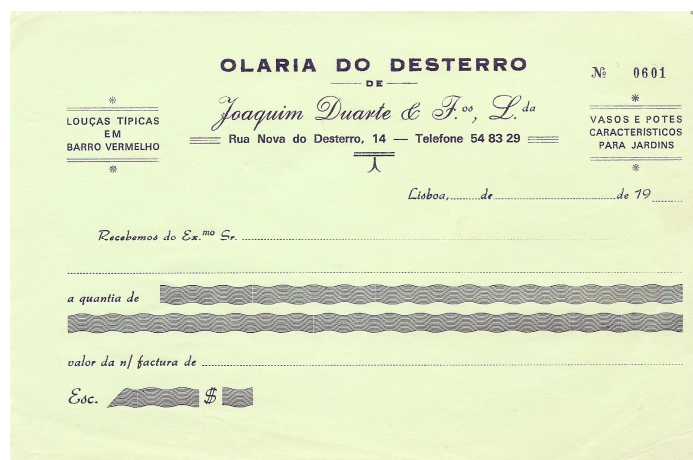


Ilustração 42- Factura em branco

Seguidamente, em tabela, enumeram-se as peças produzidas, bem como a sua realização: à roda ou com molde (através da fonte dos livros de facturas).

Tabela 5

DESIGNAÇÃO	VARIÁVEIS	PRODUÇÃO	
		RODA	MOLDE
Açucareiro		x	
Alguidar	«Alguidarinho»	x	
Ânfora	c/asa e s/ asa		
Aplique	Aplique ânfora		x
	Aplique «Ânfora»		
	Aplique de flores grandes		
	Aplique de galo de Barcelos		
	Aplique de galos grandes		
	Aplique de galos pequenos		
	Aplique redondo		
	Apliques «Galo»		
	Apliques de rosas grandes		
	Anjos c/ asas		
	Cabeça de anjos		
Argola			x
Assadeira		x	x
Assador de castanhas		x	
Azeitoneira		x	
Balaustre			
Baloicinho			
Batoque		?	?
Bebedouro	Bebedouro de coelhos	x	
	Bebedouro de pássaro		
	Bebedouro torpedo		
Bengaleiro			
Bilha		x	
	Bilha sabuga		
Boião		x	
Bolas			x
	Bolinhas		
Botija		x	
	Botija do bagaço		
Bule		x	
Cabaça		x	
Cachepô	C/ ou s/ tampa	x	
Cafeteira		x	
Caixa		x	
	C/ ou s/ tampa		
Canastra		x	
Candeeiro		x	
	Candeeiro de parede		
	Candeeiro de pé		
Candeia		x	
Caneca		x	
	Caneca de bagaço		
	Caneca gravada		
Cangirão		x	
	Cangirão da sangria		
Canoa		x	

	Canoa à Porto		
	Canoa c/ asa		
	Canoa c/ pé		
	Canoa do chouriço		
	Canoa para grelhar		
	Canoa torta		
Canudo	Canudo p/ flores	x	
	Canudo p/ garrafa		
Caracoleta			x
Caravela			x
Castiçal	Castiçal de parede	x	
	Castiçal de corda		
	Castiçal alto		
	Castiçal pequeno		
Cataplana		x	
Cesto			
Chapeleiro			x
Chávena		x	
Chouriceira		x	
Cinzeiro	Cinzeiro c/ gravação	x	
	Cinzeiro de bojo		
	Cinzeiro fogareiro		
	Cinzeiro gravado		
	Cinzeiro primavera		
	Cinzeiro em forma de barco		
	Cinzeiro em forma de mapa		
	Cinzeiro de 3 bicos		
Coelheira		x	
Coluna			
Comedouro		x	
Conchas p/ luz			x
Copo		x	
Dinossauro			x
Figura de barro			x
Floreira			
Fogareiro		x	
Frapé	vidrado e não vidrado		
	Frapé c/ 3 furos		
Frigideira		x	
Galheteiro		x	
Galinha			x
Galo			x
Gambas			
Girafa			x
Grapés vidrado e não vidrado			
Janelas de Cristo			x
Jarra	Jarra amolgada	x	
	Jarra de boca estreita		
	Jarra direita		
	Jarra floristas		
	Jarra gargalo		
Jarrão		x	
Jarrinha		x	
Jarro		x	
Jarro da sangria		x	
Leiteira		x	

Mapa cinzeiro			x
Máscara			x
Mealheiro		x	
Menino c/ ânfora			x
Milagre de Santo António			x
Missula			
Moldura			x
Molheira do piripiri		x	
Ninho			
Onâssis		x	
Paliteiro		x	
Palmatória			
	Palmatória c/ asa	x	
	Palmatória gravada		
Palmito			x
	Palmito «Santo António»		
Panela		x	
Peixe			x
Peixe c/ gravação			x
Penico		x	
Perfumador		x	
Pimenteiro		x	
Pinha		x	
Pires			
	Pires c/ gravação	x	
Placa			
	Placa «Ajuda»		
	Placa «Alfama»		
	Placa «Batalha»		
	Placa «janelas»		
	Placa «Lisboa»		
	Placa «Mouraria»		
	Placa «Presépio»		
	Placa «Restauradores»		
	Placa «Santo António»		
	Placa «Sol»		
	Placa «Sol»		
	Placa «Velhos»		
	Placa da Tourada		
	Placa de «presépio»		
	Placa de burro		
	Placa de caça		
	Placa de Sintra		
	Placa dos milagres		
	Placa grande de Nossa Senhora		
	Placa «janelas»		
	Placa «Rosas»		
	Placa «Ceia de Cristo»		
Brasão			
Pote		x	
	Pote de mel		
	Pote / azeitona		
	Pote amachucado		
	Pote c/ bordo		
	Pote de 3 asas		
	Pote de azeitonas c/ tampa		
	Pote de azeitonas s/ tampa		
	Pote deitado		
	Pote do piripiri		

	Pote grande		
	Pote médio		
	Pote pequeno		
	Pote vidrado		
Prato	Prato c/ asas	x	
	Prato c/ dísticos		
	Prato de fruta		
	Prato de sobremesa		
	Prato de vaso		
	Prato do pão		
	Prato dos aperitivos		
	Prato p/tigelada		
	Prato raso		
Púcara	Púcara do frango	x	
Púcaro		x	
Recipiente	Recipiente da tigelada	x	
	Recipiente de leite creme		
	Recipiente do banho maria		
	Recipiente do leite creme		
Saladeira	Saladeira oval		x
Saleiro		x	
Imagem	Santo António «Bochechos»		x
	Santo António «Sara»		
	Santo António médio		
	São João		
	São Pedro		
	Senhor Santo Cristo		
	Senhora da Conceição		
	Senhora de Fátima		
	Imaculada Senhora		
Solitário			
Taça	Taça c/pé	x	
	Taça de champanhe		
	Taça de leite creme		
Tacheta	Tacheta c/ asa		
	Tacheta das gambas		
	Tacheta de leite creme		
Tachinho	Tachinho do arroz doce	x	
	Tachinho do leite creme		
Tacho	Tacho c/ tampa	x	
	Tacho grande		
	Tacho p/ açorda		
	Tacho p/ marisco		
	Tacho pequeno		
	Tacho saloio		
Talheta	Talheta		
Tampa	Tampa	x	
	Tampa de bico		
	Tampa de frigideira		
Tartaruga	Tartaruga		x
Terrina c/ tampa	Terrina c/ tampa	x	
Tigela		x	

	Tigela c/ asa		
Tigelão			
Travessa	Travessa bandeja	x	x
	Travessa c/ divisão		
	Travessa do peixe		
	Travessa em forma de peixe		
	Travessa quadrada		
Trono			
Vaso	Vaso c/ pé	x	x
	Vaso de gomos		
	Vaso de parede		
	Vaso de parede vidrado		
	Vaso rectangular		
	Vaso rendado		

Nota: Foram ainda encontradas referências à venda de «quilos de barro» e «cozedura de peças».

Efectuou-se o registo fotográfico das peças que se conseguiram encontrar com a ajuda do oleiro. O processo fotográfico foi da competência do fotógrafo Nuno Henriques. Foi realizado numa das inúmeras «segundas-feiras» em que interagiam a autora, o fotógrafo e o oleiro. Foram encontradas algumas peças que não existiam na listagem pré-estabelecida e, por isso, constam numa segunda listagem.

Tabela 6

DESIGNAÇÃO	VARIÁVEIS	PRODUÇÃO	
		RODA	MOLDE
Andorinha			x
Figura humana			x
Galo			x
porco			x
Cordeiro			x
Cavalo/burro			x
Coelho			x
Cisne			x
Menino Jesus			x
Nª Srª e Pastorinhos (molde)			x
Outros moldes			x
Bebedouro de gatos		x	
Bilha de segredo		x	
Casinhas			x
Castiçal em forma de pato			x
Cálice		x	
Pénis			x
Bota			x
Floreira de parede		x	
Recipiente para molhos		x	
Placa da torre dos Clérigos e Aliados			x
Placa «Souvenir da Madeira»			x
Placa «Torre da catedral»			x
Placa «Severa»			x
Placa «Ilha do Pico»			x

Placa «Jerónimos»			x
Placa «Universidade Coimbra»			x
Placa «Convento de Tomar»			x
Placa de S.José			x
Par de dançarinos			x
Galheteiro/saleiro e pimenteiro		x	
Cinzeiro em forma de peixe			
Queimador de incenso			x
Molde de S.Pedro			x
Molde de S.João			x
Jarro zoomórfico		x	
Imagem de Cristo			x
Placa de Monserrate			x
Cinzeiro em forma de carro			x
Cinzeiro em forma de barco			x
Recipiente de água quente		x	

Em forma de catálogo, apresentam-se os objectos. Em qualquer processo de levantamento e inventário, é fundamental a descrição fiel, sistemática e normalizada de objectos, de modo a melhor se captar a sua essência. Por isso e seguindo as *Normas Gerais de Inventário* (IMC, 2007) procurou-se, através de uma descrição do geral para o particular, a identificação dos materiais, a enumeração dos elementos constituintes e formas, a descrição das peças. Esta é assim realizada segundo a mesma metodologia aplicada nas descrições realizadas no MNE, no Estágio ISCTE/PRODEP- Estudo, inventariação, descrição e informatização da *Colecção de Olaria Portuguesa*.

2.6.1. Catálogo de objectos



Açucareiro em barro vermelho. Base circular e plana com rebordo, corpo cilíndrico com bordo saliente para o exterior. A 1/2 da altura, 2 frisos concêntricos. No bordo, encontra-se assente uma tampa, de formato circular, rasgo no bordo para encaixe de colher, destaque cilíndrico ao centro. Os objectos apresentam tonalidade vermelha e textura lisa.



Alguidar em barro vermelho. Base circular e plana, corpo tronco-cónico de base invertida com bordo saliente para o exterior. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e revestimento de vidrado.



Ânfora em barro vermelho. Base afunilada (em bico), corpo ovóide, colo cilíndrico e bordo saliente para o exterior. Do colo provêm duas asas (uma partida) de secção rectangular, dispostas, verticalmente em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Imagem de anjo com asas, em barro vermelho. Cabeça humana com órgãos sensoriais salientes, em alto-relevo, mãos em sentido de oração. Duas asas laterais com relevos ondulares e oblíquos. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Argola (para guardanapo), em barro vermelho com aproximadamente 1cm de espessura. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Assadeira em barro vermelho. Base oval e corpo elíptico, bordo saliente com duas asas laterais, opostas, figuradas, dispostas, horizontalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidrado.



Assador de castanhas em barro vermelho. Base circular, vazada, corpo tronco-conico precedido de estreitamento e novo alargamento para o bordo saliente para o exterior. Do referido estreitamento surgem duas asas laterais, opostas, de secção rectangular, dispostas, verticalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Azeitoneira em barro vermelho. Base circular e plana com corpo semi-esferóide dividido em duas partes: uma circular (a menor) e outra em forma de meia-lua (a maior). O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidrado.



Cinzeiro em forma de barco, em barro vermelho. Base oval e plana, corpo ovóide com uma extremidade em bico e outra com contornos arredondados. A superfície superior apresenta 4 orifícios rectos e paralelos, um outro triangular com vértices arredondados. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa. Usado na Páscoa com amêndoas.



Bebedouro em barro vermelho, composto por duas partes. 1- Base circular e plana com corpo oco, tronco-cónico de vértice pouco assumido, arredondado com destaque cónico ao centro; 2- base semi-circular, corpo semi-esferóide, bordo plano. Orifício circular de ligação entre as duas partes do objecto, responsável pela saída de água. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Bebedouro dos gatos em barro vermelho. Bebedouro em barro vermelho, composto por duas partes. 1- Base circular e plana com corpo oco, tronco-cónico de vértice pouco assumido, arredondado com destaque cónico ao centro; 2- base e corpo semi-cilindriforme com contornos arredondados, bordo plano. Orifício circular de ligação entre as duas partes do objecto, responsável pela saída de água. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Bebedouro torpedo em barro vermelho, composto por duas peças que encaixam verticalmente. 1- Recipiente de base circular e plana, corpo cilíndrico, bordo saliente para o exterior, orifício em forma de semi-círculo vertical, a $\frac{1}{2}$ da sua altura. 2- Recipiente com corpo tronco-cónico de vértice pouco assumido, arredondado com destaque cónico, colo tronco-cónico, estrangulado, acentuadamente com bordo saliente para o exterior. A segunda peça encontra-se disposta inversamente e encaixa na primeira. As peças apresentam tonalidade vermelha e textura lisa e revestimento de vidrado. (A disposição destas duas peças permite o armazenamento fresco da água: a segunda peça vasa para a primeira água – a quantidade doseada - mantendo-se a outra, em reserva).



Bilha em barro vermelho. Base circular e plana, corpo piriforme, colo cilíndrico e bordo saliente para o exterior. Do colo provém uma asa, de secção rectangular (com três sulcos), disposta verticalmente em ângulo agudo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidrado. Na parte mais larga do corpo, a superior, imediatamente abaixo do colo, coexiste como decoração, duas linhas concêntricas e entre elas, uma linha ondulada. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa e encontra-se revestida por vidrado.



Bilha em barro vermelho, base circular e plana, corpo cilíndrico, colo cilíndrico e bordo saliente para o exterior. Do colo provém uma asa disposta verticalmente em ângulo agudo e que finda na parte mais larga do corpo. O objecto apresenta tonalidade vermelha com algumas manchas brancas, inscrição «1€», textura lisa .



Bilha de segredo em barro vermelho. Base circular e plana, corpo piriforme, precedido de colo cilindriforme e bordo (oco) saliente para o exterior com abertura. Asa de secção tubular (oca), disposta, verticalmente, em arco e que finda junto à base. Estrutura com recortes abstractos e geométricos. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas cinzentas, textura lisa e encontra-se revestida por vidrado. Esta bilha denomina-se de segredo, devido ao segredo que comporta para por ela se poder beber água. É originária do Norte de Portugal. Para conseguir beber-se água por ela, sem se molhar, é necessário tapas os dois orifícios da asa (um exterior outro interior) e chupar pelo bico do bordo.



Cabaça em barro vermelho. Base circular e plana, corpo dividido em duas partes do mesmo formato - esferóide, embora a primeira seja maior que a segunda, com estreitamento entre ambas. No topo, colo cilindriforme e bordo saliente para o exterior. Fio de sisal atado ao objecto, de forma a ficar suspenso pelas duas partes do corpo e colo. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas cinzentas e textura lisa.



Cachepô em barro vermelho. Base circular e plana, corpo piriforme e bordo saliente para o exterior. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Cafeteira em barro vermelho. Base circular e plana, corpo ovóide, colo cilindriforme e bordo saliente para o exterior. Do colo provém uma asa de secção rectangular, disposta verticalmente em arco. Oposto a esta existe um destaque, em prisma, tubular e com um cio/abertura, responsável pela saída do líquido do interior para o exterior. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa. No limite entre o corpo e o bordo, existem dois veios concêntricos, como decoração.



Caixa em barro vermelho. Base circular e plana, corpo irregular, semi-esférico e bordo plano. Neste assenta uma tampa de formato circular. O objecto apresenta tonalidade vermelha evidenciando algumas manchas brancas e textura lisa.



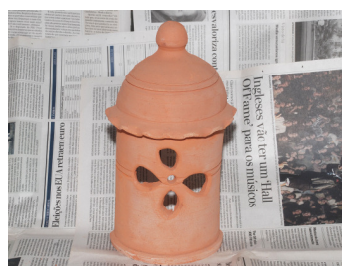
Cálice em barro vermelho. Base circular e plana, pé cilindriforme ligeiramente mais estreito junto do corpo, ovóide e bordo plano. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidroado.



Candeiro em barro vermelho, base circular e plana, corpo semi-esférico com abertura circular ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha evidenciando algumas manchas brancas e textura lisa.



Candeeiro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo composto por duas partes esferioides divididas por acentuado estreitamento, bordo plano. O objecto apresenta vários recortes geométricos (triangulares e circulares) em todo o corpo. Ao centro do bordo/abertura, secção cilíndrica para encaixe de lâmpada ou vela. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Candeeiro de parede em barro vermelho. Base semi-circular, corpo dividido em duas partes: 1- semi-cilíndrica e em meia parede com 5 orifícios: 1 central e outros 4 em semi-círculos (maiores) em formato de motivo floral com duas linhas concêntricas. 2- semi-circular, em meia parede também, com três veios semi-concêntricos. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas brancas, textura lisa.



Candeeiro em barro vermelho. Base circular, corpo com duas partes: uma semi-cilíndrica (mais larga na base que no topo); outra semi-esférica e bordo plano (com ligeiro estreitamento). Estrutura amolgada irregularmente com orifício circular junto à base para passagem de fio eléctrico. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas brancas e textura lisa .



Candeeiro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo piriforme e bordo plano. Neste assenta uma tampa em forma de campânula com orifício central no topo. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas brancas e textura lisa.



Candeiro de parede em forma de concha. (Concha para luz). Objecto com formato de concha, com altos-relevos. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Castiçal em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilíndrico com ligeiro alargamento junto ao bordo, saliente para o exterior. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Candeia em barro vermelho. Base circular e plana, corpo circular e bordo plano com bico. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Caneca em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cónico, bordo saliente para o exterior. Lateralmente, asa de secção rectangular, disposta verticalmente em ângulo agudo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Caneca (Canequinha) em barro vermelho. Base circular e plana, corpo esferóide e bordo plano. Lateralmente, asa de secção rectangular, disposta verticalmente em forma de arco. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidrado. Como ornamentação, elementos abstractos, dispostos ordenadamente, na horizontal, em branco (barro branco).



Canoa para grelhar, em barro vermelho. Base e corpo ovais, duas asas laterais, opostas e figuradas, de secção rectangular, dispostas verticalmente em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidrado.



Canudo em barro vermelho, corpo cilíndrico e bordo saliente para o exterior. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Castiçal de parede em barro vermelho. Em forma de laço com destaque tubular (para colocação de vela); alçado com motivos florais, figurados, em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Castiçal em barro vermelho. Base circular e plana, corpo piriforme, colo cilindriforme (duas espessuras). O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Castiçal em forma de pato, em barro vermelho. Base circular e plana. Corpo em forma de pato, asas, bico e olhos em alto e baixo relevos. No topo da cabeça, orifício para colocação de vela. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Cataplana em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esferóide e bordo saliente para o exterior. Asa lateral, de formato tronco-cónico. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Cesto em barro vermelho. Base circular e plana, ligeiro estreitamento precedido de corpo com bordo, convexos ou circulares apertados na horizontal, com asa de secção rectangular, disposta verticalmente em arco, com início e fim nos pontos mais estreitos do bordo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Chávena com pires, em barro vermelho. Pires com base plana, de formato circular, bordo saliente para o exterior. Chávena, de base circular, corpo semi-esférico com bordo plano. Asa lateral, de secção rectangular, disposta, verticalmente, em forma de arco.



Chouriceira em barro vermelho. Base e corpo ovais, bordo saliente para o exterior. Duas asas laterais, opostas, figuradas, dispostas em arco, horizontalmente. No bordo, três destaques com início e fim nas duas partes mais largas do objecto. Sobre esses destaques, assar-se-á o chouriço, por baixo poderá estar álcool ou outro agente energético. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa e encontra-se revestido por vidrado.



Cinzeiro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilíndrico, bordo saliente para o exterior com três reentrâncias para apoio dos produtos de tabaco. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa e encontra-se revestido por vidrado.



Cinzeiro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esférico e bordo plano com três reentrâncias para apoio dos produtos de tabaco. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa e encontra-se revestido por vidrado, com inscrição em barro branco e letras maiúsculas «RESTAURANTE DALLAS»



Cinzeiro de três bicos, em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esférico e bordo plano com três reentrâncias para apoio dos produtos de tabaco. O objecto apresenta tonalidade vermelha com algumas manchas negras e textura lisa.



Cinzeiro em forma de peixe, em barro vermelho. Formato em forma de animal. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa e encontra-se revestido por vidro. Como ornamentação, inscrição «O 31 DA ARMADA» em barro branco.



Cinzeiro em barro vermelho. Base oval e corpo do mesmo formato com reentrâncias. Automóvel antigo. Em alto-relevo, no interior da peça, e ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Cinzeiro em barro vermelho. Base rectangular, corpo da mesma forma com barco em alto-relevo, no interior e ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Comedouro (1) em barro vermelho, base circular e plana, corpo cilíndrico com bordo saliente para o interior, com veio concêntrico a $\frac{1}{2}$ da sua altura. O objecto apresenta tonalidade vermelha com algumas manchas brancas e textura lisa.



Comedouro (2) em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilíndrico com bordo plano. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Copo em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilíndrico. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Copo em barro vermelho. Base circular e plana, com estreitamento precedido de corpo cilíndrico com bordo plano. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa e encontra-se revestido por vidro



Fogareiro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo convexo (com abertura rectangular) e tronco-cónico de base invertida com secções rectas de ferro que servem de grelha para colocação de outro objecto ou alimentos), (interior oco), bordo plano. Junto a este existe um friso com duas asas laterais, opostas, figuras, dispostas horizontalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas negras do fumo e textura lisa. (Este objecto encontra-se em uso, na olaria).



Frigideira em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esferóide, bordo plano, com duas asas laterais, opostas, dispostas horizontalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa e encontra-se revestido por vidroado.



Galheteiro (estrutura), em barro vermelho. Duas bases circulares e planas, unidas, corpos cilindriformes. Dos pontos de união entre as duas peças, surge uma asa, de secção rectangular, disposta verticalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura lisa .



Galheteiro, saleiro e pimenteiro, em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilindriforme com 5 orifícios circulares para colocação de respectivas galhetas. Asa ao centro, disposta verticalmente em forma de arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Galinha, em barro vermelho. Base circular e plana, com patas, asas, olhos e bico em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Galo em barro vermelho, base circular e plana, com patas, asas, olhos, bico e crista em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Jarra (das floristas), em barro vermelho. Base circular e plana, corpo tronco-conico e junto do seu limite superior, convexo e ligeiramente alargado para o exterior, bordo plano. O objecto apresenta tonalidade vermelha com algumas manchas brancas e textura lisa .



Jarra (para flores) em barro vermelho. Base circular e plana, corpo piriforme, colo cilindriforme, convexo com bordo saliente para o exterior, ornamentado com pequenas ondulações. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Jarro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo piriforme e cilíndrico com alargamento lateral (bocal - para verter o líquido), bordo plano. Ligeiramente abaixo do bordo, provém uma asa, de secção rectangular, disposta, verticalmente, em arco (oposta ao bocal). O objecto apresenta tonalidade vermelha com

algumas, textura lisa e encontra-se revestida por vidro. Como ornamentação, coexistem, a meio do corpo, uns motivos abstractos em forma aproximada de «u», dispostos horizontalmente, em barro branco. Os mesmos motivos coexistem a meio do corpo, em círculo.



Leiteira em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esferoide com ligeiro estreitamento no topo, bordo saliente para o exterior com bico. Junto do bordo surge uma asa, de secção rectangular, disposta, verticalmente em forma de arco que finda na parte mais larga do objecto. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa, e encontra-se revestida por vidro.



Mealheiro (1) em forma de correio, em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilíndrico e cónico, com abertura /ranhura horizontal (para colocação de moedas), no limiar dos dois formatos, junto a aplique rectangular com inscrição «CORREIO». O objecto apresenta tonalidade vermelha com

algumas manchas negras e textura lisa.



Mealheiro (2) em barro vermelho. Base circular e plana, precedida de estreitamento e corpo ovóide com destaque cónico no topo e ranhura horizontal (para colocação de moedas). O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e apresenta, como decoração, duas linhas incisadas, concêntricas, localizadas na parte mais larga do corpo.



se revestida por vidro.

Molheira do piripiri, em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esferóide, bordo saliente para o exterior. Junto do bordo provêm duas asas de secção tubular, dispostas horizontalmente em arco. No bordo assenta uma tampa em formato de campânula com destaque cilindriforme no topo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa , e encontra-



«PALITEIRO» em barro branco.

Paliteiro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilindriforme com estreitamento junto do bordo saliente para o exterior. Deste provém uma asa de secção tubular, disposta, verticalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidro, inscrição



Palmatória em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esferóide com secção cilindriforme com bordo saliente para o exterior e asa disposta verticalmente, em arco, ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Perfumador em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esferoide e cilindriforme com bordo saliente para o exterior. Na parte mais larga existe uma asa, de secção rectangular, disposta, verticalmente, em forma de arco. Estrutura com vários recortes geométricos: triângulos. No bordo assenta uma tampa em forma de campânula, com mesmos recortes e pega cilindriforme ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas negras, textura lisa.



Perfumador em barro vermelho. Base circular e plana, corpo convexo (com abertura rectangular) e tronco-cónico de base invertida, (interior oco), bordo plano. Junto a este existe um friso com duas asas laterais, opostas, figuras, dispostas horizontalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa. (Este objecto encontra-se em uso, na olaria). O que difere esta peça de um fogareiro é a não existência de barras de ferro, na parte superior.



Pimenteiro em barro vermelho. Base circular e plana, corpo ovóide com perfurações circulares no topo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa dos Restauradores, em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa da tourada, em barro vermelho. Formato rectangular com cena de tourada em alto-relevo: Três toureiros na arena, um deles enfrentando o touro, (posição de defesa) na arena. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa de pastoreio, em barro vermelho. Formato rectangular com imagem de pastoreio em alto-relevo: vacas com um pastor sentado e um campino montado num touro, árvores no cenário. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa de tourada, em barro vermelho. Formato rectangular com imagem de forcados e ao centro, toureiro montado num boi - na arena. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa da tourada, em barro vermelho. Formato rectangular com cena de tourada em alto-relevo: Três toureiros na arena, um deles enfrentando o touro, (posição de ataque) na arena. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa da tourada, em barro vermelho. Formato rectangular com cena de tourada em alto-relevo: Campino a marcar o touro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa do Presépio, em barro vermelho. De formato rectangular, apresenta cena de presépio em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa do Palácio de Sintra, em barro vermelho. De formato rectangular, apresenta monumento em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa da Nossa Senhora, em barro vermelho. De formato rectangular, apresenta Santa com motivos florais no seu contorno, em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Brasão em barro vermelho (fresco). De formato circular com imagem das Quinas de Portugal, em relevo. Apresenta tonalidade castanha, textura polida. (esta peça foi fotografada imediatamente após a sua produção através de molde e por isso não se encontra cozida).



Pote em barro vermelho. Base circular e plana, corpo em forma de barril. Bordo saliente para o interior. Lateralmente, duas asas, de secção tubular, dispostas horizontalmente em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidroado. Inscrição «MEL» em barro branco.



Pote em barro vermelho, base circular e plana, corpo ovóide, bordo saliente para o exterior. Do colo provêm duas asas de secção rectangular, dispostas horizontalmente em arco (efeito decorativo). Junto ao bordo existem dois sulcos concêntricos. No bordo assenta uma tampa de base circular, formato tronco-cónico com vértice arredondado e destaque cilindriforme. Ambas as peças apresentam tonalidade vermelha com manchas (vidrado não cozido?) brancas e textura lisa.



Pote de 3 asas, em barro vermelho. Base circular e plana, corpo ovóide precedido de estreitamento junto ao bordo saliente para o exterior. Junto do bordo provêm duas asas, equidistantes, de secção rectangular, dispostas verticalmente ângulo recto. O objecto apresenta tonalidade vermelha com manchas brancas e textura lisa.



Prato de sobremesa em barro vermelho. Base circular (covo) e aba do mesmo formato. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidroado. Evidencia, como ornamentação, motivos abstractos (originais da olaria), em barro branco.



Púcara do frango em barro vermelho. Base circular e plana, corpo semi-esferoide, com estreitamento junto do bordo, saliente para o exterior. Dali provêm duas asas de secção rectangular, opostas, dispostas, horizontalmente em arco. No bordo encontra-se assente uma tampa com formato circular com destaque cilíndrico, ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Recipiente do leite-creme (tachetas do arroz doce e leite-creme) em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilíndrico, bordo plano. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidro.



Recipiente do «Banho Maria». Base circular, não plana, corpo cónico dupla e inversamente. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidro. Como ornamentação, evidencia uns «S» e um elemtnos abstractos, amos em barro branco. Este objecto serve para a sua mesma designação, fazer o «Banho Maria». Coloca-se a peça directamente no fogo, e água na parte superior, seguido do recipiente com alimentos a aquecer.



Saladeira oval em barro vermelho. Base oval (covo), covo do mesmo formato. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidro.



Saleiro (1) (de cozinha), em barro vermelho. Base semi-circular (meia-lua), corpo semi-cilindriforme (meia parede), bordo saliente para o exterior; com alçado triangular com vértices arredondados, com orifício circular para suspensão do objecto na parede. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Saleiro (2) (de cozinha) em barro vermelho. Base semi-circular (meia-lua), corpo semi-cilindriforme (meia parede), bordo saliente para o exterior; com alçado triangular com vértices arredondados, com orifício circular para suspensão do objecto na parede. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidro. Inscrição em barro branco «SAL»



Saleiro (3) (de cozinha) em barro vermelho. Base semi-circular (meia-lua), corpo semi-esferóide (meia parede), bordo saliente para o exterior com rebordo (friso), alçado triangular com recortes ondulados, com orifício circular para suspensão do objecto na parede. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Saleiro (4) (de mesa) em barro vermelho. Base circular e plana, ligeiro estreitamente pressuposto de corpo piriforme invertido, com orifício circular no topo. Ligeiramente abaixo deste provém uma asa de secção rectangular, disposta verticalmente em arco e que finda na parte mais larga do corpo.



Santo António em barro vermelho. Base circular e plana, imagem de santo com altos-relevos. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Tacho com tampa em barro vermelho. Base circular e plana, corpo cilíndrico com bordo saliente para o exterior. Duas asas laterais, figuradas, dispostas verticalmente, em arco. Tampa, de formato circular com destaque (pega), cilíndrico, localizada no centro. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestido por vidroado.



Tampa (1) em barro vermelho, base circular não plana, corpo circular com destaque cilíndrico ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa. Usado para vários objectos.



Tampa (2) em barro vermelho, base circular não plana, corpo em forma de campânula com destaque cilíndrico ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida por vidroado. Como decoração, evidencia uma linha ondular e motivos /símbolos da Olaria, em barro branco.



Tampa (3) em barro vermelho. Base circular, não plana, corpo em formato de campânula, com estreitamento e destaque superior, tronco-cónico. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa . Usado para vários objectos.



Tartaruga em barro vermelho. Base oval, corpo semi-ovóide com motivos de carapaça em alto-relevo. Cabeça e rabo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Terrina com tampa e colher, em barro vermelho. Base circular e plana, precedida de corpo semi-esferóide, bordo plano. Duas asas opostas, laterais, de secção rectangular, dispostas horizontalmente, em arco. No bordo assenta uma tampa do mesmo formato invertido com destaque tronco-cónico ao centro.

Esta tampa encontra-se ornamentada com motivos/símbolos alusivos à olaria. No interior existem uma concha. Estas duas peças apresentam tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontram-se revestidas por vidrado.



Colher (relativa à terrina), em barro vermelho. Concha semi-circular, convexa, cabo cilindriforme. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidrado. Faz conjunto coma terrina.



Vaso em barro vermelho. Base circular e plana, corpo tronco-cónico com ligeiro alargamento junto ao bordo plano. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Vaso (2) rendado em barro vermelho. Base quadrada, corpo em forma de cubo. Superfície vazada. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Andorinha em barro vermelho. Apresenta tonalidade vermelha e textura lisa e encontra-se revestida, na superfície exterior, por vidroado de tonalidade verde-escuro.



Figura humana em barro vermelho. Base circular, corpo irregular com forma humana. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Placa «Galo», em barro vermelho. Formato oval com imagem de galo, ao centro. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Porco em barro vermelho. Formato do animal. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Ovelha/cordeiro em barro vermelho. Formato do animal. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Esquilo em barro vermelho. Formato do animal. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Cisne em barro vermelho. Formato do animal. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Menino Jesus em barro vermelho. Formato de corpo humano. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Nossa Senhora e os pastorinhos em barro vermelho. Formato rectangular com extremidade superior em arco. Imagem em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



vermelha e textura lisa .



Casinhas em barro vermelho. Formato paralelepípedo com telhado, em barro vermelho. Duas portas ou porta e janela. Os objectos apresentam tonalidade



Pénis em barro vermelho. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Bota em barro vermelho. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa



Recipiente para molhos em barro vermelho. Formato de três bases com corpos cilíndricos, juntos. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa . (Quando terminada a peça, leva vidrado).



Placa da Torre dos Clérigos e Aliados, em barro vermelho. Formato rectangular com monumentos em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa «Souvenir da Madeira», em barro vermelho. Formato rectangular com casa típica em alto-relevo e inscrição em baixo-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa «Torre da catedral da Madeira», em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo e inscrição em baixo-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa da «Severa», em barro vermelho. Formato rectangular com Lisboa do lado direito e Severa a Cantar o Fado e tocar guitarra portuguesa, em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa aa Ilha do Pico, em barro vermelho. Formato rectangular com imagem da Ilha em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa dos «Jerónimos», em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo e inscrição em baixo-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa da «Universidade de Coimbra» em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa do «Convento de Tomar» em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa .



Placa de «S. José» em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa (sem nome), em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Placa de «Monserate» em barro vermelho. Formato rectangular com monumento em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Par de dançarinos (bailinho da Madeira?), em barro vermelho. Formato de um casal de dançarinos, montados em género de barca. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Queimador de incenso em barro vermelho. Base rectangular com imagens de diabo numa das extremidades. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Imagem de S. Pedro (guardião da chave), em barro vermelho, em alto-relevo. Formato rectangular com imagem de santo em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Imagem de S. João, em barro vermelho, em alto-relevo. Formato rectangular com imagem de santo em alto-relevo. O objecto apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Inscrição em barro branco.

Jarro zoomórfico em barro vermelho. Base circular e plana, corpo em forma de mocho e bordo saliente com bico (olhos e bico a preto). Do bordo provém uma asa de secção rectangular, disposta, verticalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelho-vivo, textura lisa e encontra-se revestida por vidrado.



Imagem de Cristo (facial), em barro vermelho. Formato circular com cabeça em alto-relevo. Apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Imagem de Cristo crucificado, em barro vermelho. Estrutura de cruz com corpo em alto-relevo. Apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Recipiente de aguardente/Solitário/castiçal, em barro vermelho. Base circular e plana, corpo esferóide achatado e cilíndrico com estreitamento no bordo, saliente para o exterior. Apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Canastra (feita em bruto, unicamente para fotografia), em barro vermelho. Formato oval com textura em forma de encanastrado. Apresenta tonalidade vermelha e textura lisa.



Travessa em barro vermelho. Base rectangular, corpo paralelepípedo, bordo plano. Lateralmente (lados inferiores), duas asas, figuradas, de secção rectangular, dispostas horizontalmente, em arco. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura alisada e encontra-se revestido por vidrado.



Ónassis em barro vermelho. Base circular e plana. Corpo ovóide, colo cilíndrico e bordo saliente para o exterior. Lateralmente, como decoração evidencia, a duas argolas, figuradas. O objecto apresenta tonalidade vermelha, textura alisada e encontra-se revestido por vidrado. Este objecto, segundo o informante é originário do Norte de África.

2.6.2. Classificação dos objectos

Como hipóteses de classificação foram encontrados três tipos. A primeira classificação está inscrita nas *Normas de inventário de cerâmica - artes plásticas e decorativas*, (IMC, 2007:17) nomeadamente as subcategorias da *Cerâmica*. A segunda diz respeito à categorização utilizada pelo Instituto Português de Museus, (actual Instituto de Museus e Conservação) através do programa Matriz, utilizado para o inventário de colecções dos museus portugueses; a terceira diz respeito ao estudo do professor Rui de Sousa Martins num estudo realizado sobre o tema no Arquipélago dos Açores.

Neste trabalho, são utilizadas as duas primeiras classificações: a primeira, porque aborda o critério dos materiais, tecnologia e função; a segunda, porque se aplica, na totalidade, à colecção de objectos; a terceira, ainda que seja demonstrada, não é utilizada por ser muito específica do contexto de estudo açoriano, e por ser demasiado pormenorizada.

Atendendo à primeira classificação, aponte-se:

Por «Cerâmica» entende-se *«objectos que têm como matéria de base substâncias inorgânicas, geralmente terras com quantidades de plasticidade, que ganham resistência mecânica quando sujeitas a cozedura, e sobre a qual se pode fixar, também por cozedura, a decoração»* (IMC, 2007:17)

A *categoria cerâmica* ramifica-se por 3 subcategorias: nomeadamente, a *Cerâmica de Revestimento*, a *Cerâmica de Arquitectura* e a *Cerâmica de Equipamento*. A primeira subcategoria, diz respeito a *«qualquer corpo cerâmico tendencialmente plano, destinado a ser aplicado na decoração da arquitectura, exterior ou interiormente, individual ou conjuntamente numa variada gama de decorações e técnicas de fabrico, como objecto para revestimento das paredes, pavimentos e tectos.»* (IMC, 2007:18). Esta por sua vez subdivide-se em *espécie unitária autónoma, secção de painel, painel e conjunto*.

A segunda subcategoria diz respeito a *«qualquer corpo cerâmico de clara expressão volumétrica destinado a ser aplicado como elemento de estrutura física ou constituindo valorização estética da arquitectura, exterior ou interiormente, individual ou conjuntamente, numa variada gama de funções, formas, decorações e técnicas de fabrico, entre objectos para*

a construção de paredes, pavimentos ou coberturas dos edifícios como o tijolo ou a telha, ou para equipamentos de loiça sanitária como as manilhas e condutas de água.» (IMC, 2007:20)

A terceira subcategoria, refere-se à *cerâmica de equipamento*, onde se enquadram «objectos cerâmicos móveis, autónomos em termos de função e com vocações de *objecto utilitário*, *objecto decorativo* e *objecto artístico* (IMC, 2007:20). Como objecto utilitário entende-se «aquele que dá resposta às necessidades práticas da vida quotidiana». Como objecto decorativo entende-se «aquele que visa sobretudo a guarnição estética dos espaços mais do que a resolução de necessidades práticas primeiras». Como objecto artístico, entende-se «aquele que pode revestir-se de carácter funcional ou decorativo, como expressão artística de um autor que rejeita qualquer intencionalidade prática e antes utiliza o material como meio plástico ou a tradição cerâmica ou suporte conceptual para a sua actividade criadora» (IMC, 2007:21).

Associadas a estas 3 subcategorias, podemos identificar 3 tipos de produção tecnológica: são eles os *objectos manufacturados* - de produção repetitiva, embora não por processos mecânicos industriais; *os objectos industriais* - obtidos por processos mecânicos industriais, numa metodologia repetitiva que vai do projecto à grande produção, e no qual a máquina substitui totalmente a acção directa da mão humana; e os *objectos artísticos* - de produção não repetitiva e manufactura artesanal que pode ir da peça única de autor, às séries limitadas com controlo directo do mesmo.

Segundo esta classificação, e tendo em conta as tabelas acima, podemos associar os objectos produzidos na Olaria do Desterro, à categoria cerâmica, à subcategoria de cerâmica de equipamento, já que reúne as condições acima referidas.

Por consequência, agrupamo-los (os objectos) em *objectos utilitários* e *objectos decorativos*, designadamente, os objectos de uso doméstico (como os alguidares, pratos, jarros) e as placas decorativas (Placa da Severa, Placa de Tourada).

Por outro lado, e no que concerne à produção tecnológica, associamos todos os objectos produzidos na Olaria aos *objectos manufacturados*, já que são realizações dos oleiros que ali

trabalhavam em conjunto com outros meios de produção, que não máquinas: meramente, estavam implícitos os oleiros, as técnicas, a matéria-prima, e alguns utensílios rudimentares.

A segunda classificação gira em torno do programa Matriz¹⁵, utilizado nos Museus para a inventariação das suas colecções. No Museu Nacional de Etnologia, existem várias categorias (com respectivas subcategorias) desde «*Actividades lúdicas*», «*Alfaia Agrícola*», «*Armas*», «*Arquitectura*», «*Artes e ofícios*», «*Artes gráficas*», «*Artes plásticas*», «*Caça*», «*Comércio*», «*Corpo*», «*Equipamento de uso doméstico*», «*Insígnias de poder/Status*», «*Instrumentos musicais*», «*Matérias-primas*», «*Narcóticos e psicotrópicos*», «*Objectos de uso ritual*», «*pastoreio*», «*Pesca*», «*Ritos de passagem*», «*Saúde*», «*Tecnologia cerâmica*», «*Tecnologia Cestaria*», «*Tecnologia têxtil*», «*Transportes*» e «*Vestuário e adereços*».

Aquando da realização do estágio ISCTE/PRODEP, relativo ao estudo e inventariação da colecção de Olaria Portuguesa, os objectos foram incorporados na Categoria de «*Equipamento doméstico*». Esta categoria subdivide-se em «*Conservação, preparação e consumo de alimentos*», «*Fogo/lareira*», «*Higiene, Manutenção e Limpeza*», «*Iluminação*», «*Mobiliário*» e «*Objectos de uso decorativo*».

Pensa-se poder vir a implantar-se, neste caso de estudo sobre a colecção de objectos produzidos pela Olaria do Desterro, a mesma classificação e subclassificação.

Assim, temos os seguintes objectos, agrupados às subcategorias:

¹⁵ Criado e desenvolvido pelo Instituto Português de Museus (agora denominado Instituto de Museus e Conservação), em 1995, no âmbito da informatização, sistematização e uniformização do inventário de bens móveis.

Categoria de: Equipamento e uso doméstico:

a) Subcategoria: Conservação, preparação e consumo de alimentos

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| - Açucareiro | - Paliteiro |
| - Alguidar | - Pimenteiro |
| - Azeitoneira | - Pires |
| - Bilha | - Pote |
| - Boião | - Prato |
| - Botija | - Púcara |
| - Bule | - Púcaro |
| - Cabaça | - Recipiente |
| - Cafeteira | - Saladeira |
| - Canastra | - Saleiro |
| - Caneca | - Taça |
| - Cangirão | - Tacheta |
| - Canoa | - Tacho |
| - Cataplana | - Tampa |
| - Cesto | - Terrina c/ tampa |
| - Chávena c/pires | - Tigela |
| - Chouriceira | - Tigelão |
| - Copo | - Travessa |
| - Frigideira | - Bilha de segredo |
| - Galheteiro | - Recipiente p/ molhos |
| - Jarro da sangria | - Galheteiro, saleiro e pimenteiro |
| - Leiteira | - Recipiente p/água |
| - Molheira do piripiri ardente. | |

b) Fogo/lareira

- Assadeira
- Assador de castanhas
- Fogareiro de grelhar
- Panela

c) Higiene, manutenção e limpeza

- Alguidar
- Bengaleiro
- Cachepô
- Caixa
- Canudo
- Chapeleiro
- Cinzeiro
- Coluna
- Penico
- Perfumador
- Pote
- Vaso
- Queimador de incenso

d) Objectos de uso decorativo

- Applique
 - Argola
 - Caixa
 - Caracoleta
 - Caravela
 - Dinossauro
 - Floreira
 - Galinha
 - Galo
 - Girafa
 - Janelas de Cristo
 - Solitário
 - Tartaruga
 - Vaso
 - Andorinha
 - Figura humana
 - Bota
 - Pénis
 - Par de dançarinos
 - Jarro zoomórfico
 - Figuras variadas (moldes)
- Jarra
 - Jarrão
 - Jarro
 - Mealheiro
 - Menino c/ ânfora
 - Moldura
 - Ónassis
 - Peixe
 - Pinha
 - Placas variadas

Categoria de: Pastoreio

- Bebedouro
- Coelheira
- Comedouro
- Ninho

Categoria de: Objectos de uso ritual

- Placas várias
- Palmitos
- Figuras e imagens várias
- Mâscara

Categoria de: Iluminação

- Candeia
- Candeeiro
- Castiçal
- Conchas p/luz
- Palmatória

Categoria de: brinquedos (objectos miniaturas)

- Galo
- Porco
- Cordeiro
- Cavalo
- Cisne
- Menino Jesus
- Casinhas

Os seguintes objectos, por não termos conseguido captar a sua imagem e por desconhecermos informações relativas ao seu significado, à sua forma e à sua utilização, não são agrupados em nenhuma categoria:

- Batoque
- Bolas (presume-se que seja um brinquedo)
- Frapé
- Missula
- Talheta
- Trono
- Gambas (não se sabe se seria um recipiente para conter gambas ou um objecto em forma de gamba).

Relativamente à terceira classificação, anote-se:

A terceira classificação, passível de aplicação à colecção de objectos analisados, é a classificação do Professor Doutor Rui de Sousa Martins, respeitante à Olaria dos Açores (Martins, 1987 (b)). A classificação tem por base o contexto insular, os produtos cultivados, os usos e costumes da região, as necessidades do povo. Factores que, aliados à emergência do plástico (e outros materiais) e ao desenvolvimento do turismo, se foram alterando ao longo dos tempos, permitindo a produção mais intensa ou menos intensa de objectos ou até mesmo, à produção de alguns objectos em detrimento de outros.

Tal como a segunda classificação está em causa o critério funcionalidade, ou seja, a função para a qual o objecto é destinado.

Este autor elaborou a seguinte classificação:

1- Recipientes para líquidos

1.1- Água

1.1.1 Transporte

- Talha
- Jarra Grande

1.1.2- Depósito no interior das casas

- Talhão de Santa Maria com lava-mãos e púcaro

1.1.3- Consumo no interior das casas

- Moringa
- Amorim

1.1.4- Consumo no campo

- Jarra

1.1.5- Aquecimento de água para fins diversos

- Caldeirão

1.2- Leite

- Pote de leite
- Infusa

1.3- Vinho

- Pote de medir o vinho
- Jarro (infusa) de servir o vinho
- Coveleta de beber vinho nas adegas
- Figura decorativa na taberna
- «Bico» ornamento de tabernas e uso jocoso
- Barril com funil e jarro

1.4- Águardente

- Barril pequeno para guardar a águardente
- Copo pequeno para provar a água ardente

1.5- Chá

- Bule

2- Culinária Regional

2.1- Preparação do pão

- Alguidar para fazer fermento
- Caçarola de guardar fermento
- Alguidar grande de amassar
- Tigela de tender

2.2- Preparação, cozedura e consumo de alimentos cozinhados

- Alguidar pequeno
- Sertã para bolo
- Assador de castanhas
- Fogareiro e assador de castanhas

- Panela chata
- Panela com pés
- Tampa para panela de ferro
- Assadeira para carne
- Alguidar de alcatra
- Assadeira de chouriço
- Assadeira moderna
- Prato de vintém
- Canudo para arrumar talheres

2.3- Doçaria

- Tina (alguidar almagrado nas duas faces)

3- Conservação de alimentos (Porco, Peixe e Pimentas)

- Balsa direita
- Balsa direita com asas
- Balsa redonda com asas
- Caçarola
- Boião
- Púcara da manteiga
- Medida para manteiga

4- Lavagem da roupa e da louça

- Alguidar de barrela
- Alguidar

5- Higiene do corpo

- Lava - mãos
- Alguidar pequeno (lava pés)
- Penico
- Penico
- Saboneteira

6-Aromatização da casa

- Queimador de incenso

7-Objectos de arrumo

- Mealheiro

8-Recipientes para plantas e flores

- Jarras
- Vasos para plantas de interior e exterior
- Vasos com pé para ornamentação dos tanques das estufas, portadas e interiores abastados
- Cache-pots

9- Materiais de construção

- Tijolo de forno
- Telha
- Cano
- Curva
- Cobertura de chaminé

10- Caça

- Tiugela para matar morganhos
- Armadilha de estufa para insectos (bicheira)

- Armadilha para formigas (formigueiro)

11-Pesca

- Pandulho de louça (peso de rede)

12-Criação de animais

- Balsa de lavagem do porco

- Coelheira

- Bebedouro de galinhas

- Bebedouro dos pintos

- Agulheiro de pombas

- Cortiço de barro

- Alimentador de abelhas

13-Cultura do Ananàs

- Fogareiro de dar fumo nas estufas

14-Brinquedos

- Miniaturas de louça usada pelos adultos.

3. A olaria do Desterro. Proposta de musealização

A proposta de musealização do espaço tem como propósito a preservação e requalificação do mesmo espaço. Não se perspectivando um Museu, não são aqui estipuladas as suas funções museológicas expostas na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, já referida. Trata-se de um espaço, dotado de valor histórico e cultural, com potencialidades educativas, artísticas e de lazer que se pretende musealizar. Para a musealização deste objecto cultural são necessárias algumas considerações relativamente aos seus objectivos, às áreas e valências, ao público-alvo e ao itinerário e conteúdo expositivos.

Quanto aos objectivos:

Relativamente a esta rubrica contactou-se a Junta de Freguesia para o fornecimento da listagem das suas instituições. Os Equipamentos Sociais ali existentes são: A Congregação das Religiosas Servas de Maria ao Serviço dos Doentes, A Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Anjos, Capela de Santo António, Congregação Cristão de Portugal, Ermida Nossa Senhora do Resgate das Almas, Igreja Evangélica Lisbonense, Obra Social das irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, Centro de Acolhimento e Orientação à mulher – Irmãs Oblatas, Centro de Apoio Social dos Anjos, SCML- Centro de Acolhimento Nocturno, Lar Nossa Senhora dos Anjos, Orientação, Formação e Inserção Profissional.

A Freguesia dos Anjos é uma zona com uma população bastante pobre, com problemas sociais, económicos e familiares com difícil integração social, pelo que os Equipamentos Sociais, revelam-se insuficientes para uma melhor harmonização social.

A Olaria do Desterro, musealizada, poderia vir a ser um pólo de dinamização cultural da referida comunidade, a somar ao núcleo de equipamentos. Um centro onde crianças, jovens e público sénior pudessem ter contacto com a técnica da olaria ou outra vertente artística correlacionada, através da realização de workshops e ateliers, etc.

Poderiam ser efectuadas parcerias com empresas e centros da área, como o Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica, o CENCAL, na medida em que os formandos poderiam ali laborar, funcionando concomitantemente como guardiões e explicadores do espaço e técnicos profissionais. Esses formandos deveriam ter ainda, uma

formação na área da Museologia de modo a salvaguardar os interesses do espaço musealizado e melhor realizarem a sua função. Além do mais, o quadro do local pode servir de moldura às actividades cerâmicas propostas.

Quanto ao público-alvo:

O público-alvo seria em primeiro lugar a comunidade em que está inserida, a Freguesia, (crianças, jovens e terceira-idade) podendo ser alargado, posteriormente, ao público turístico. Em termos turísticos, poderia ser incorporado nos Roteiros de Lisboa, na vertente da Lisboa Industrial, sector ainda com fraca notoriedade.

Quanto às suas áreas e valências:

Pretende-se que a olaria venha a ser um todo expositivo, subdividido em áreas relativas à cadeia operatória, acompanhadas por utensílios de trabalho, devidamente identificados.

Outrora, a Olaria tinha três entradas: a do barro, a dos trabalhadores e a dos compradores. Assim, o percurso deveria ter início junto às duas primeiras entradas, e saída pela entrada dos compradores que corresponde, no presente, à loja para venda. Assim, percorrer-se-iam os espaços relativos à cadeia operatória, dando-se conta dos espaços, das técnicas, das profissões, dos utensílios e por fim, das peças ali produzidas¹⁶, através do discurso expositivo.

Em cada área, aliada à fase da cadeia - operatória deveria reter-se:

Área primeira: o Barreiro e as Rodas: Explicação sucinta do processo.

Área segunda: A colocação das asas, realização dos moldes: Mostra dos moldes e explicação da sua realização.

Área terceira: A secagem das peças: As estufas, as prateleiras. Consistência do processo.

Área quarta: O processo de cozedura: explicação da Chacota e da cozedura do vidrado; o enforamento, cozedura e desenforamento. Processos de diagnóstico de temperatura.

Área quinta: O processo de vidragem das peças.

Área sexta: O armazém: venda de peças propriamente dita. Identificação, explicação, descrição e classificação dos objectos, formas e funções.

¹⁶ Como se dá conta, na obra, o Guia Prático de Antropologia, relativamente à missão do Antropólogo no estudo das culturas, quanto à vertente cerâmica.

Conclusão

Com a realização deste trabalho procurou-se dar conta de um objecto de estudo, através, fundamentalmente de fontes orais. Em paralelo estudaram-se e analisaram-se outras fontes escritas como documentos de imprensas, bibliografia relativa ao tema e documentos encontrados em contexto de campo como facturas e livros de cadastro.

Seguida dos preceitos da Antropologia, não só pelo método, mas nas informações procuradas constantes no Guia Prático de Antropologia, procurou-se contextualizar a Olaria do Desterro, num cenário geográfico, técnico e funcional, com o objectivo da sua preservação e musealização. Isto é, produzir um discurso museológico, que segundo os autores Joan Mestre Santacana e Núria Serrat, é o mais importante, na tarefa de musealizar. «*Lo màs importante en el momento de afrontar una museización es contruir el discurso museológico*» (Santacana & Serrat, 2005:648).

O discurso baseia-se num guião articulado em torno de determinadas mensagens que se podem transmitir pela cultura material ali existente. Assim, poder-se-á aceder ao funcionamento da olaria, à identificação dos seus agentes, dos espaços, da cadeia operatória, dos instrumentos, das técnicas e maquinaria e, por fim, dos objectos produzidos.

Assim, dando-se conta dos factos históricos e antropológicos da Olaria do Desterro, justificase a importância da sua salvaguarda e possível musealização, passando pela urgente preservação do espaço. Por isso, desencadeou-se a proposta de Classificação Municipal, pela Câmara Municipal de Lisboa, a qual se encontra em curso. Por outro lado e pela provada importância deste objecto de património industrial, resgatou-se, o seu espólio em conjunto com a equipa do Museu da Cidade: utensílios de trabalho e peças produzidas. O estudo, inventariação e informatização do espólio docorreu entre Novembro e Maio.

Bibliografia

AAVV, 1999, **Encontro Internacional sobre património industrial e sua museologia**, 1, Lisboa.

AMARO, Clementino, 2000, Núcleo Arqueológico de la Rua dos Correeiros- Fundación Banco Comercial Português, **Um sítio musealizado en la Baixa de Lisboa**, nº1 (Fevereiro de 2000), pp.151-157.

ANTUNES, Pequito, s/d, **Musealização de um sítio arqueológico-programas e projectos**, Núcleo medieval/moderno de Almada velha CMA, Almada.

ANTUNES, Filipa Alexandra, 2002, **Habitação operária - Pátios e Vilas de Lisboa**, A exposição da cidade operária industrial, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

APAI, 1986, **Actas e comunicações/I encontro nacional sobre património industrial**, Lisboa.

ARAÚJO, Norberto, 1992, «Do Destêrro, por S. Lázaro, ao Intendente» in **Peregrinações em lisboa**, Livro IV, Vega Edições, Lisboa, pp. 61-71.

AZEVEDO, José Pires Lopes, 1986, «Museu e património industrial» in I Encontro nacional sobre o património industria, in **Actas e comunicações do I Encontro nacional sobre património industrial**, APAI, Lisboa, pp.255-258.

BALFET, Hélène, 1991, «Des chaînes opératoires, pour quoi faire?», in Balfet, Hélène, **Observer l'action technique, pour quoi faire?** Editions CNRS, pp.11-19.

BALFET, Hélène, 1991, «Chaîne opératoire et organisation sociale du travail:Quatre exemples de façonnage de poterie au Magreb», in Balfet, Hélène, **Observer l'action technique, pour quoi faire?** Editions CNRS, pp. 87-96.

BALFET, Hélène, 1991, «Incident et maîtrise technique dans les chaînes opératoires», in Balfet, Hélène, **Observer l'action technique, pour quoi faire ?** Editions CNRS, pp. 179-189.

BARY, Marie Odile, e TOBELEM, Jean-Michele (directores), 1998, **Manuel de Muséographie**, Atlantica, França.

BRANCO, F. J & L.T. de Oliveira, 1993, **Ao encontro do Povo I. A Missão**, Celta Editora, Oeiras.

BRANCO, F. J & L.T. de Oliveira, 1994, **Ao encontro do Povo II. A Missão**, Celta Editora, Oeiras.

BRANCO, Freitas Jorge, 2005, **Máquinas nos campos - uma visão museológica**, Celta Editora Oeiras, Oeiras.

BUCAILLE, 1989, «Cultura material», in **Enciclopédia Einaudi**, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, Vol. XVI, pp.11-47.

CARNEIRO, Eugénio Lapa, 1968, «Breves notas sobre as técnicas de impermeabilização cerâmica», in **Olaria**, Boletim Municipal de Barcelos, pp.57-86.

CARNEIRO, Eugénio Lapa, 1989, **Empedrado: técnica de decoração de cerâmica. Fichas de olaria**, Barcelos, Museu de Olaria. Nº1, Barcelos.

CARNEIRO, Eugénio Lapa, 1989, **Encrespado: técnica de decoração de cerâmica**, *Fichas de olaria*, Barcelos, Museu de Olaria, Nº 3, Barcelos.

CHAVES, Luís, 1950, «Cerâmica», in **A arte popular em Portugal**, LIMA, Fernando Castro Pires de (org), Editorial Verbo, Vol. II, Lisboa.

CHAVES, Luís, 1952, «A Louça», in **Homenagem a Firtz Krüger I**, Menodoza, Argentina: [s.n.], pp.199-206.

CMA, 2002, **Catálogo da Exposição de Olaria Portuguesa**, Solar dos Zagallos, Almada.

CMS, 2003, **A cerâmica no postal ilustrado- Colecção de postais de Lapa Carneiro**, Catálogo, Eco-Museu Municipal do Seixal, VOL I e II, Seixal.

CASALEIRO, Oscar Enrech, 2002, **Projecto teórico para a musealização de um cine-teatro**, ULHT, Lisboa.

CHAVES, Luís, 1953, **Do barro se faz louça; na louça se come o trigo**, Lisboa: [s.n.].

COMISSÃO REAL INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, 1973, **Guia Prático de Antropologia**, Editora Cultrix, S.Paulo.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, 2001, «A propósito das colecções industriais, Versão completa do artigo publicado em ARECES, Miguél Ángel Álvarez (org), **Arqueologia industrial, património Y turismo cultural**, Gijón, INCUNA.

CRANE, Susan, 2000, «Introduction» in **Museums and memory**, Stanford University Press, Califórnia, pp.1-13.

CRAT, 1997, **A louça preta em Portugal: Olhares cruzados**, Porto.

COUCEIRO, João, 1998, «Património urbano - A memória da cidade», in **Urbanidade e Património**, pp.53-61.

CUSTÓDIO, Jorge, & FOLGADO, Diolinda, 1999, **A caminho do Oriente - Guia do património industrial**, Livros Horizonte, pp.9-12.

CUSTÓDIO, Jorge, e outros, 1991, **Museologia e arqueologia industrial**, APAI, Lisboa.

DEBARY, Octave, 2002, **La fin du creusot ou l'art d'accommoder les restes**, Éditions CTHS, Paris.

DELAPORTE, Yves, 1991, «Le concept de variante dans l'analyse des chaînes opératoires», in Balfet, Hélène, **Observer l'action technique, pour quoi faire?** Editions CNRS, pp. 27-30.

DESROSIERS, Sophie, 1991, «Sur le concep de chaîne opératoire», in Balfet, Hélène, **Observer l'action technique, pour quoi faire?** Editions CNRS, pp. 21-25.

DIAS, Joaquim Mendonça (Coord.), 1994, **Roteiro cultural dos pátios e vilas da Sétima Colina**, CML- Capital europeia da cultura- Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas, Lisboa.

DN, 1998, **Roteiro das ruas de Lisboa**, Lisboa.

CMSMDM, 2003, **Do projecto às colecções**, Câmara Municipal de S. João da Madeira: museu da Indústria de chapelaria, S. João da Madeira.

EUROSTAT, 1997, **Relatório Comunitário Panorama de l'Industrie Communautaire**.

FERNANDES, Isabel Maria (e outros), 2003, **A olaria portuguesa- do fazer ao usar**, Assírio & Alvin, Lisboa.

FERREIRA, Joana Diogo, 2002, **Os pátios palacianos de Lisboa: estratégias de intervenção em edifícios de habitação operária**, IST, Lisboa.

FERRAROTTI, Franco, 1983, **Histoire et histoire de vie – la méthode biographique dans les sciences sociales**, Libraires des Meridiens, Paris.

FODDY, William, 1996, **Como perguntar- teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários**, 3ª Edição, Celta Editora, Oeiras.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, 1984, **Para a história dos museus locais em Portugal - A propósito da criação do museu do Lorvão**, IPPC, Lisboa.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, 1987, **A musealização de sítios na área da Etnologia**, IPPC, Lisboa.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, 1992, «A musealização de sítios - questões relativas à formulação do programa interpretativo» in **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Vol. XXXII, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, pp.88-100.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (e outros), 1993, «Os fornos de cal de Paço de Arcos - memória justificativa da sua importância patrimonológica» in **Património e museus**, N°III,II Série- (Jan/Jun).

GOUVEIA, Henrique Coutinho e CARVALHO, Margarida Chorão, 2003, **Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego**, Município de Penacova, Penacova.

ICOM/UNESCO, 1987, **Musealisation de sites**, Bibliographie préparé par le Centre de documentation, IPPC-Departamento de Etnologia, Paris.

IMC, 2007, **Normas Gerais de Inventário – Cerâmica - Artes plásticas e decorativas**, Lisboa.

INCUNA, 2002, **Jornadas internacionais de património industrial**, 4, Setembro, Gijón.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria olímpia (e outro), 1995, «Dois modos de pescar na anseada da Nazaré- a “xávega” e o “candil”»- Texto policopiado: Devir técnico, devir turístico, **Jornadas sobre a cultura marítima**, pp.175-198.

LEITE, Ana Cristina e VILHENA, João Francisco, 1991, **Aldeias entre muros**, Gradiva, Lisboa.

Lei 47/2004 de 19 de Agosto. Lei que aprova a Lei - Quadro dos Museus Portugueses.

Lei 107/2001 de 8 de Setembro. Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

LIMA, Pires de Marinús, 1987, **Inquérito sociológico – Problemas de metodologia**, Editorial Presença, 3ª Edição, Lisboa.

MAGALHÃES, Fernando, 2005, **Museus, património e identidade – ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição**, ESSEPL, Leiria.

MARTINS, Rui de Sousa, 1985, **O Barro a técnica e a arte: a cerâmica dos Açores e as olarias de Vila Franca do Campo**, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

MARTINS, Rui de Sousa, 1987, «Projecto de musealização de uma olaria de Vila Franca do Campo» in **Arquipélago**, N°2, Ponta Delgada, pp.251-263. (a)

MARTINS, Rui de Sousa, 1987, «A produção de cerâmica nos Açores, uma perspectiva sistémica» in **Arquipélago**, n°2, Ponta Delgada, pp.-581-633. (b)

MARTINS, Rui de Sousa, 1987, «A cerâmica dos Açores e as olarias de Vila Franca do campo» in **Arquipélago**, n°2, Ponta Delgada, pp.169-186 (c)

MARTINS, Rui de Sousa, 1999, **A cerâmica modelada dos Açores - Processos produtivos e formas de articulação e processos de mudança**, Cascais.

MATALON, Benjamin, GHIGLIONE Rodolphe, 2005, **O Inquérito – Teoria e prática**, Celta Editora, 4ª edição, Oeiras.

MATTOSO, José (Dir.), 1993, **História de Portugal- O Estado Novo**, Editorial Estampa, Lisboa.

MEIRA, Alberto, 1953, «Cerâmica portuguesa» in, **Douro litoral**, Porto.

MENDES, JOSÉ, Maria Amado, 1986, «O património industrial com fonte histórica», in **Actas e comunicações/I Encontro nacional sobre património industrial**, APAI, Lisboa, pp.315-320.

MENDES, JOSÉ, Maria Amado, 1986, «Discurso de abertura», in **Actas e comunicações/I Encontro nacional sobre património industrial**, APAI, Lisboa, pp.29-38.

MEROLA, M^a Victória, 2002, «Reflexiones sobre la rehabilitación y musealización de los espacios industriales» in SAMPAIO, M^a da Luz (org.), **Reconversão e musealização de espaços industriais: Actas do Colóquio de museologia industrial**, Associação para o museu da Ciência e indústria, Porto, pp.37-41.

MNE, 1998, **A louça preta em Portugal: paineleiros e pucareiros** [Catálogo], Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Exposição realizada no Museu Nacional de Etnologia, Lisboa.

MOLINA, Martínéz, José Maria, 2004, «El proyecto olvidado: el Museo de El dique» in **Revista de Museologia**, nº29, pp.39-47.

MONTENEGRO, 1903, **Inquérito aos pátios de Lisboa**, INCM, Lisboa.

MOORE, Kevin, 1998, **La gestion del Museo**, Trea, Espanha.

MOREIRA, Isabel M. Martins, 1994, **Iniciação à museologia: caderno de apoio**, Universidade Aberta, Lisboa.

MOUTA, M^a da Luz, 1967, «Os Anjos»- freguesia de Lisboa, in **Boletim da Junta da Estremadura**, nº44, Lisboa.

NUNES, Mário, 1986, «Turismo cultural com a componente do património industrial, in **Actas e comunicações/I Encontro nacional sobre património industrial**, APAI, Lisboa, pp.259-263.

PARVAUX, Solange, 1968, **La Céramique du Hault-Alentejo**, Paris : Puf ; Lisboa : Gulbenkian, Lisboa.

PEREIRA, Paulo, 2001, «O património edificado: musealização e interpretação», in **Revista Pedra e Cal**, Nº12, Out-Dez.2001, pp.24-28.

PINTO, Marcelo Mendes, 2002, «Abertura» in SAMPAIO (Org), M^a da Luz, **Reconversão e musealização de espaços industriais: Actas do colóquio de museologia Industrial**, Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, Porto.

POMIAN, Krzysztof, 1990, «Musée et patrimoine» in **Patrimoines en folie**, Éditions de la Maison des Sciences de l’homme, Paris, pp.177-198.

POMIAN, Krzysztof, 1978, «Colecção», in **Enciclopédia Einaudi**, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, Vol. III, pp. 123-156.

PRIMO, Judite (org.), 1999, **Museologia e património: documentos fundamentais**, Cadernos de sociomuseologia, Universidade Lusófona, Lisboa.

RAPOSO, Luís, Museus de arqueologia s sítios arqueológicos musealizados: identidades e diferenças, in <http://www.rpmmuseus-pt.org/Pt/cont/LuisRaposo.html>

Resumos do VII encontro nacional de museologia e autarquias, 1996, Seixal.

Resumos do IX encontro nacional de museologia e autarquias, 1998, Nº 9, Loures.

RIVIÉRE, Georges, 1987, **La Muséologie selon Georges-Henri Rivière**, textes et documents, Dunod, Paris.

ROCHA-TRINDADE, M^a Beatriz, 1993, **Iniciação à Museologia**, Universidade Aberta, Lisboa.

RODRIGUES, Paulo Simões, 2005, «Património urbano: As origens do conceito», e «Património urbano: A institucionalização do conceito» in **A construção da memória de cidade**, Casa do Sul Editora, Centro de História de Arte, Universidade de Évora, Évora, pg.53-91.

SAMPAIO, M^a da Luz (org.), 2002, **Reconversão e musealização de espaços industriais: Actas do Colóquio de museologia industrial**, Associação para o museu da Ciência e indústria, Porto.

SANTACANA, Joan & SERRAT, Núria (Orgs), 2005, **Museografía Didáctica**, Ariel, Barcelona.

SANTOS, M^a Luísa F.N; TINOCO, Alfredo A.D., «Um projecto de musealização para as minas do Lousal», in <http://apai.cpp.pt/projectos.htm>

SERRÃO, Joel (dir.), 1989, **Dicionário da História de Portugal**, Livraria Figueirinha, Vol. III, Porto.

SERRÃO, Joel & MARQUES, A.H., Oliveira, 1991, **Nova história de Portugal - da Monarquia para a República**, Editorial Presença, Lisboa.

SILVA, Armando Coelho Ferreira, 2002, «Introdução» in SAMPAIO (Org), M^a da Luz, Reconversão e musealização de espaços industriais: **Actas do colóquio de museologia Industrial**, Associação para o Museu da Ciência e da Indústria, Porto, pp.5-7.

SILVA, José Luís de Almeida, 2004, **Cenários para as indústrias dos sectores tradicionais em Portugal num horizonte de 2010/2015 e Aplicação da metodologia da prospectiva estratégica à indústria cerâmica**, Cencal, Caldas da Rainha.

SILVA, José Luís de Almeida (Coord.), 2006, **Narrativa do projecto « Rotas da cerâmica-Envolvente vista na óptica de processo e na óptica de produto**, CENCAL, Caldas da Rainha.

VASCONCELOS, José Leite de, 1959, **Páginas Olisiponenses**, Lisboa, pp.189-190.

VASCONCELOS, José Leite de, 1967, «O barro», in **Etnografia portuguesa: Tentame de sistematização**, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol.V. Lisboa

VELLOZO, Eduardo e O. PEREIRA Queiroz, 1848, **Roteiro de Lisboa**, 4^a Edição.

VERGO, Peter, 1989, **The new museology**, Reaktion Books, Inglaterra.

VIGUÉ, Jordi, 1997, **A cerâmica- a técnica e a arte da cerâmica explicadas do modo mais simples e atraente**, Colecção Artes e ofícios, Editorial Estampa, Lisboa.

V Seminário de Musealização de sítios- Coimbra, 19-24 de Outubro 1987, IPPC - Centro de Formação e Estudos -Departamento de Etnologia, Coimbra

DOCUMENTOS DE IMPRENSA

“As olarias de Lisboa - O centenário do «Miguel Oleiro e os 80 anos de Joaquim Duarte” in **Diário de Lisboa**, 11 de Novembro de 1950.

BASTOS, Baptista e ANTUNES, José «O pátio dos sonhos em barro», in “Reportagem”, **Diário Popular**, em 21 de Setembro de 1982.

PAIVA, Inácio e PAIVA, Octávio, «Oleiros de Lisboa continuam a fazer arte com o barro», in **Correio da Manhã**, 27 de Novembro de 1986.

ENTREVISTAS

Entrevistas realizadas ao Sr. António Correia.

ANEXOS

Índice

Anexo 1: Entrevistas.....	143
Entrevista	
Nº1.....	143
Entrevista	
Nº2.....	159
Entrevista	
Nº3.....	151
Entrevista	
Nº4.....	156
Anexo 2: Síntese de observações dos empregados.....	159
Anexo 3: Listagem de Informações relativas aos empregados da firma Joaquim Duarte & Filhos Lda, constantes nos livros de cadastro.....	166

Anexo 1: Entrevistas

Entrevista Nº1

Realizada em Abril de 2006

(1) E: Em que ano entrou para a Olaria?

e: Em 1963

(2) E: Que idade tinha nessa altura?

e: Tinha 26 anos. ia fazer 27.

(3) E: Tinha algum conhecimento da olaria quando veio para aqui?

e: Eu nasci no meio do barro se assim se pode dizer. O meu avô era oleiro¹⁷, o meu pai era oleiro. Éramos 3 irmãos, só eu é que aprendi. Estão melhor que eu, eles não quiseram prender e só eu é que aprendi. Tenho 1 irmão mais novo, tem agora 55 anos. O meu pai era oleiro, também já morreu há muitos anos, com 55 anos. Fiquei eu. Portanto, eu nasci no meio do barro.

(4) E: Como é que veio parar aqui à Olaria?

e: Eu vim parar aqui porque o meu pai tinha, lá na minha terra, uma olaria. Eu sou dali perto de Coimbra. Uma olaria que era do meu avô. O meu pai dizia que aquilo não era futuro, por várias razões. Depois de ele ter morrido, eu fiquei sozinho com a olaria. Na altura, na minha aldeia, uma aldeia pequena haviam lá 8 oleiros. Foi um primo meu que tem uma loja¹⁸ em Lisboa, que conhecia isto aqui e depois arranjou para mim. Ele conhecia bem a olaria e lá falaram em oleiros. O meu patrão falou que não havia oleiros, e aqueles que haviam só queria trabalhar por conta própria, não queriam iam trabalhar por conta de ninguém. Esse meu primo lembrou-se de mim, escreveu-me e depois disse aqui. O patrão disse: - «mande lá o rapaz!» E eu vim.

¹⁷ O meu avô já era oleiro, ainda o conheci bem, tinha uns 13 ou 14 anos quando ele morreu.

¹⁸ Uma pastelaria na Rua do Carmo.

(5) E: Qual a função que veio ocupar?

e: Eu vim logo para trabalhar para a roda. Mas nem assentei praça aqui. Foi na imprensa Nacional que também era dos mesmos donos. Foi lá que comecei a trabalhar. Estive lá só 4 ou 5 meses, vim para aqui...desde Agosto de 63.

(6) E: Além da função roda, Quais eram as etapas?

e: Aqui haviam, 30 homens. 30 oleiros, 6 por dentro e 24 por fora.

[Aparece um vizinho a pedir um garrafão de azeite e diz que ali havia 2 oleiros. Entram em desavença com o número total de pessoas; o entrevistado dizia 30, o outro 35.]

Quando eu para aqui éramos 6 oleiros. Dali até ali ao fundo era tudo rodas. Só aqui trabalhávamos 5, isto...até 66, 67. Faz agora ou já fez 40 anos, eu lembro-me, era o Mundial, estávamos aqui 6 oleiros e 24 por fora. Só aqui nos fornos havia 3 ou 5, aqui por cima a por as asas às peças, (só faziam a parte de asas), era com o asador.

(7) E: Com o?

e: Chamava a agente o asador, o que punha as asas.

Havia também, uns 3 ali em cima, noutra sótão de cima havia o moldador que fazia santos, tabuleiros; 2 para moer o barro; havia 1 para tirar as peças, quando não eram 2. No armazém eram 3 ou 4, para vender, para escolher a loiça.

(8) E: Aqui faziam o trabalho da roda, o que era preciso por asas era aqui e depois...

e: Depois secava...

(9) E: E tinha homens para cada uma das funções e ninguém saía do seu posto?

e: Porque a gente trabalhava à produção, sabe?

(10) E: Pois, quanto mais fizessem mais ganhavam...

e: Era; nós recebíamos à semana até 67, 68. No trabalho, a gente quisesse fazer a mais, a gente fazia, e recebia por fora. Nós chegávamos aí a uma altura, eu e um colega meu, (era da minha idade mais ou menos), quando era ao meio-dia, tínhamos o nosso trabalho feito e podíamos ir embora para casa. Já tínhamos preenchido o trabalho que nos era devido fazer. Quando o patrão precisava, dizia: - «Façam o que poderem, façam para a frente». Estávamos

ai, às vezes ao Sábado, (nessa altura ainda se trabalhava ao sábado todo dia, depois, começamos a trabalhar só meio-dia, porque, antes, vínhamos trabalhar o sábado inteiro).

Uns foram-se reformando, outros foram morrendo, (isto é mesmo assim), já estavam velhotes, já tinham perto de 70 anos. Outros, estavam até reformados mas continuaram a trabalhar, de forma que, o patrão, a certa altura, queria meter mais oleiros mas não havia. Só fiquei eu e um colega meu. Trabalhamos os dois os últimos 18 anos, sozinhos. Nessa altura havia muito trabalho, até cheguei aqui a fazer serão. Depois, quando o meu patrão morreu¹⁹. O meu segundo patrão tinha um filho que era médico (agora já está reformado também), e uma filha que estava no Porto que era advogada. O Sr. Joaquim morreu, o meu patrão já tinha 68 anos, era sozinho com a mulher. A viúva do Sr. Joaquim meteu aqui um rapaz (criado com eles) como gerente. O rapaz teve aí 3 anos, não conseguiu endireitar isto.

(11) E: E vocês vendiam principalmente, quando o senhor veio para cá, vendia-se principalmente para quem?

e: As vendas eram melhores que agora, mas também havia o facto da exportação, para a Alemanha e Austrália, através do Bràs e Bràs, era carradas e carradas que saíam daqui. Tinham só aí 1 homem, às vezes 2, para encaixotar para o Bràs e Bràs.

(12) E: E nesses tempos em que estava cá muita gente a trabalhar, compravam o barro a quem? Ou seja, o barro vinha de onde?

e: O barro (ainda está ali um resto) vinha da barreira. Aqui era preparado por uma máquina.

(13) E: Pois, a barreira, onde é que era a barreira?

e: Fernão Ferro.

(14) E: Sei, é do lado de lá do rio.

Exactamente, íamos a Fernão ferro e a Vila Nova da Rainha.

E: Vila Nova da Rainha.

¹⁹ O meu patrão morreu fez agora 5 anos em Abril. Morreu em 1998, não tinha filhos.

(15) E: E nessa altura, disse-me, o horário de trabalho, era diferente do horário de trabalho de agora?

e: Nessa altura, o horário era o mesmo. A gente pegava às 8 e saía às 6. Só à sexta-feira é que saíam às 5.

(16) E: Mas trabalhavam ao sábado não é?

e: Trabalhávamos sábado até ao meio-dia.

(17) É: Até ao meio dia.

e: Depois quando foi o 25 de Abril, as coisas mudaram muito.

(18) E: Aqui houve alterações?

e: Houve muitas alterações. Já havia o horário de trabalho, assim por exemplo, havia semana-inglesa em que se folgava ao sábado, mas nós fazíamos só meio-dia, e esse meio-dia, da semana-inglesa, só fazia na Primavera, até acabar o Verão, porque durante o Outono e o Inverno, o sábado trabalhava-se todo o dia.

(19) E: O que é a semana-inglesa? Eu não sei o que é.

e: É ao sábado não se trabalhar. Os ingleses sempre tiveram disso.

(20) E: E isso foi com o 25 de Abril?

e: Pois, há mais de 100 anos que os ingleses tinham a semana-inglesa, ao sábado não trabalhavam. Os ingleses e quase toda a Europa já não trabalhavam ao sábado, os portugueses sim. De Inverno, até à Primavera, trabalhávamos sábado todo o dia, entrava a Primavera, só trabalhávamos até ao meio-dia. Quando o Marcelo Caetano entrou para o poder²⁰, foi, então que pôs o sábado inteiro para descanso do pessoal.

(21) E: Então e antes do 25 de Abril, vocês eram uns funcionários satisfeitos, as vossas condições de trabalho eram boas?

e: Era, era, pelo menos eu era. Eu não tenho nada que dizer. eu sabia, perfeitamente, que havia muitos que estavam insatisfeitos. Não se pode agradar a todos. Muita gente pensa que ser patrão é um homem rico, e às vezes, é mais pobre que o empregado. Eu reconhecia isso

²⁰ com a Morte de Salazar

porque o meu falecido pai, que tinha sido patrão, muitas das vezes queria pagar a uns 2 homens que lá tinha e não tinha, tinha que ir pedir para pagar.

Eu reconhecia essas coisas; era o que acontecia aqui; eu não digo que fossem pedir o dinheiro para nos pagar, mas sei perfeitamente, até cheguei a receber dinheiro de um era um cliente e que ainda hoje o²¹ é. Ora bem, o meu pai é que trouxe para cá esse cliente, e eu sei que foi o Sr. Joaquim que, para pagar o subsídio de Natal, pagava do bolso dele, esperando pelo valor dessa encomenda que era do Marquês de Pombal, nomeadamente, para o Manjar do Marquês de Pombal. A maioria da rapaziada não sabia o que era ser patrão. Por exemplo, a máquina avariava vinha aí um fulano levava aproximadamente 200, 300 contos; era um custo, outro exemplo, as duas camionetas que precisavam de manutenções.

(22) E: E vocês descontavam para a segurança social?

e: Sim, sempre. Eu comecei a descontar logo no segundo mês de trabalho. Ainda lá tenho folhas disso. Descontava 200 escudos por semana, e descontava também para o fundo de desemprego²².

(23) E: Isto fechou por completo, por um lado porque os oleiros morreram e porque o patrão principal...

e: Enquanto houve stock foi tudo muito bem, depois começou a faltar. Eu insisti com os meus colegas, para ficarmos. Até os herdeiros nos propuseram isso, trabalha em nome da empresa, nessa altura só devíamos 400 contos à segurança social, dívida que podíamos liquidar em 2 anos. Depois o sindicato meteu-se no assunto, e disse: «Vocês trabalhem, não há dívidas, não há nada. Têm dois anos para pagar a dividida, continuam na mesma. Mas há uma coisa, se em meio ano, vocês não se entenderem, perdem os direitos.» (...)

(24) E: A olaria está em seu nome?

e: Está. Em tribunal, fez uma ano em Março, a juíza, disse «Vocês têm direito ao aluguer ou ao trespasse». Mas como eles abandonaram isto, ficaram sem direitos nenhuns, porque quem está a pagar a renda há 8 anos, sou eu sozinho.

²¹ É um cliente todos os anos, agora leva aí, 5 ou 6.000 Euros por ano e às vezes duas vezes

²² Também se chamava de imposto profissional; Íamos pagá-lo à Graça, anualmente, cerca de 30 escudos. Este imposto é da responsabilidade do empregado.

(25) E. Que paga a quem? A um dos herdeiros?

e: Pago no banco. Até há 4 anos ia pagar ao escritório, agora pago pelo banco.

(26) E: Se tivesse que escolher 5 objectos, daqui da olaria, para a representar (imagine que vamos mostrar a olaria ao estrangeiro, que objectos mostrava? Se pudesse levar o forno, dava-o? Que peças acha que representam, a olaria?

e: Os estrangeiros é raro quererem tachos, querem é quadros e santos.

(27) E: O que gostaria de dizer às pessoas que, imagine que estão os miúdos na escola, imagine que não há olaria, ou vai haver, no futuro, o que acha importante que eles saibam?

e: Muita gente compra tudo feito. Nós ainda trabalhamos com o barro natural, já em Espanha, por exemplo, já não trabalham com esse material

Após entrevista

Após entrevista o entrevistado informou ainda que em 163, altura em que começou a trabalhar na olaria produziam-se principalmente vasos para a Câmara Municipal de Lisboa. Posteriormente apareceram os vasos de máquina, vindos de Barcelos, responsáveis pela quebra do negócio desse ramo. Tal facto levou a olaria a produzir essencialmente para a restauração.

Entrevista N°2

Realizada em 13 de Novembro de 2006.

(1) E: Como era feito o processo de cozedura?

e: Para cozer eram precisos 2 dias completos.

(2) E: Como enforavam?

e: Chamava-se a chacota: colocam-se as peças no interior do forno com as trempes a dividir. Põem-se umas em cima das outras e deixa-se uma abertura no final para os gases e o fumo sair. Um dia enforava, durante 18 horas cozia, esperava-se uma noite que arrefecesse e no dia seguinte desenforava-se. Eram precisos pelos menos 3 homens. Normalmente coziam durante a noite por causa das fagulhas que o forno libertava para o ar. Os meus colegas ganhavam a dobrar. Muitos deles porque precisavam, não iam dormir a casa, faziam logo o trabalho do dia seguinte, não despegavam.

(3) E: A que temperatura cozia?

e: Aquilo era a olho. Mas mais ou menos a 800°, 850°, mas como lhe digo não tínhamos medidores. Já o vidrado era a 1050°.

(4) E: Lembra-se da Olaria chamar-se *José das Neves*?

e: Não, isso já não é do meu tempo.

(5) E: O senhor Joaquim Duarte tinha 3 filhos: O Francisco, o António e o Manuel. Lembra-se deles?

e: lembro-me sim. O António Duarte era o meu patrão, morreu com 98 anos. O Manuel era oleiro.

(6) E: O que se lembra da relação com a Fábrica de Viúva Lamego?

e: De pouca coisa. Eles trabalhavam com barro branco e às vezes compravam coisas nossas. Nós nunca comprámos nada a eles porque o barro era diferente.

(7) E: Que idade têm os moldes? Onde eram feitos?

e: Onde eram feitos não sei. Quando vim para cá, já cá estavam. São feitos de gesso.

(8) E: Quantas secções havia na Olaria?

e: Ora bem, isto havia 5 rodas aqui em baixo (rés-do-chão), havia a parte do asador, dos moldes, da pintura e tabuleiros, lá em cima (1º e 2º andares), os fornos, o vidro e o armazém (rés-do-chão)

(9) E: Sabe quando é que a olaria começou?

e: Por aquilo que o meu patrão já dizia, a olaria deve ter perto de 150 anos.

(10) E: Quem é o proprietário da Olaria?

e: Existem já muitos herdeiros, mas eu pago a renda no banco ao Engenheiro João Mineiro.

Entrevista N°3

Realizada a 15 de Janeiro 2007

(1) E: Os oleiros e o senhor, em particular, eram supersticiosos?

e: Não. Eu vim para aqui em 63. Feriados haviam poucos. Santo António não era feriado, o Carnaval não era feriado, o 1º de Maio não era feriado. Depois é que começou a haver tudo. Aqui nunca houve dessas coisas.

Nota: O entrevistado não percebe a pergunta, não conhece o significado da palavra supersticioso. Limitou-se a concluir que trabalhavam sempre fosse o dia especial ou não.

(2) E: Houve em alguma altura mulheres a trabalhar na olaria?

e: Só cá houve uma empregada de escritório. Foi nos anos 70. Nem um ano cá esteve.

(3) E: Que tipo de decoração era feita às peças?

e: O que se usava cá era isto. É barro branco, pintava-se, fazia-se mais uns enfeites com barro branco. Usava-se estes utensílios (o entrevistado mostra um conjunto de arames com indícios de uso.

[A entrevistadora questiona o nome dos utensílios e o entrevistado desconhece nomes técnicos, designa-os por arames]. Havia uns rapazotes que pintavam.

Usava-se aqui porque cada olaria tinha a sua moda de pintar e era tudo diferente. Por exemplo os de Mafra eram uns, nós, outros. [O entrevistado mostra alguns exemplares de Mafra e da Olaria do Desterro]. Há também uns arrebites verdes, mas isto não é tinta é vidro que se chama alpaque. Há um transparente e este fica, não escorre quando vai ao forno. Com o vidrado por cima, fica brilhante.

A maior parte era sem decoração. Às vezes fazíamos uns nomes. [o entrevistado mostra algumas objectos com letras pintadas como por exemplo uma travessa com inscrição «manjar do Marquês», um ainda, comprador desta loiça utilitária].

Só por encomenda é que se faziam coisas escritas.

(4) E: Acha que as formas das peças reflectem as formas humanas?

e: O entrevistado não percebe a pergunta. O entrevistador completa e explica: Por exemplo um cálice com pé simboliza uma mulher com os pés juntos, ou um jarro bojudo, um homem gordo? Isso podemos fazer. Isto é um mocho. Cada um dá a forma que quer.

(5) E: Havia diferentes modos de fazer as peças consoante as Estações do ano?

e: Depende das encomendas. Os patrões mandavam fazer o que mais saía. Quando não havia encomendas fazia-se de tudo um pouco. Aqui exportavam para Alemanha e Inglaterra, tudo, através do Bràs e Bràs. Trabalhávamos quase todo o ano para eles. Há ali pelas que têm mais de 20 anos. Os candeeiros (pé do candeeiro), usaram-se muito numa época. O entrevistado mostra uma série de objectos que se faziam na altura: bonecas para os comediantes, Isto foram os brasileiros que trouxeram essa moda; era para a água ardente, depois passou a ser utilizado pelos portugueses para as velas, são os castiçais. As cabaças, para beber também a água ardente.

(6) E: Vendia-se mais loiça vidrada ou não vidrada?

e: Vendia-se mais loiça vidrada. A não vidrada era vasos e pratos para os vasos. De resto era loiça vidrada. Antigamente, quando eu para cá vim só se vidrava a parte de dentro, para o bife (caso das frigideiras). Só de encomenda é que se vidrava por dentro e por fora.

(7) E: Como é que vidravam as peças?

e: Vidra-se igual, como antigamente. O vidro é que é outro. Em 78 foi proibido o vidro feito aqui, num moinho. Depois disso compramos em pó à fábrica: junta-se com água num alguidar, duas qualidades, o 100 e o 18; mistura-se metade de cada e junta-se água, parece leite. Mergulho as peças, depois seca; é muito rápido, fica logo branco e seco, tem de se limpar as bases para depois na cozedura não agarrarem. Os forneiros é que faziam esse serviço, enfornavam, coziam e vidravam. Primeiro havia um que só vidrada, depois já todos o faziam.

(8) E: Tinham todos os mesmos nomes, ou uns eram aprendizes e outros mestres?

e: Quando eu para cá vim, havia um oleiro de primeira, 2 de segunda e 2 de terceira categoria. Aprendizagem eram os serventes. Eles tiravam as peças das rodas. O nosso trabalho era só fazer na roda. Eles amassavam o barro e tiravam o trabalho da roda.

(9) E: Quando para cá veio, era oleiro de 1ª, 2ª ou 3ª?

e: Era de 3ª. Não era por saber mais ou menos, eram pelos anos de casa. Consoante saíam os primeiros, os outros iam subindo. Fui passando de 3ª para 2ª e de 2ª para 1ª.

(10) E: Lembra-se de ter havido algum incêndio na olaria?

e: Não me lembro, já não foi do meu tempo mas dizem que houve. Ainda há aqui partes queimadas. Acho que os bombeiros acudiram logo. Estavam a cozer, algo saiu e começou a arder. Não teve grande importância.

(11) E: Lembra-se de terem sido feitas obras e limpeza ao edifício?

e: Sim. Ainda há não muitos anos, vinte. As portas eram em madeira. Havia uma porta grande, de madeira, por onde entrava uma camioneta. Depois foi substituída por esta de chapa. Pintou-se por fora o edifício. Gastaram-se largas centenas de contos.

(12) E: Quanto tempo demoravam as peças a secar?

e: Depende da peça. Se for uma peça grande, uma assadeira, não pode ser seca ao sol, tem de ser à sombra senão racha. No Verão, pelo menos uma semana. Isto já não [cinzeiros]: pode ficar só um dia, seco ao sol.

(13) E: Como sabe que já atingiu o ponto ideal de secura?

e: A gente não sabe! Fica sempre humidade. Só que no forno (neste [eléctrico] ou a lenha), começa-se com uma temperatura reduzida para ir secando a humidade. Sai a humidade e começa a cozer. Este amanhã vai estar aí duas horas, em pára e arranca par depois cozer. A temperatura inicial é de 180 graus. Neste forno a chacota coze a 980 graus, o vidrado a 1050 graus.

(14) E: Se não tinham instrumentos para medir a temperatura como é que sabiam?

e: Era com uma amostra. Para o caso do vidrado, colocava-se uma peça vidrada no cimo do forno, e ía-se vendo quando já estava. Se fosse a chacota, não era necessário, ora ficava mais ou menos cozida, não fazia mal.

(15) E: Como se chamam as bases onde coloca a secar as peças?

e: São as formas de madeira. Quando são peças grandes facilita o trabalho na roda. Também, servem de base para secar as peças

(16) E: Trabalha numa roda ou num torno?

e: Vou dando com o pé, faço girar através dos rolamentos. Uma pesada dá para fazer uma peça. É uma roda artesanal, não tem nada de mecânico. Já tive cá umas mecânicas mas não me ajeitei.

(17) E: Porquê?

e: Primeiro a eléctrica não dá para fazer muita coisa. A mecânica tem três velocidades com uma embraiagem. È como um carro. Se carregamos na embraiagem para andar menos, a correia patina e não dá. Com o pé dou-lhe a velocidade que quero. Por outro lado, de Inverno, dá para aquecer os pés. Tenho sempre os pés quentes.

(18) E: Quando a fábrica trabalhava, havia rodas mecânicas?

e: Não, ainda existem 5 rodas, mas são todas manuais. Estão todas tapadas, a única à vista é onde eu trabalho. 2 ou 3 já eu vendi. [o entrevistado exemplifica como trabalha na roda]

[Ao passar pelos fornos, a entrevistadora chama a atenção para a existência de um andar subterrâneo:] Depois do forno existem dois andares para baixo. Primeiro, a fornalha onde se colocavam as aparas, e depois a caldeira onde cai a cinza.

(19) E: O que é que gosta mais de fazer?

e: Para mim a roda é tudo. Não sou grande artista para trabalhar com moldes. Não tenho paciência.

E as floreiras rectangulares? Não gosto muito, mas encomendam-me tenho de fazer, coisas rectangulares e quadradas tem que ser com moldes. Se fossem ovais, faço aqui.

(20) E: Os utensílios que usa são quais?

Um pano para não estar directamente com os dedos na peça, porque protege as mãos. Os meus colegas não trabalhavam com aquilo. O fio de nylon para tirar as peças da roda. Uma cana para alisar. Um pedaço quadrado de madeira para acertar o fundo.

(21) E: Tem algumas fotografias de festas, almoços que tenham realizado, ou mesmo de imagens dos oleiros a trabalhar?

e: Não. Fazíamos grandes almoços, mais no tempo da sardinha e quando se trabalhava ao sábado até ao meio-dia. Os oleiros não eram daqui, eram do Montijo e do Feijó, para lá de Almada. Só havia um que era daqui. Fazíamos mais era com os serventes. Fotografias não tenho. Os oleiros daqui eram de fora de Lisboa. Havia um que era alentejano, só ia de 15 em 15 dias ao Alentejo.

Tínhamos outra olaria na rua da Imprensa Nacional, um irmão estava aqui, outro lá. Aqui eram os escritórios, a parte principal. Quando fecharam a Olaria lá em baixo havia muito oleiros e meteram todas até no piso de cima. Não queriam indemnizá-los e por isso meteram-nos aqui a trabalhar. Tinham mais ou menos 50 anos. Nos últimos 17/18 anos éramos só dois a trabalhar. Sozinho estou há 2 anos.

(22) E:- Esse senhor entrou aqui ao mesmo tempo que o Sr. António?

e: Não ele era mais velho que eu e já cá estava há mais tempo. Tinha aí uns 17 anos. Tem mais 10 anos de casa que eu. Ainda trabalhei aqui com o pai dele. O pai dele depois foi para a Holanda.

Entrevista N°4

Realizada em 23 de Abril de 2007.

(1) E: Diga-me o seu nome completo.

e: António Correia. Não faça como um dia me aconteceu. Dei o meu nome e perguntaram-se se era «só», eu disse que sim e puseram-me António Correia Só.

(2) E: Qual da data do seu nascimento?

e: Nasci a 17 de Agosto de 1936.

(3) E: Tinha irmãos ou irmãs?

e: Tive dois irmãos e quatro irmãs.

(4) E: Quais eram as profissões dos seus pais?

e: O mais velho dos rapazes morreu de acidente. Trabalhava na construção civil. O outro trabalha na Telecom, é electricista. Das quatro irmãs apenas uma escolheu uma profissão, trabalha num jardim-de-infância. As outras são domésticas. Uma vive em Marco de Canaveses, outra no Catujal (é viúva), outra está lá na terra e a outra em Lisboa, a que trabalha no Jardim-de-infância.

(5) E: Quais eram as profissões dos seus avós?

e: O pai do meu pai era oleiro. O pai da minha mãe não sei porque foi para o Brasil, deixou cá a mulher e os filhos e nunca mais disse nada.

(6) E: Onde nasceu? Viveu lá até quando?

e: Eu nasci em «Olho Marinho» uma aldeia que fica a 4 km de Vila Nova de Poiares, Distrito de Coimbra.

(7) E: Foi à escola? Durante quanto tempo?

e: Fiz a 4ª classe, que naquela altura já era muito. Fi-la em Vila Nova de Poiares.

(8) E: Se sim, o que fez depois de acabar os estudos?

e: Andava numa carroça a vender azeite, era ao quartilho e ao litro. Chamava-se o azeiteiro. Depois fui para Braga fazer a mesma coisa. Fui para Caminha e Darque. Aos 18 anos vim dar o nome para a tropa. Naquela altura a maioridade era aos 21, não aos 18. Vim para Lisboa aos 28 anos.

(9) E: O que era habitual fazer quando completavam a escolaridade?

e: O habitual era fazer a 4ª classe e já era muito. Nos anos 59 é que passou a ser obrigatório fazê-la, antes não. Iam para empregados disto ou daquilo. Normalmente iam para Coimbra, lá alugavam quartos e lá começavam a sua vida.

(11) E: Que profissão é que os seus pais gostariam que tivesse?

e: Para estudar não podiam, não tinham dinheiro suficiente. Queria que eu fosse empregado, fizesse o que fizesse. Hoje, na minha terra não há olarias mas naquela altura havia muitas. Os filhos seguiam os passos dos pais. O meu irmão foi para electricista, não gostava do barro. O que eu ainda gostava muito de fazer era regar o milho e as batatas (faziam-se regos, ou carreiros para a água passar, era um divertimento!). Queria regar todos os dias. Lá, só se começava a regar na Primavera, e estava sempre a pedir ao meu pai para ir regar, isto para não me mandar fazer outra coisa. Às vezes dizia-me:«-Ainda ontem ao final do dia foste regar, ainda é muito cedo para isso, ao final do dia vais»

(12) E: Foi à tropa? Fê-la onde e em que anos?

e: Fiz 32 meses de tropa. De início não gostava daquilo, depois como me portava bem, era uma maravilha, bons tempos. Estive em Coimbra no R12 (regimento de Infantaria 12), estive adido em Abrantes e em Leiria. Tive pena daquilo.

(13) E: Casou? E teve filhos?

e: Casei. Tive quatro filhos. O António era o mais velho, morreu de acidente. Veio para Lisboa estudar e nas férias, quando saia com uns amigos, tiveram um acidente. Morreu. A Maria Leonor está na terra com a minha mulher [com problemas físicos e psíquicos]. O Mais velho agora, o José, é conferista e já tem uma filha, a minha neta que vem cá às vezes ajudar-me a fazer letras, mas como tem muito que fazer não vem cá muitas vezes. O mais novo, o Alexandre, que mora comigo, tem a sua idade, é ladrilhador.

(14) E: Se pudesse voltar atrás, escolhia a mesma profissão?

e: Sim escolhia! Olhe que o meu padrinho trabalhava na TAP e eu não quis ir para lá. Havia também a hipótese de ir para a cerveja em Vialonga e também não quis ir. O meu pai dizia que a olaria não tinha futuro, não queria. Mas eu, mal ele virava costas ia para cima do barro, aproveitava todos os bocadinhos para ir para a roda! Não estou arrependido de nada, quanto ao ser oleiro. Estou arrependido de outras cabeçadas que dei ao longo da vida. Disso não. Fazia tudo igual.

No resto da conversa, o Sr. António falou na olaria que abriu e encerrou no Catujal. Nos serões que fazia na olaria dos Olivais. Formas que encontrou para ganhar mais um dinheiro à parte do trabalho da Olaria do Desterro. Falou que está prestes a ir embora. Está casado há 48 anos, acredita no amor, ama a sua mulher e tem de ir para junto dela.

Anexo 2: Síntese de observações dos empregados

(Fonte: Livros de cadastro – Joaquim Duarte & Filhos Ida)

Nº 1- Eduardo Santos

- Foi para chauffeur dos CTT

Nº3- José Gustavo de Oliveira

- É o operário mais ordinário que tenho ao nosso serviço. Muito incorrecto, faltas de respeito. No dia 10/08 e no dia 11/08 faltou-me ao respeito.
- José Gustavo de Oliveira em 17 de Setembro (1969) faltou-me ao respeito e abandonou o trabalho da parte da tarde.
- Despediu-se em 28 de fevereiro de 1970. já tinha sido avisado que arranjava um trabalhador para o lugar dele.
- No dia 17 de Abril faltou-me ao respeito.
- No dia 31 de Maio, mandei dar serventia aos oleiros (...)
- No dia 10 de Junho mandei ir (...) a camioneta diz que não ia. É um grande malcriado (...) os colegas.
- No dia 25 de junho mandei (...) disse que não ia e ameaçou-me que não queria perder a sua vida e abandonou o trabalho. (...) os colegas.
- Tem diversos apontamentos no dia 9 de Junho. Mandei-o tirar os alguidares aos oleiros. Disse-me que não ia. Respondeu-me está bem Lélé. Além destas faltas, já são uns poucos de fornos que estraga. Fogareiros grandes estoirados, vasos grandes estoirados, fornos seguidos com louça estragada, verde.
- 30/07- mais um forno estragado- Atenção:é a segunda vez que deixa a resistência logada para assim rebentar com o motor. É o operário que só tem dado prejuízo.
- Continua a ser um operário insubordinado. Mal criado (...) um forno inteiro, 12 vasos e 10 (...).
- Foi de férias a 24 de Junho.
- 10 e 11 de Agosto faltou-me ao respeito até ao ponto de ter respondido uma asneira. Mandei-o arrumar a lenha e disse-me caralho.

Nº 4- Jasmim Rafael Saraiva

- Faltou dia 27 de Maio e não avisou.
- 5 em Maio-Doente
- 5 em Junho

Nº 5- António Correia

- Nova morada: Rua D, nº3, lote 380-10D, Olivais Sul.

Nº 6- João Machado Duarte

- Reformou-se em Janeiro de 1973

Nº 7- Miguel Bernardo

- Tem mesmo cara de boa pessoa. È um insubordinado. Mal criado. Falta muito (...) ao respeito, à gerência.
- Reformado em 1973

Nº 8- Mário Ascensão dos Santos

- Foi para a África do Sul.

Nº 9- Joaquim Francisco

- Está reformado.

Nº 10- Alfredo de Almeida dos Santos

- Vila (...9, fonte da pipa, nº1 Camarate. No dia 30 de setembro abandonou o trabalho às 15.45 sem dar nenhuma justificação. Continua a faltar às segundas feiras. Quando não falta, chega sempre tarde. Desapareceu desde que foi para a França.
- Readmitido em (...)
- Morada: Vale da Figueira, Quinta da graça c/ monte da Caparica, Contribuinte 107807971

Nº 11- Joaquim Morgado

- 18 dias de férias

Nº 12- Manuel de Oliveira Vicente

- Não tinha direito (...) tirei muitas faltas. Foi-se.

Nº13- Manuel Maria da Silva Moreira

- Foi de férias de 3 de Junho a 22
- Faleceu em Dezembro de 1969.

Nº14- Carlos da Conceição

- É muito faltoso ao trabalho. Uma semana falta, duas anda a pedir esmola para se embebedar. Continua a faltar. É rara a semana que faz completa, sempre bêbado. Foi preso para a Mitra por andar a pedir esmola. Lá consegui ir buscar mas continua na mesma. Foi para a Mitra (?).

Nº 15- Anselmo da Silva Marques

- É muito faltoso. É rara a semana que faz completa e aparece, muitas vezes, bêbado, no trabalho.
- Faltas a 26 de Setembro de 71 (...)

Nº16- Arménio da Silva Paiva

- Foi-se embora em 68.

Nº17- Júlio Oliveira Mendes

- Bairro da Musgueira, Rua N nº2 Lumiar.
- Fez um roubo de telefonias no supermercado *Pão de Açúcar*. Por isso foi suspenso, mas já tinha tudo preparado para ir para a Alemanha em 15 de Abril de 1971.

Nº 18- Carlos Humberto Vaz (nº 30)

- Vida militar em 28/07/1969
- Apresentou-se em 31/07/1972
- Despediu-se em 16 de Janeiro dizendo que ia embora no final do mês.
- Nova morada: Praceta Ivone Silva, nº3-9ºB, Ramada-Odivelas.

Nº 19- José Cardoso

- Foi para a Alemanha em 1974

Nº20- Manuel Fernandes Martins

- Faltava muito para ir ao treino do benfica.
- Reentrou novamente em 3 de janeiro de 1968.
- Cometeu muitas faltas e chegava sempre tarde.
- Readmitido em 6 de Janeiro de 1969. é muito faltoso. Chega sempre tarde. Faltou dia 27/11/1974. faltou a semana do natal, sem motivo justificado. Faltou dia 3 e 4 de Janeiro de 1975. Em Fevereiro faltou 6 dias. Em Março faltou 4 dias sem justificação.
- 1977, faltou Fevereiro dia 3 e 4. portanto, sendo o sábado e o domingo, representa 4 faltas.
- Despediu-se em Maio de 1981

Nº 21 (...) Almeida Santos

- Foi para França

Nº 22- Adriano Almeida Félix

- Motivo:
- è muito faltoso. Chega sempre tarde, depois da hora.
- Faltou dia 19 e 24. chegou às 9h (...) não deviam trabalhar.
- Continua a ser malcriado e insubordinado.
- Faltou dia 26 de Fevereiro. Dia 3 de Março recebeu e foi avisado que tivesse juízo. A resposta foi: para a semana será mais dias.
- Faltou dia 6, entrudo.
- Faltou dia 12 de Março, 23 de Abril, dia 30 chegou às 9 horas. Dia 1 de maio faltou. Dia 2 de maio foi suspenso (...)
- Foi despedido em 11/05. Agrediu às 15.30 o colega Anselmo com uma grande pancada na cabeça, podia tê-lo morto. Foi-se tratar ao hospital, onde esteve 15 dias. Além disso disse que tinha uma pistola lá em casa para matar um qualquer e ainda foi pena não o mandar para a morgue. Chamou cabrões aos colegas e para o gerente disse que lhe há-de tirar as tripas do fel.
- Observações: Readmitido em Março de 1970. foi de férias de 3 de Maio a 15 de 1971. foi suspenso no dia 19/05 porque tinha de fazer. Veio dizer para a fábrica que (...)
- Faltou duas semanas, foi à terra. Faltou dia 26 de Setembro de 1972.
- Diversas faltas.

- Dia 10 e 13 de Novembro faltou 1 hora todas as terças-feiras. Disse que vai treinar.
- Faltou dia e meio em princípio de Novembro, apareceu no trabalho dia 21 às 11h e apareceu dia 23 às 8.50. Não fez o que lhe mandaram e ainda começou a dizer que o gerente era maroto. Tem pena de ter recebido o subsídio de Natal, senão...

Nº 24- João Monteiro

- Despediu-se em Julho de 72.

Nº25- António Varela

- É muito manhoso. Veio da outra olaria da Rua da Imprensa. Trabalha algumas semanas para inglês ver. Assim que se apanhou inscrito na Caixa de Previdência nunca mais quis trabalhar. É um grande manhoso com muita ronha.
- Em 25/10, 22/02 de 1971 esteve ausente sem justificar. 8 de Janeiro a 20 de 1975.

Nº 26- António Marques Gouveia

- Abandonou o trabalho em 18/01/1977.
- Foi-se embora e não avisou com antecedência
- Faltou 18/01
- Faltou 01/02

Nº 32- Solbino Martins Alves

- Tem diversos apontamentos e um castigo de uma semana. No dia 10 de Março embebedou-se dentro da fábrica. Foi encontrado sentado, às 17.30 já estava bêbado.
- Roubou, disseram os colegas, foi (...) a pedido do motorista. Mais tarde fez outro roubo. Foi (...) a pedido do delegado do sindicato. Agora é que podia haver mais perdão. O roubo foi visto por mais, portanto tem de ser despedido (...) dia 4 (...) à tarde.

Nº 33- António de Jesus Silva

- Despediu-se em Janeiro de 1981.
- Readmitido em 1 de Junho de 1981.
- No dia 6 de Abril abandonou o trabalho às 12 horas sem ordem do gerente. Foi á Portugália. Ajudou a despejar (...) de Mafra de (...) com o malandro do (...)
- Dia 24 abandonou o trabalho depois de almoço.

Nº38- José ferreira Correia

- Readmitido em Novembro de 1982.

Nº39- José Manuel dos Santos Lopes

- Readmitido em 1 de Outubro de 1982
- Saiu a 30/04/1983

Nº41- José Carlos Pereira Vasconcelos

- Abandonou (1985) o trabalho no dia 10 de Janeiro. Depois foi dispensado 3 dias. Dia 22 de Janeiro mandei-o ir às (...) disse-em que não ia, dói-me a cabeça.
- No dia (...) de Março, 5 (...) dia 8 veio meter um vale de 1.000 escudos e ainda (...) o sindicato. Não cumpre o horário.
- Não se apresentou ao serviço dia 11.
- dia 22 de março abandonou o trabalho às 16 horas disse que por hoje já chega. Dia 26 não veio trabalhar, não disse a razão. Dia 5 e 9 abandonou o trabalho às 17 horas, foi suspenso 4 dias.

Nº 44- Victor Manuela Xavier

- No dia 15 de Fevereiro às 16 horas disse-me que o senhor está a ser malandro mara mim e eu tenho de ser malandro para o senhor.

Nº 48- José Fernando Ruivo de Oliveira

- 1- Chega sempre tarde, é um maluco.
- 2- Parte muita loiça, é mal criado, está sempre a refilar.
- 3- Esteve ausente 2 semanas. 29/11 a 11/12/1997
- 4- Foi de férias em Abril de 1972 sem ter direito. Não satisfeito, em seguida, abandonou o trabalho. Nunca mais apareceu. É um malandro.
- 5- Readmitido em 29/01/1973.
- 6- Faltou 5 de Fevereiro
- 7- Faltou 26 de Fevereiro
- 8- Dia 28 abandonou o trabalho.
- 9- Faltou dia 6 de Março- Entrudo
- 10- Faltou dia 19
- 11- Faltou dia 26

12- Faltou dia 2 de Abril

13- Faltou dia 23 e 1 de Maio

14- Abandonou o trabalho em 2 de Junho. Readmitido em 01/09/1973

15- No mês de Fevereiro de 1978 faltou 14 dias em virtude de uma desordem que teve no dia de carnaval. No dia (...) de Março foi mal criado para o gerente. Insubordinou-se (?) e respondeu mal.

16- Amora, Zorra, nº1 Chelas, lote 371-3B escada C, 3ºesq.

Nº 49- João Rafael Saraiva

1. Faleceu em 1971.

Nº 50- Armando pereira Martins

- Faltou dia 18
- Faltou dia 25
- Faltou dia 8 de Novembro
- Faltou dia 15
- Este senhor, no dia 18 de Novembro de manhã e depois do almoço foi ver a camioneta de aparas na serração (...). preparou tudo e encostou a escada à camioneta e depois abandonou o trabalho. Diz que não estava para carregar aparas (...) que lhe farto sempre desde o (...) que tem estado ao nosso serviço. O chauffeur em virtude da insólita atitude, veio para a fábrica num carro vazio. Este senhor deu-nos um prejuízo enorme.
- É muito faltoso, faltou 3 dias em Janeiro.
- Faltou 4 e 5 de Fevereiro (...) Assaltou a fábrica uma vez, faltava todas as tardes de segunda-feira. Abandonou o trabalho sem dar satisfação a ninguém.
- Faltou ao respeito diversas vezes
- Faltou uma semana (...) chamei-lhe malandro, diz que malandro era eu e a minha família.

Nº 52- José Manuel Marques Mota

- Abandonou o trabalho. Diz que foi preso.
- Faltou dia 3/01.

Nº55- Francisco Correia Teixeira Ride

- Despediu-se em 9/2 de 1974. Era muito mal criado e conflituoso.

Anexo 3- Listagem de Informações relativas aos empregados da firma Joaquim Duarte & Filhos Lda, constantes nos livros de cadastro

	NOME	D.N	NATURALIDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	ENTRADA	SAÍDA	PROFISSÃO
Livro 1	1 Eduardo Santos	1932	Viseu	4ª classe	Casado	1966		Motorista
	2 António Jacinto Santos	1936	Almada/Setúbal	4ª classe	Casado	1950		Oleiro de 3ª
	3 José Gustavo de Oliveira	1925	Castelo Branco	4ª classe	Casado	195?		Trabalhador não especificado
	4 (...) Rafael Saraiva	1948	Coimbra	Sabe ler e escrever	Casado	1970		Forneiro asador
	5 António Correia	1936	Poiares/Coimbra	4ª classe	Casado	1964		Oleiro de 3ª
	6 João Machado Duarte	1907	Castelo Branco	2ª classe	Casado	1933		Trabalhador não especializado
	7 Miguel Bernardo	1907	Castelo Branco		Casado	1930		Forneiro intermitente
	8 Mário Ascensão dos Santos	1908	Setúbal		Casado	1949		Oleiro de 1ª
	9 Joaquim Francisco	1903	Coimbra	3ª classe	Casado	1934		Forneiro asador
	10 Alfredo de Almeida dos Santos	1929	Lisboa		Casado	1952		Forneiro
	11 Joaquim Morgado (...)	1917	Montijo/setúbal		Casado	1945		Oleiro de 2ª
	12 Manuel de Oliveira Vicente	1946	Lisboa		Solteiro	1960	1968	Trabalhador não especializado
	13 Manuel Maria da Silva Moreira	1914			Casado	1936		Ajudante de forneiro
	14 Carlos da Conceição	1905	Lisboa		Solteiro	1935		Trabalhador não especializado
	15 Anselmo da Silva Marques	1926	Lisboa		Solteiro	1952		Ajudante de forneiro
	16 Arménio da Silva Paiva	1944	Coimbra	4ª classe	Casado	1971		Calçador de barro
	17 Flávio Oliveira Mendes	1934	Castelo Branco	4ª classe	Casado	1956		Ajudante de motorista
	18 Carlos Humberto Vaz	1948	Bragança		Solteiro	1967		Trabalhador não especializado
	19 José Cardoso	1932		Não sabe ler	Solteiro	1967	1971	Calçador de barro
	20 Manuel Fernandes Martins	1954	Vila Real de Trás-os-Montes	4ª classe	Solteiro	1967	1981	
	21 (...(Almeida Santos	1943	Castelo Branco	4ª classe	Solteiro	1963		Trabalhador não especializado
	22 Adriano Almeida Félix	1916	Lisboa	4ª classe	Casado	1970		Forneiro asador
	23 José Domingues Fernandes Alves	1951	Lisboa	4ª classe	Solteiro	1960		Aprendiz
	24 João Monteiro		Guarda	4ª classe	Casado	1968	1972	Motorista
	25 António Varela		Lisboa	4ª classe	Solteiro	1970	1975	Trabalhador não especializado
Livro 2	26 António Marques Gouveia	1913			Solteiro	1973	1977	Calçador de barro
	27 Carlos Humebrto Vaz	1948	Bragança		Casado	1967		Forneiro
	28 José Antunes Jorge	1930	Coimbra	4ª classe	Casado	1974		Motorista
	29 Manuel d'Almeida					1936		Ajudante de forno
	30 João António da Silva	1954	Braga	4ª classe	Solteiro	1970?		
	31 António Almeida Santos	1934			Casado	1975		Ajudante de forno
	32 Solbino Martins Alves	1959	Vila Pouca de Aguiar	4ª classe	Solteiro	1976		Aprendiz
	33 António de Jesus Silva	1959	Vila real	4ª classe	Solteiro	1976	1981?	
	34 Armando Ferreira	1955	Poiares/Coimbra	4ª classe	Casado	1979		Asador
	35 Domingos Silva	1969	Lisboa	4ª classe		1981		Asador
	36 Fernando António Teixeira Santos		Lisboa	4ª classe	Solteiro	1981		Aprendiz
	37 Pedro Miguel Bolo	1964	Lisboa	3ª classe	Solteiro	1978		Aprendiz
	38 José Ferreira Correia	1962	Poiares/Coimbra	1ª classe	Solteiro	1980	1981	Auxiliar
	39 José Manuel dos Santos Lopes	1964	Viseu	2ª classe	Solteiro	1981	1983	Asador
	40 Manuel José Gonçalves Morgado	1956	Ponte da Barca		Solteiro	1983		Auxiliar
	41 José carlos Pereira Vasconcelos	1967	S.Pedro do Sul	4ª classe	Solteiro	1983		Auxiliar
	42 Paulo Alexandre Matos Marques	1962	Lisboa	9º ano	Solteiro	1985		Auxiliar
	43 António Félix...	1926		4ª classe	Casado	1987		Forneiro
	44 Victor Manuel Xavier		Lisboa	5º ano	Casado	1987		Ajudante de camioneta
	45 António Manuel Ribeiro Afonso	1967	Lisboa	9º ano	Casado	1990		Auxiliar
	46 José Brandão Santos		Lisboa			1991		Auxiliar
	47 Vasco António César Marques	1971				1997		Auxiliar de armazém
	Livro 3	48 José Fernando Ruivo de Oliveira	1956		4ª classe	Solteiro	1971	
49 João Rafael Saraiva		1925	Castelo Branco			1971	1971	Ajudante de motorista
50 Armando Pereira Martins		1949	Lisboa	4ª classe	Solteiro	1971		Não especializado
51 Álvaro Augusto Horta dos Reis		1948			Casado	1971		Ajudante de motorista
52 José Manuel Marques Mota		1952	Lisboa	4ª classe	Solteiro	1971		Ajudante de motorista
53 Firmino Mendes Genes		1952	Cabo Verde	3ª classe	Solteiro	1972		Trabalhador
54 Silvino Santos Tavares		1953	Cabo Verde	4ª classe	Solteiro	1972		Trabalhador
55 Francisco Correia Teixeira Ride		1936	Viseu	4ª classe	Casado	1972		Motorista